

Departamento de História  
Departamento de Antropologia

**A POLITIZAÇÃO DOS MILITARES DO EXÉRCITO  
ENTRE 1961 E 1974**

Mário Jorge Fernandes Gomes

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Museologia: Conteúdos Expositivos

Orientadora  
Doutora Luísa Tiago de Oliveira, Professora Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2011

*As convicções não se geram instantaneamente. Elas insinuam-se, crescem, demoram tempo em impor-se, mas acabam fortes e moldam o nosso espírito. É necessário abertura, curiosidade e coragem.*

Aniceto Afonso

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Doutora Luísa Tiago de Oliveira por tudo o que me ensinou nos últimos anos e, especialmente, pela paciência que foi tendo comigo no decorrer da feitura desta dissertação.

À Sara, por todo o apoio que me foi dando nos últimos anos, por estar sempre presente e disponível quando precisei de me deslocar em busca de novos dados, pela revisão do texto e pela luta enorme que teve contra a minha falta de concentração e facilidade de dispersão, se não fosse ela, talvez tivesse demorado mais a entregar a dissertação. Quero também agradecer aos pais dela pelo apoio e incentivo que me foram dando nos últimos anos.

Aos meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhas, pelo apoio, em especial ao meu pai, que, como tantos outros portugueses, teve de deixar a família para ir para outro continente para participar numa guerra que não pediu que existisse. Também a ele porque desde que eu era miúdo me foi contando histórias de guerra, e de África, fazendo surgir em mim o interesse por estas temáticas.

Ao coronel José Aparício, pela disponibilidade que teve em ajudar-me sempre que lhe solicitei, tendo sempre palavras de incentivo para que a minha demanda tivesse êxito.

Aos meus colegas de mestrado, em particular, à minha parceira de carteira, e amiga, Carla Saraiva.

À Isabel Nogueira pela ajuda com a tradução do resumo para inglês.

E, por fim, a todos os militares de Abril, que possibilitaram que um povo inteiro tivesse voz, e a todos os militares que tiveram de trocar uma vida de sonhos por uma vida de guerra.

## RESUMO

A 25 de Abril de 1974, Portugal acorda com os militares na rua, culminando no derrube do governo de Marcello Caetano. Com este golpe esperava-se acabar com uma ditadura de mais de quarenta anos de existência, levando à queda do regime e colocando um ponto final no conflito colonial de treze longos anos.

No início, a população não sabia como reagir ou o que esperar. Seria um golpe de direita ou de esquerda? Um golpe militar ou uma revolução? Com o passar das horas foi-se percebendo que o golpe podia não ser de esquerda, mas de direita de certeza que não era. Os militares portugueses vieram para a rua e derrubaram o governo, mas porquê? Terão sido apenas motivos corporativos que fizeram com que os militares saíssem para a rua? O que pretendiam estes homens, quais as suas motivações?

Esta dissertação tem por intuito encontrar resposta a estas questões, centrando a investigação no grupo de militares que saiu armado para a rua a 25 de Abril, forçando a queda do regime, de forma a perceber quem eram estes homens e quais os caminhos da sua formação política e cultural, através dos seus percursos de vida, relações pessoais, familiares e enquanto militares, em especial quando confrontados com um cenário de guerra.

**Palavras-chave:** Politização; Exército; Movimento das Forças Armadas; Guerra Colonial; 25 de Abril;

## **ABSTRACT**

On 25 April 1974, Portugal woke up to the sound of the military in the streets, to a movement that culminated in the overthrow of Marcello Caetano's government. This coup was intended to end a dictatorship of over forty years, to lead to the fall of the regime and to put a stop to the colonial conflict that persisted for thirteen long years.

At first, the population didn't quite know how to react or what to expect. Was it a right-wing or a left-wing coup? Was it a military coup or a revolution? Hours went by and it became clear it could not be a left-wing coup, but it was certainly not right-wing. The Portuguese military had invaded the streets and overthrown the government, but why? Had it been only for corporate reasons? What did these men have in mind, what were their motivations?

This paper proposes to find the answer to these questions, focusing its research on the fully armed military group that swarmed the streets on 25 April 1974, causing the fall of the regime. By analyzing their life stories, personal relationships, who were their families and who they were as army officers – especially when facing a war scenario – we will be able to understand who these men were and what were their political and cultural backgrounds.

**Key words:** Politicisation; Army; Armed Forces Movement; Colonial War; 25 April 1974;

## ÍNDICE

<b>1- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 – O CONTEXTO: OS LONGOS ANOS DE 1960.....</b>	<b>15</b>
2.1 – ANTECEDENTES.....	15
2.2 – 1960 – 1974.....	18
<b>3 - A VIDA EXTRA MILITAR.....</b>	<b>26</b>
3.1 - AMBIENTE FAMILIAR.....	26
3.2 - ESCOLA/UNIVERSIDADE/INSTITUIÇÃO MILITAR (EDUCAÇÃO).....	27
3.3 - REDES SOCIAIS JUVENIS.....	30
3.4 - CASAMENTO E IMPORTÂNCIA DA NOVA VIDA FAMILIAR.....	33
<b>4 – POLITIZAÇÃO NA VIDA MILITAR.....</b>	<b>36</b>
4.1 - CHEGADA A ÁFRICA.....	36
4.2 - A VIDA POR UMA MENSAGEM.....	46
4.3 – LIVROS.....	48
4.4 - A CANTIGA É UMA ARMA.....	57
4.5 – RÁDIO.....	63
4.6 – JORNAIS.....	67
4.7 – CINEMA.....	69
4.8 – PROPAGANDA.....	72
<b>5 - REPRESSÃO E VIGILÂNCIA.....</b>	<b>75</b>
<b>6 – CONCLUSÃO.....</b>	<b>81</b>
<b>7 – FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>89</b>

## 1- INTRODUÇÃO

O objectivo deste estudo visa conseguir perceber como é que oficiais do Quadro Permanente do Exército português, que participaram activamente no 25 de Abril (acto que derrubou o regime existente - Estado Novo), foram adquirindo uma cultura política, e compreender de que forma este corpo se politizou. Para isso, torna-se importante verificar o que os militares liam, viam, ouviam e discutiam, e perceber de que maneira isto foi, também, importante para as relações que vieram a firmar, e de como estas práticas fizeram com que estabelecessem ligações a redes sociais contestatárias ao regime.

No artigo: *A formação de oficiais 1960 – 1974 / O recrutamento de Oficiais* da obra: *A Academia Militar e a Guerra de África*, é revelado que uma das grandes preocupações do General Buceta Martins, Comandante da Academia Militar, entre 1958 e 1966, no início da Guerra Colonial, é a de manter os cadetes “*imunes contra a propaganda defectista que procurava infiltrar-se em todos os sectores da vida nacional da metrópole*” e defender os quartéis da Academia Militar contra quaisquer tentativas de assalto<sup>1</sup>. Através desta referência é bem visível a preocupação e o receio existentes de que elementos oposicionistas se infiltrassem, fisicamente ou através de propaganda, dentro da Academia Militar e do próprio Exército.

Desta forma, julga-se pertinente tentar perceber, para este estudo, que tipo de material político era disponibilizado e como seria feita a sua transmissão.

Decidiu-se, assim, não centralizar o estudo da politização dos militares, focando apenas um dos campos do espectro político, mas optando-se por estudar a politização como um todo. Não importa se a politização dos indivíduos foi mais à direita ou à esquerda, tendo em conta o facto de, dentro do MFA (Movimento das Forças Armadas), não existir uma tendência política una, mas várias tendências, como comprovam os exemplos de alguns elementos do MFA, como Vasco Gonçalves, que se posicionava mais à esquerda, ou outros que se identificavam mais com a direita, como José Sanches Osório, que chegou a ser, mais tarde, deputado na Assembleia da República pelo CDS.

---

<sup>1</sup> BORGES, João Vieira. “A formação de oficiais 1960-1974”. In *A Academia Militar e a Guerra de África: actas do Seminário A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, 2009. Lisboa: Prefácio: Academia Militar, 2010, p. 28.

Nas obras consultadas e lidas para este estudo existem visões divergentes sobre a falta, ou não, de politização dos militares do Exército português. Segundo as entrevistas de Manuela Cruzeiro a Vasco Gonçalves e a Melo Antunes, estes afirmam que, ao contrário deles e de mais um ou outro militar do Exército que “fez” o 25 de Abril, todos os outros adquiriram uma politização rápida<sup>2</sup> e talvez pouco amadurecida, devido à celeridade da situação. Opinião semelhante tem António José Telo na obra: *História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à Actualidade (Volume I)*, em que é enunciado que os militares, que fizeram a revolução de Abril, são pouco politizados, e pouco conhecedores dos processos políticos, sendo um pouco utópicas as soluções apontadas por eles. O autor refere, ainda, que os considera de uma enorme “pureza” em relação às ideias políticas, e de experiência de exercício de poder real<sup>3</sup>. Maria Inácia Rezola também afirma que os militares que fizeram o 25 de Abril são ideologicamente fragéis<sup>4</sup>, já que o seu processo de politização foi lento e teve como principal base de suporte a longa experiência de Guerra.

Ideia contrária tem Silva Cardoso, proferida no livro: *25 de Abril de 1974: a Revolução da Perfídia*, de sua autoria. Aqui, o autor defende a tese de que por detrás dos militares que fizeram a Revolução esteve a U.R.S.S. e que tudo não passou de um plano desta para ganhar vantagem em África no problemático tabuleiro da Guerra-fria. Silva Cardoso afirma que essa situação foi alcançada através de células do Partido Comunista Português (PCP), que foram minando as Forças Armadas Portuguesas, deteriorando a lealdade e coesão dos militares, para fazer surgir a revolução. De acordo com o referido atrás, o autor António José Telo, que não concorda com esta visão, alude que houve, de facto, uma implementação de “toupeiras” por parte do PCP no Exército, para irem recebendo informações dos movimentos e acontecimentos nas Forças Armadas Portuguesas, mas sem o propósito de influenciar, passando despercebidos, e sem demonstrar quais as suas tendências políticas, com a única missão de transmitir informações sobre o estado de espírito dentro das Forças Armadas Portuguesas<sup>5</sup>.

Assim, importa, então, perceber se houve ou não uma politização por parte dos oficiais do quadro permanente e de como foi adquirida essa consciência política.

---

<sup>2</sup> CRUZEIRO, Maria Manuel. *Melo Antunes: o sonhador pragmático*. Lisboa: Notícias, 2005, p. 56 - 57.

<sup>3</sup> TELO, Antonio José, *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade - Volume I*. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 47 – 49.

<sup>4</sup> REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril Mitos de uma Revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p. 35

<sup>5</sup> TELO, Antonio José, *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade - Volume I*. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 56.

A escolha do ramo do Exército, em detrimento de outros ramos das Forças Armadas, surge pelo facto deste ocupar um lugar de destaque nas movimentações que antecederam o fim da ditadura portuguesa, de ser um dos pilares de suporte do Estado Novo e, ainda, por ser uma força com poucas tradições políticas, ao contrário, por exemplo, da Marinha, com fortes tradições de cultura política.

As barreiras cronológicas escolhidas remetem para o início da Guerra Colonial em Angola e para a queda do regime ditatorial português.

Na vasta bibliografia existente sobre a temática do 25 de Abril, são poucas as obras que aprofundam o tema sobre como foi feita a politização dos militares do exército. Os autores debruçam-se, normalmente, sobre a guerra colonial, sobre o início do Movimento dos Capitães e da sua passagem para o Movimento das Forças Armadas, mas não referem como é que estes militares foram fazendo a sua politização e de como a sua visão foi transformada durante os anos do conflito militar. Apesar disso, é possível encontrar alguma informação sobre este tema em livros de memórias dos próprios militares e nos livros da autora Manuela Cruzeiro, onde esta faz entrevistas a alguns militares.

Também os estudos sobre a Guerra Colonial são importantes, já que irão permitir verificar o evoluir da situação e estabelecer paralelismos entre as vivências pessoais e sobre o estado da guerra nos diferentes teatros operacionais.

Desta forma, através de livros de memórias ou de entrevistas, ir-se-á tentar obter informação sobre os seguintes tópicos: *Qual o percurso escolar dos militares; Se existiu algum acontecimento, na sociedade portuguesa, em particular, que o tivesse marcado politicamente; Quais os livros/autores que lia; Que grupos/artistas de música ouvia; Se teve acesso a informação de grupos políticos; Como era feita a transmissão de livros, discos e outros materiais entre os militares; Se ouvia rádios clandestinas e quais; Qual o peso que teve a ida para África e para um cenário de guerra na sua politização;*

As respostas a estes pontos irão permitir obter informações sobre a eventual politização dos militares e como terá, essa politização, sido feita.

Para a realização deste estudo foram realizadas pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Militar e no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Uma das contribuições mais importantes para este estudo foram os arquivos orais do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, através dos quais foi possível obter informações inexistentes na bibliografia, já que através destas

entrevistas, que ainda não foram editadas em livro, existe informação relevante para esta temática, em particular, sobre a vida pessoal de cada militar entrevistado. Tomando como exemplo a obra de Dalila Cabrita Mateus, *A Luta pela Independência: a Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA E PAIGC*, e as várias fontes orais aí utilizadas, depreende-se a importância desta referência, pois é através dos testemunhos orais que o leitor percebe a vivência e os percursos destes homens que estiveram na vanguarda dos movimentos independentistas, e a forma como foram funcionando individualmente e como um todo. Apesar de Dalila Cabrita Mateus mostrar algum cepticismo em relação à História Oral, quando refere que esta pode ser vítima do “possível efeito de paixões”, a autora usa esta ferramenta nesta obra para apoiar as fontes escritas que apresenta. Contudo, em obras seguintes este cepticismo inicial, em relação à História Oral, acaba por desaparecer, usando-a mais decididamente<sup>6</sup>. Utilizou-se o exemplo de Dalila Cabrita Mateus, em detrimento de outros autores, porque as problemáticas investigadas por esta autora são similares aos debatidos nesta tese: os actores da Guerra Colonial.

Julga-se que, para o estudo sobre a Politização dos Militares do Exército entre 1961 e 1974, o que foi dito, anteriormente sobre o livro de Dalila Cabrita Mateus serve, também, para justificar a utilização de História Oral neste estudo.

Além da bibliografia, entrevistas orais, depositadas no Centro de Documentação 25 de Abril, e pesquisa nos arquivos referidos anteriormente, outra fonte de estudo serão os blogs de memórias que se encontram alojados em diversos sítios da Internet.

Para além das fontes referidas atrás, e como introdução ao tema tratado nesta dissertação, importará conhecer e perceber a expressão cultura política, constituída por duas palavras, em que a primeira, cultura, é o substantivo e, dessa forma, a predominante à qual é atribuído um aspecto.

Desta forma, discorrer-se-á, primeiramente, sobre o conceito de cultura após uma extensiva pesquisa sobre o mesmo através de estudos e obras de referência (dicionários).

No dicionário *Houaiss*<sup>7</sup>, pode-se ler que cultura é: processo ou efeito de cultivar a terra; o cabedal de conhecimentos, a ilustração, o saber de uma pessoa ou grupo social; conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes, etc, que distinguem um grupo social; forma ou etapa evolutiva das tradições e valores intelectuais, morais, espirituais (de

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Luísa Tiago de. “A História Oral em Portugal”. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, 2010, n.º 63, p. 139-156.

<sup>7</sup> HOUAISS, António, VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – Tomo II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 1152.

um lugar ou período específico); complexo de actividades, instituições, padrões sociais ligados à criação e difusão das belas-artes, ciências humanas e afins;

Procurando noutra dicionário, o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*<sup>8</sup>, as definições que nos aparecem são semelhantes: Acção, acto ou maneira de cultivar a terra ou certas plantas; trabalho que se faz na terra para que produza vegetais; Cuidados que se dão a certos vegetais; terreno cultivado; exercício, aperfeiçoamento das actividades culturais; aplicação às coisas do espírito; estudo que delas se faz; conjunto dos conhecimentos de alguém; instrução; civilização;

O estudo elaborado por Jan-Erik Lane e Svante Ersson, em *Culture and Politics*, constitui outra ferramenta de auxílio para perceber e explicitar o que se quer dizer ou o que se quer identificar quando se utiliza o termo cultura.

Todos os indivíduos falam de cultura e que pertencem a uma determinada cultura. Entendem que a cultura é algo que os identifica como um grupo e que os diferencia dos outros. Existem, também, aqueles que explicam que cultura são os estudos e ensinamentos que vão adquirindo no decorrer da sua vida. Ou seja, este conceito pode ser mais que uma coisa ao mesmo tempo. Há também quem entenda que cultura e civilização são conceitos similares e que, assim sendo, cultura é civilização. A civilização europeia e a cultura europeia, podem ser uma só, mas, por exemplo, pode-se afirmar que existe uma cultura portuguesa mas não uma civilização portuguesa. Assim, cultura e civilização não são a mesma coisa: “*todas as civilizações são culturas, mas nem todas as culturas são civilizações.*”<sup>9</sup>. Ou seja, cultura pode e deve ser entendida como a identidade de um grupo: um indivíduo que pertença a uma determinada civilização pode, muitas vezes, pertencer a vários grupos culturais, ou a subculturas, por exemplo, pode-se inserir dentro da cultura portuguesa, dentro de uma cultura mais regional ou dentro de outros grupos, como religiosos ou outros, etc., tudo isto pode ser identificado como cultura, já que as várias comunidades, a que um indivíduo pertence, têm todas elas a sua própria identidade e a sua própria cultura.

Como os autores referem, cultura pode, ainda, ser entendida como a história ou o legado geracional de um povo. As técnicas, valores e tradições, que passam de geração em geração e vão sendo mantidas e preservadas, são muitas vezes denominadas como a cultura de um povo. Observem-se as recorrentes festividades em que as comunidades tentam recriar hábitos e

---

<sup>8</sup> MACHADO, José Pedro (Coord.). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa – Tomo II*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa; Publicações Alfa; Círculo Leitores, 1991, p. 324.

<sup>9</sup> LANE, Jan-Erik, ERSSON, Svante. *Culture and politics: a comparative approach*. Aldershot: Ashgate, 2002, p. 21.

tradições antigas, para, como afirmam, transmitir a sua cultura aos outros e às gerações mais novas.

Também o modo de viver de um povo é muitas vezes denominado como sendo a sua cultura. Por exemplo, o povo suíço é muitas vezes apontado como um povo que segue as leis e regras de uma forma exemplar, sendo caracterizado por indivíduos mais disciplinados, ao contrário dos povos da Europa do Sul, que são acusados de viver numa espécie de caos, onde as regras tendem a ser quebradas. Como factor explicatório destas duas formas de viver, é muitas vezes afirmado que a sua cultura é aquela, e que a cultura de um povo molda os indivíduos.

Percebe-se que o conceito de cultura é difuso e abrangente, sendo utilizado de diferentes maneiras, enquanto chavão, mas que, muitas vezes, não é bem definido, ficando como algo vago e que serve para tudo. Para esta dissertação, o termo cultura vai ser utilizado enquanto algo que identifica o acumular de conhecimentos por um indivíduo ou conjunto de indivíduos.

A expressão cultura política é, porventura, um pouco mais difícil de tratar, já que existe alguma confusão, como se verá adiante, sobre a mesma.

Na bibliografia consultada, autores de referência remetem-nos para os estudos de Gabriel A. Almond e Sidney Verba. Já que foram eles os primeiros a identificar a expressão cultura política e a estudá-la. Estes dois autores identificaram três tipos de cultura política: paroquial; subordinada; e participante. Na cultura política paroquial, o indivíduo (ou indivíduos) não tem uma forte ligação com o estado que os governa, nem tem qualquer tipo de expectativa em relação a este. A cultura política subordinada é caracterizada por um reconhecimento dos indivíduos para a sua incapacidade de influenciar as decisões do Estado. Estes dois tipos de cultura política apresentados anteriormente diferem da cultura política participante, em que indivíduos sentem que são parte importante do Estado, que a sua voz é ouvida, e, como tal, a sua participação é importante. Gabriel A. Almond e Sidney Verba referem, ainda, que a cultura política de uma determinada sociedade não deve ser identificada apenas num dos três pontos apresentados anteriormente, revelando que a democracia não se encontra funcional, devendo existir um equilíbrio entre estes três factores<sup>10</sup>.

Em Portugal, esta expressão é, muitas vezes, abordada pelos autores para que os leitores consigam perceber de que maneira a cultura política é utilizada nas suas obras, casos de Walter C. Opello e de José Manuel Leite Viegas.

---

<sup>10</sup> COT, Jean Pierre, MOUNIER, Jean Pierre. *Para uma sociologia política*. Amadora: Bertrand, 1976, p. 278 - 279.

Walter C. Opello, por exemplo, identifica a cultura política como: “*a cultura política pode ser definida como a distribuição específica de orientações cognitivas, afectivas e de avaliação de uma população em relação ao respectivo sistema político*”<sup>11</sup>.

Definição semelhante é utilizada por José Manuel Leite Viegas, na sua obra *Nacionalizações e Privatizações: elites e cultura política na história recente de Portugal*. José Manuel Leite Viegas diz que a “*cultura política é entendida como o conjunto de «orientações especificamente políticas, posicionamentos relativamente ao sistema político e seus diferentes elementos, assim como as atitudes de cada um relativamente ao seu papel neste mesmo sistema»*”<sup>12</sup>.

Contudo, o conceito de cultura política é bastante tratado num texto conjunto de Franz-Wilhelm Heimer, Jorge Vala e José Manuel Leite Viegas, publicado na revista *Sociologia – Problemas e Práticas*<sup>13</sup>, onde, como foi referido, esta temática é mais desenvolvida. Estes autores vão apresentar as várias definições existentes para cultura política, para depois avançarem com aquela que consideram a mais correcta.

Assim, cultura política pode ser o resultado do estudo de como funcionam as instituições políticas e como estas operam. Pode, também, ser identificada como os diferentes comportamentos políticos de uma sociedade, apesar desta inclusão ser bastante discutida pois existe quem ache que devem ser incluídos, os comportamentos, e outros que defendem o contrário. Há, ainda, autores que defendem que a cultura política é algo estático e que não é passível de sofrer alterações, ao contrário de outros que afirmam o contrário, que a cultura política é algo em constante mutação, apesar dessa alteração ser lenta.

Este conceito é, também, utilizado muitas vezes como um rótulo, para apresentar um campo temático, esta utilização, porém, é bastante criticada por estes autores. Apesar disso, será esse o uso que se vai dar nesta dissertação, dado não se pretender aqui pensar e discutir o que é cultura política, mas sim apresentar o percurso de aprendizagem que os militares do quadro permanente tiveram durante 1961 – 1974. Como se viu anteriormente, o termo cultura é muitas vezes utilizado para descrever o processo de aprendizagem de conhecimentos que um indivíduo vai adquirindo. Como tal, vai ser essa a conotação aqui utilizada. O termo

---

<sup>11</sup> OPELLO, Walter C.. “Administração local e cultura política num concelho rural”. In *Análise Social*, 1979, Vol. XV (3.º), n.º 59, p. 655-672.

<sup>12</sup> VIEGAS, José Manuel Leite. *Nacionalizações e privatizações: elites e cultura política na história recente de Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 1996, p. 8.

<sup>13</sup> HEIMER, Franz-Wilhelm; VALA, Jorge; VIEGAS, José Manuel Leite. “Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia”. In *Análise Social*, 1990, n.º 8, p. 9-28.

cultura, nesta dissertação, traduzirá os conhecimentos que os indivíduos foram adquirindo, enquanto o adjetivo política revela o campo onde esses conhecimentos foram sendo adquiridos e daí utilizar-se, nestas páginas, a expressão Cultura Política.

O objectivo desta dissertação consiste em verificar como é que os oficiais do quadro permanente do exército português, que participaram activamente no Movimento das Forças Armadas, adquiriram a sua cultura política. Para isso, será necessário perceber como a politização dos indivíduos, que fizeram parte do Movimento das Forças Armadas, foi alcançada. Sendo que, para isso, e como nos diz José Manuel Leite Viegas, é necessário perceber diferentes aspectos do percurso de vida dos indivíduos, para que se consiga identificar quais os principais momentos da sua vida particular que contribuíram para essa tomada de consciência política e como foi ganha essa mesma consciência. Será isto que se tentará perceber nas seguintes páginas, focando o percurso de vida dos militares portugueses, desde a vida familiar, ao percurso escolar e à criação do seu próprio núcleo familiar, bem como os vários aspectos da vida militar, desde a recruta à experiência de guerra.

## 2 – O CONTEXTO: OS LONGOS ANOS DE 1960

De seguida, ir-se-á abordar como é que as Forças Armadas Portuguesas e a Igreja foram reagindo às vicissitudes da década de 1960, assim como às transformações que ocorreram na sociedade portuguesa, dando, também, especial atenção aos estudantes e às suas manifestações, já que muitos destes jovens ingressaram, mais tarde, nas Forças Armadas.

### 2.1 – ANTECEDENTES

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em Portugal, subsistia a esperança de que, a exemplo de outros regimes europeus autoritários, o Estado Novo pudesse cair. Apesar disso, no final da década de 1940, o país conhece a mesma realidade e a esperança desvanece.

Durante esta década, assiste-se ao aparecimento do MUNAF, Movimento de Unidade Nacional Anti Fascista, fundado em 1943, mais ou menos tolerado pelo Governo. Esta estrutura, por ocasião das eleições de 1945, evolui para o MUD, Movimento de Unidade Democrática (MUD). Esta aparente abertura e tolerância a novos movimentos depressa é posta de lado e as exigências feitas pelo MUD, no período pré-eleitoral, são revogadas e este desiste de ir a votos<sup>14</sup>. Importa referir, também, a criação do MUD Juvenil, que servirá de base ideológica, mais tarde, a personalidades importantes na década de 1960 e que desde a primeira metade da década de 1950 mostra o seu apoio à autodeterminação das colónias<sup>15</sup>.

No final da década de 1940, devido ao panorama internacional, o regime sente-se novamente reforçado, endurecendo e reprimindo a oposição, particularmente a conotada com o comunismo, e organizações como o MUD são consideradas ilegais. A oposição ao regime vai surgindo apenas por ocasião dos actos eleitorais. Durante as eleições, o regime alivia um pouco a repressão e, dessa forma, a oposição ganha uma maior importância relativamente ao Estado Novo<sup>16</sup>.

O fervor eleitoral de 1958, a nível nacional, é incitado pela candidatura e derrota de Humberto Delgado. A campanha eleitoral de 1958, com a candidatura de Humberto Delgado,

---

<sup>14</sup> SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep; TORRE GOMEZ, Hipólito de la. *Portugal en el siglo XX*. Madrid: Ediciones Istmo, 1992, p. 223.

<sup>15</sup> TEIXEIRA, Armando Sousa. *Guerra Colonial: a memória maior que o pensamento*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, p. 48.

<sup>16</sup> SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep; TORRE GOMEZ, Hipólito de la. *Portugal en el siglo XX*. Madrid: Ediciones Istmo, 1992, p. 228.

é apontada, muitas vezes, como o grande despertar político de muitos indivíduos, incluindo militares. César Oliveira, por exemplo, afirma que esta candidatura “*mexeu com a consciência dos militares, desatou as gargantas e fez desabotoar muitas camisas. Disponibilizou consciências e, sobretudo, vontades.*”<sup>17</sup>. Esta candidatura foi um terramoto na sociedade portuguesa. Nesta altura, nem a censura conseguia impedir que as manifestações de apoio fossem alvo de notícias em alguns jornais. Mostrou, também, às pessoas que elas não estavam sozinhas, isto é, que existiam mais indivíduos que não eram partidários do Estado Novo.

Com a perspectiva de mudança, milhares de portugueses manifestam-se na rua. São muitas as pessoas envolvidas na campanha de Humberto Delgado, em que dezenas de jovens de liceu ajudam em algumas tarefas de rua como, por exemplo, colagem de cartazes.

É certo que a população com poder de voto era diminuta, só podiam votar os homens que não fossem analfabetos (desde que os impostos que pagassem fossem iguais ou superiores a 100\$00) e as mulheres que tivessem um curso especial, secundário ou superior, mas as manifestações realizadas, em que participaram milhares de pessoas, demonstram bem a importância desta campanha para o despertar da situação política e para os problemas do país ao longo da década de 1960.

Neste sentido, a candidatura do General Humberto Delgado veio transformar as mentalidades de então.

Os diferentes grupos oposicionistas que, a princípio, rejeitavam o candidato Humberto Delgado, acabam por perceber, nesta candidatura e no apoio popular, um momento propício para derrubar o regime<sup>18</sup>, tendo em conta a sua grande envolvência.

A campanha do General Humberto Delgado, de quem se esperava uma vitória esmagadora, e a forma como o candidato é derrotado, levanta inúmeras suspeitas de falsificação das eleições. A derrota de Humberto Delgado é sentida como uma derrota pessoal entre os apoiantes, já que esta campanha trouxe uma esperança de mudança como nunca se tinha verificado em Portugal durante o regime do Estado Novo.

Estas eleições são, muitas vezes, apontadas como as grandes impulsionadoras na entrada de uma vida política activa e na militância em correntes políticas, consideradas, então, como sendo do “contra”, de pessoas que pouco ou nada se interessavam pela política e que viviam

---

<sup>17</sup> OLIVEIRA, César. *Os anos decisivos*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 23.

<sup>18</sup> SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep; TORRE GOMEZ, Hipólito de la. *Portugal en el siglo XX*. Madrid: Ediciones Istmo, 1992, p. 233.

alienadas da situação real que Portugal atravessava em termos de regime ditatorial<sup>19</sup>. Para se perceber como correram as eleições no espectro militar e de como estas foram importantes para o desencadear de várias reacções antagónicas ao regime, deverão ter-se em conta as palavras de Pires Veloso. Este autor menciona que, ao votar nestas eleições, estranhou o porquê de não lhe ter sido dado um boletim de voto referente à candidatura de Humberto Delgado, só lhe tendo sido fornecido o boletim de Américo Tomás, pois, segundo informações dadas, não valia a pena ter outro boletim, senão o de Américo Tomás. Pires Veloso diz, ainda, que, a partir daquele momento, não mais deixou de protestar publicamente contra o governo, de tal forma que ele e outros militares se questionam como é que nunca houve detenções como consequência destas críticas e protestos<sup>20</sup>.

Para além das referências atrás mencionadas, também alguns sectores da Igreja manifestaram o seu desagrado com a derrota de Humberto Delgado. Na sequência disso, alguns católicos demarcaram-se do apoio que a Igreja dava ao Estado Novo. Um desses católicos foi, por exemplo, D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, assumidamente contra o regime, que acabou por exilar-se<sup>21</sup>.

O desagrado em relação aos resultados eleitorais não se faz apenas sentir no sector civil, mas também no seio das Forças Armadas Portuguesas. O mal-estar não existe meramente pelo resultado final das eleições mas especialmente pelas medidas tomadas contra o General Humberto Delgado. Estas medidas visaram expulsar o General das Forças Armadas Portuguesas depois de instaurado um processo disciplinar. Conotadas com este mal-estar nas Forças Armadas, existem duas tentativas de pronunciamento militar em Portugal, 1959 e 1962, que são consideradas próximas de militares delgadistas. Logo após as eleições de 1958, é criado o Movimento Militar Independente, o grupo que irá realizar o conhecido Golpe da Sé, um levantamento militar que tinha como objectivo a tomada de poder e a destituição do regime<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> RAPOSO, Eduardo M., *Canto de Intervenção 1960 – 1974*. Disponível no URL: [http://dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex\\_3\\_2006/estudios\\_02\\_rcex\\_3\\_2006.pdf](http://dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2006/estudios_02_rcex_3_2006.pdf), p. 30. [online], [consultado a 07 de Janeiro de 2010].

<sup>20</sup> VELOSO, Pires. *Vice-Rei do Norte: Memórias e Revelações*. Lisboa: Âncora Editora, 2008, p. 106.

<sup>21</sup> SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep. “1945 – 1960, os Anos que geraram um Novo Mundo”. In AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos. *Os Anos da Guerra Colonial*. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 42.

<sup>22</sup> MADEIRA, João; PIMENTEL, Irene; FARINHA, Luís. *Vítimas de Salazar : Estado Novo e violência política*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007. p. 264.

## 2.2 - 1960 – 1974

Além dos acontecimentos já referidos, no início da década de 1960, subsistem outros factores que contribuiriam para uma vida política mais activa por parte dos portugueses. Aliado às contestações que se iniciaram em 1956 e 1958, o ano de 1960 vai ficar ligado à declaração da ONU contra o colonialismo que ainda era praticado por vários países, sendo Portugal um deles. Ao mesmo tempo que a ONU se insurgia contra as práticas coloniais, Salazar continuava a negar qualquer tipo de diálogo com os movimentos, recém-formados, pró – independência.

Porém, não é apenas a nível internacional que a situação se degrada para o regime português, no plano nacional o ambiente também é conturbado. Os mineiros de Aljustrel marcaram a sua posição com uma greve, fortemente debelada. Apesar disto, os mineiros conseguiram que algumas das suas exigências fossem atendidas. Esta greve, e a forma como foi resolvida pelo regime, deixa marcas a nível social. Ainda em 1960, a luta clandestina ganha um forte alento, com a fuga de Álvaro Cunhal e de outros presos de Peniche<sup>23</sup>.

Em 1961, talvez o pior ano de todo o período do Estado Novo para Salazar, são vários os acontecimentos nacionais e internacionais que abalam o regime e a sua credibilidade.

A eleição de Kennedy para a Casa Branca altera os apoios americanos em relação a Portugal e à sua política colonizadora. Como consequência, outros países, sob a esfera de influência americana, retiram também o seu apoio a Portugal (caso do Brasil).

A nível interno, com o assalto ao paquete Santa Maria, efectuado por Henrique Galvão e por elementos do Movimento Nacional Independente, grupo criado por Humberto Delgado e outros apoiantes da sua candidatura<sup>24</sup>, a credibilidade do regime fica debilitada a nível internacional. A 15 de Março, iniciam-se os massacres, no Norte de Angola, aos colonos portugueses e, dias depois, e seguindo a sua nova orientação política, os EUA votam, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma resolução contra Portugal, sendo decretado posteriormente, pelo Congresso americano, um embargo à venda de armas a Portugal.

A instabilidade em alguns sectores do regime é visível, e a continuação do Império Colonial Português em África encara-se como sendo de difícil manutenção sem o apoio dos EUA. Um destes sectores é o Exército que teme uma guerra “sem fim” em África,

<sup>23</sup> COELHO, José Dias. *A Resistência em Portugal*. Lisboa: Editorial «Avante!», 2006, p. 165-166.

<sup>24</sup> SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep. “1945 – 1960, Da guerra em Angola à queda da Índia”. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos. *Os Anos da Guerra Colonial*. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 99.

desencadeando uma tentativa de golpe de Estado (que não passa de uma conspiração) liderada pelo General Botelho Moniz, movimento que, pode-se dizer, morre à nascença.

Toda esta situação se torna propícia a inúmeras críticas, com o sentimento de que o regime estará prestes a acabar. Portugal fica cada vez mais isolado internacionalmente e Salazar evoca a máxima “orgulhosamente sós”, enquanto se caminha para um conflito de treze anos, que deixará grandes sequelas na sociedade portuguesa.

A Guerra Colonial começa em Angola, em Fevereiro de 1961, e estende-se a outros territórios da chamada África portuguesa, respectivamente, Guiné-Bissau, em 1963, e Moçambique, em 1964.

A Guerra Colonial é, várias vezes, apontada como o principal motivo para a queda do regime português. Este conflito vai-se fazer sentir em vários aspectos da sociedade portuguesa. A questão colonial passa a fazer parte do quotidiano da vida dos portugueses, mesmo sem grande destaque por parte da comunicação social ao conflito nos primeiros anos.

A Guerra tem um peso político e social enorme. Entre 1961 a 1974, a média anual de militares, das Forças Armadas, nos três teatros de operações, é de 117 mil, chegando a atingir os 149 090 em 1973. No ramo do Exército, o número é mais significativo do que em qualquer dos outros dois, dado que a média anual foi de 107 816<sup>25</sup>. Ao longo da década de 1960, o número de isentos nas Forças Armadas diminui, devendo-se ao facto de serem precisos cada vez mais homens em África. Com esta falta, os critérios de apuramentos são menos apertados. Esta necessidade de homens, por parte das Forças Armadas Portuguesas, e a conseqüente recruta, acaba por tornar comum, a quase todos os portugueses, o facto terem um familiar, ou um conhecido, a combater em África. Desta forma, Portugal vai empregar 1%<sup>26</sup> da sua população na guerra, uma população constituída por elementos do sexo masculino, jovens e activos, dando origem a uma situação que acaba por trazer grandes mudanças na sociedade portuguesa.

Neste sentido, este êxodo de homens para África causa um grande impacto no papel da mulher na sociedade portuguesa. A grande mudança transparece no aumento do número de mulheres que entra no mercado de trabalho. Uma situação devida, em grande parte, à necessidade de substituição da mão-de-obra masculina, que se encontra em África a combater. Desde 1960 até 1970, assiste-se a um crescimento das actividades femininas, de 13% para

---

<sup>25</sup> BORGES, João Vieira. “A formação de oficiais 1960-1974”. In *A Academia Militar e a Guerra de África: actas do Seminário A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, 2009. Lisboa: Prefácio: Academia Militar, 2010, p. 24.

<sup>26</sup> PINTO, António Costa. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 48-50.

19%<sup>27</sup> e a este dados junta-se um crescimento da terciarização da economia. Recorde-se que no início da conflito colonial, a agricultura tinha um papel de destaque na ocupação da população activa.

O esforço de guerra ia muito além do enorme número de homens que eram necessários. Apesar do crescimento económico verificado em Portugal, no início da década de 1960, em grande parte devido às indústrias necessárias para suportar uma guerra, a verdade é que a despesa, que o Estado tinha com a guerra, vai-se fazendo sentir progressivamente nas finanças públicas. Entre o início da Guerra Colonial e o seu fim, a despesa pública destinada a manter a África portuguesa passa de 29% para 50%<sup>28</sup>.

O início dos anos 1960 a 1974 é marcado por grandes e rápidas mudanças da sociedade portuguesa. Uma delas foi referida anteriormente: a entrada das mulheres no mercado de trabalho. A nível territorial assiste-se, também na década de 1960, ao início da litoralização das actividades económicas, em que as populações começam a deslocar-se e a fixarem-se junto à costa. Esta fixação permite às populações litorais “reporem” os números daqueles que saíam para o estrangeiro. As populações rurais, por outro lado, eram “atacadas” em duas frentes: através da litoralização e, ainda, através da emigração, em busca de melhores condições de vida.

Também a nível educacional se assistiu a melhorias, ainda que insuficientes, com o aumento da escolaridade do povo português, durante a década de 1960.

Outro aspecto importante é a terciarização da economia. Se, até ao início da década de 1960, a agricultura era responsável pelo emprego de quase metade da população activa<sup>29</sup>, no início de 1960, a indústria começa a arrancar em força e vai em crescendo até aos anos de 1970, acabando por entrar em declínio, assistindo-se ao terciarizar da economia portuguesa em grande escala, com a expansão da sociedade de serviços.

Esta rápida evolução do ambiente económico, social e cultural cria uma abertura de mentalidade na sociedade portuguesa, apesar das restrições existentes à liberdade e da guerra que se enfrentava.

---

<sup>27</sup> CARREIRAS, Maria Helena Chaves. “A Sociedade Portuguesa e a Guerra de África: o papel das Mulheres”. In *A Academia Militar e a Guerra de África: actas do Seminário A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, 2009. Lisboa: Prefácio: Academia Militar, 2010, p. 84.

<sup>28</sup> SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep; TORRE GOMEZ, Hipólito de la. *Portugal en el siglo XX*. Madrid: Ediciones Istmo, 1992, p. 237.

<sup>29</sup> CARREIRAS, Maria Helena Chaves. “A Sociedade Portuguesa e a Guerra de África: o papel das Mulheres”. In *A Academia Militar e a Guerra de África: actas do Seminário A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, 2009. Lisboa: Prefácio: Academia Militar, 2010, p. 84.

Nesta realidade, não é só o governo português quem sofre críticas por parte da sociedade, mas também os militares, dada a sua posição enquanto uns dos principais suportes do regime em vigor<sup>30</sup>.

O desgaste provocado pela Guerra Colonial é sentido em Portugal, por exemplo, através do facto do número de entradas na Academia Militar ter começado a decrescer após 1964/1965. Ao contrário do que havia acontecido durante os primeiros anos de guerra em que houve uma grande afluência à Academia Militar. Assim, para fazer face a esta diminuição de recrutas, não só de oficiais, surge a criação e o recrutamento de corpos africanos. Em particular, no final da década de 1960, o número de soldados africanos torna-se bastante importante no contingente mobilizado para os teatros de guerra<sup>31</sup>. No início do conflito, o orgulho em defender a pátria imperava, constituindo um elevado motivo para que o número de voluntários ainda seja elevado, ao contrário do número de portugueses que fugiam do conflito. Esse sentimento desvaneceu-se e a guerra sofre uma forte oposição por parte de vários campos da vida civil. Em especial, a juventude, que se começava a opor cada vez mais ao regime em vigor e ao estado de guerra. Também a igreja católica começa a criticar a continuação da guerra. Elementos do clero nacional, que eram anti-colonialismo, “ganham mais força” com a recepção de elementos dos Movimentos de Libertação, por parte do Papa Paulo VI.

Através de alguns dados sobre as entradas nas Forças Armadas Portuguesas é possível retirar algumas conclusões sobre a posição da sociedade portuguesa sobre a Guerra Colonial. O número de voluntários para as Forças Armadas Portuguesas diminui, com excepção das forças especiais, que têm um número apreciável de voluntários. A partir de 1966, a Armada e a Força Aérea conhecem um aumento de voluntários, indicando uma procura por parte dos portugueses que cumprem o serviço militar obrigatório de ir para ramos onde o risco é menor. Depois de 1963, o número de “faltosos” sobe, tendo quase sempre aumentado. (Este indicador pode servir para perceber qual a opinião pública de uma sociedade em relação a um conflito armado.)

Em 1962 e em 1968, há duas explosões de relevo, no protesto contra a Guerra Colonial. Estas datas correspondem, também, às das crises académicas, levando à sugestão de que estarão interligadas. De realçar que o descontentamento estudantil já se fazia sentir com alguma força desde o aparecimento do Decreto-Lei 40 900. Este decreto objectivava a

---

<sup>30</sup> MARTELO, David Manuel de Matos. “O Recrutamento de Oficiais”. In *A Academia Militar e a Guerra de África: actas do Seminário A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, 2009. Lisboa: Prefácio: Academia Militar, 2010, p. 70 - 71.

<sup>31</sup> PINTO, António Costa. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 49.

integração das associações de estudantes numa estrutura dependente do Ministério da Educação. Esta legislação vai fazer com que se levante uma grande contestação em torno da mesma, já que as associações de estudantes não queriam perder a sua independência, nem ficar sobre a alçada do Ministério da Educação. Além deste Decreto-Lei, há que realçar, também, as várias derrotas em eleições de listas conotadas com o regime nas Associações de Estudantes em diferentes Universidades (Lisboa, Porto e Coimbra)<sup>32</sup>, conseguindo, assim, contornar a vigilância do Estado.

A crise de 1962 começa com a criação provisória do Secretário Nacional dos Estudantes Portugueses e a marcação do I Encontro Nacional de Estudantes, onde se deviam debater os problemas sociais e pedagógicos. Devido a suspeitas acerca da eventual preparação de actividades subversivas contra o Estado, as comerações do Dia do Estudante foram proibidas e houve cargas policiais na Cidade Universitária. Este clima de tensão entre os estudantes e as autoridades vai-se manter durante alguns meses, com o decretar do luto académico, com várias manifestações onde havia palavras anti-guerra, com várias cargas policiais, e com detenções e expulsões de vários alunos das suas faculdades. De referir, também, que, a estes protestos dos estudantes do ensino superior, se juntaram estudantes do ensino secundário.

A crise académica de 1969 começa em Coimbra, quando Américo Tomás, Presidente da República, se encontrava para presidir à inauguração de um novo edifício no *campus* universitário. O presidente da Associação Académica, apesar de não ter autorização, faz um discurso crítico, e, no seguimento desta ocorrência, acaba detido, gerando uma onda de protestos em solidariedade. Uma vez mais, surgem o luto académico, a greve aos exames e as manifestações, entre outros protestos. E em retaliação, como resposta, surgem, de novo, cargas policiais, detenções e expulsões de alguns alunos.

Importa registar, tendo presentes os acontecimentos nesta altura, as várias fugas de estudantes universitários para o estrangeiro.

No final da década de 1960, com a saída de Salazar do Governo e com a chegada de Marcello Caetano a Presidente do Conselho, a sociedade portuguesa vive momentos de esperança. Esperança de que o regime se fosse abrir mais, que se tornasse mais flexível, e que a Guerra Colonial viesse a conhecer o seu fim.

---

<sup>32</sup> OLIVEIRA, César. *Os anos decisivos*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 27.

Marcello Caetano chega ao Governo enquanto o país atravessa várias dificuldades, com a balança orçamental desequilibrada, estando vários dos mercados de importação e exportação inacessíveis a Portugal, devido à sua política colonial, com uma guerra que cada vez mais se mostrava insolúvel a nível militar. A saída da guerra, julgava-se, teria que ter um fim político.

Torna-se importante recordar que o nome de Marcello Caetano não foi consensual entre os apoiantes do regime, e a sua nomeação para Presidente do Conselho surpreende a maioria, em detrimento de individualidades como Franco Nogueira, um político com a linha ideológica mais próxima do antigo Presidente do Conselho.

Algumas das primeiras medidas tomadas por Caetano fazem supor que o regime se iria abrir e tornar Portugal um estado democrático. Era o início da *Primavera Marcelista*. As medidas mais importantes foram o fim do exílio de Mário Soares e do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Estas eram duas das mais incómodas vozes contra o regime. De seguida, a censura conhece algumas alterações: não só se permite mais liberdade aos meios de comunicação, como algumas obras que estavam na lista negra do regime são autorizadas e começam a ser comercializadas em Portugal<sup>33</sup>. Também a nível eleitoral parecia haver modificações e, como tal, a Lei Eleitoral foi alterada de modo a aumentar o número de eleitores. Foi permitida, ainda, a existência de outras forças políticas, que não a União Nacional, em alturas de períodos eleitorais<sup>34</sup>.

Aproveitando esta abertura do regime, a oposição “mostrou-se” e constituíram-se vários movimentos, para concorrerem às eleições. Após a ida às urnas de 1969, o Governo sai uma vez mais vencedor, mas era visível que, desta vez, a sua posição era mais frágil. Caetano tinha muitos anticorpos dentro da União Nacional, e dos, chamados, “ultras” do regime. Assim, a Igreja afastava-se cada vez mais de um passado em que apoiava o regime e nem o fim do exílio do Bispo do Porto fez com que a posição da Igreja fosse uma vez mais de apoio ao Governo.

Marcello Caetano, após a abertura que se verificou anteriormente, decide tentar agradar os elementos de uma linha ideológica mais dura e volta atrás em algumas medidas, tornando mais claro o regresso da repressão. O objectivo das políticas governamentais continua a ser que a guerra deverá ter um fim militar e não político.

---

<sup>33</sup> SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep; TORRE GOMEZ, Hipólito de la. *Portugal en el siglo XX*. Madrid: Ediciones Istmo, 1992, p. 242.

<sup>34</sup> SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep; TORRE GOMEZ, Hipólito de la. *Portugal en el siglo XX*. Madrid: Ediciones Istmo, 1992, p. 243.

O regime ganha força, volta a endurecer e a *Primavera Marcelista* conhece o seu fim. A oposição e seus apoiantes, após esta desilusão implementam actos mais radicais de forma a fazer cair o regime. Este radicalismo constata-se através das lutas estudantis de 1969, onde surgem linhas ideológicas mais revolucionárias e esquerdistas.

Entre 1969 e 1974, surgem organizações em Portugal que vão combater o regime através de acções violentas, são os casos da A.R.A. (Acção Revolucionaria Armada), conotada com o PCP, e a L.U.A.R., e ainda as Brigadas Revolucionárias.

Apesar do endurecimento do regime, Caetano não consegue reunir muitos apoios da direita portuguesa e é alvo de críticas tanto à esquerda como à direita. Voltam os exílios como forma de contenção e de persuasão aos opositoristas mais ligados à esquerda. A direita não se esqueceu das primeiras medidas de Marcello Caetano e não esquece, especialmente, a afirmação de que a independência das colónias não significava a perda da identidade nacional<sup>35</sup>.

A insatisfação perante a situação de Portugal não existe apenas na sociedade civil. Nos meios militares começa a observar-se, também, alguma frustração com o desenrolar dos acontecimentos. As comissões militares eram cada vez mais longas e as Forças Armadas Portuguesas sentiam-se ultrapassadas no plano tecnológico pelos Movimentos de Libertação. O esforço desenvolvido pelos militares, tendo em vista o sucesso bélico, que muitos achavam inalcançável, é cada vez maior. Ao mesmo tempo que tentam defender os interesses de Portugal, são, muitas vezes, acusados de serem o sustentáculo do regime e, como tal, responsáveis pela situação em que o país se encontra. A acrescer a todos estes problemas, sentem que o Governo não os trata com justiça. Um sentimento desenvolvido com a aprovação, a 13 de Julho de 1973, do Decreto-Lei 353/73.

O Decreto-Lei 353/73 servirá para criar um curso intensivo na Academia Militar, através do qual os elementos do Quadro Especial de Oficiais ingressam no Quadro Permanente. Este facto vai criar um enorme descontentamento nos elementos do Quadro Permanente, já que se assiste à ultrapassagem, por parte de milicianos, na hierarquia militar, em relação aos militares de carreira. Com este Decreto-Lei, os Oficiais Milicianos que fizessem dois semestres na Academia eram promovidos a Tenente, algo a que os oficiais do Quadro

---

<sup>35</sup> SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep; TORRE GOMEZ, Hipólito de la. *Portugal en el siglo XX*. Madrid: Ediciones Istmo, 1992, p. 244.

Permanente só tinham acesso passado, em média, 17 anos de carreira<sup>36</sup>. É no protesto contra estas medidas que irão nascer as bases para o Movimento, tornando-se numa plataforma de discussão política, deixando para trás as reivindicações corporativas, e que irá derrubar o regime na data de 25 de Abril.

---

<sup>36</sup> BORGES, João Vieira. “A formação de oficiais 1960-1974”. In *A Academia Militar e a Guerra de África: actas do Seminário A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, 2009. Lisboa: Prefácio: Academia Militar, 2010, p. 48.

### 3- A VIDA EXTRA MILITAR

Neste ponto, pretende-se reflectir sobre a formação dos indivíduos, antes de entrarem para a vida militar, desde a adolescência até à constituição familiar. Para isso, importou ler e ouvir referências de alguns militares em relação à sua vida pessoal, tendo em conta a sua origem familiar, juventude e educação, antes da ida para África a fim de cumprirem a sua primeira comissão em cenário de guerra. Para a elaboração deste ponto, a pesquisa no Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, foi bastante importante, em particular o seu projecto de história oral, já que sem ele seria impossível apresentar grande parte da informação aqui exposta.

#### 3.1 - AMBIENTE FAMILIAR

Quando instados a recordar o ambiente que se vivia no seio da sua família, enquanto jovens adolescentes, as respostas são invariavelmente as mesmas. Os seus progenitores eram homens normais do seu tempo, pouco dedicados ou esclarecidos politicamente, de certa maneira agradados com a situação do país. Em quase todas as memórias lidas ou ouvidas, gravadas e depositadas no Centro de Documentação 25 de Abril, pode-se constatar similitudes na descrição dos progenitores, especialmente na da figura paterna, conotados com a direita, mas com uma personalidade sempre traçada por valores íntegros e de grande carácter humano.

É o caso de Pinto Soares, de acordo com as entrevistas feitas por Manuela Cruzeiro, que afirma que o pai era de direita. O filho conota-o como fascista, mas uma pessoa muito humana, e isso era mais evidente que a sua ideologia política<sup>37</sup>.

O mesmo acontece com Melo Antunes que classifica os pais como conservadores, mais particularmente o pai, dizendo que este era um “adepto do regime vigente”<sup>38</sup>, mas que, apesar disso, tinha uma grande formação humanista, e isso diferenciava-o de outros adeptos do regime.

Para além da referência aos pais, durante o crescimento e desenvolvimento, alguns militares apontam, ainda, a relevância de outras pessoas na sua educação. Vasco Lourenço,

---

<sup>37</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Maria Manuela Cruzeiro a Nuno Pinto Soares em Coimbra, 1998 – 1999.

<sup>38</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Melo Antunes: o sonhador pragmático*. Lisboa: Notícias, 2005, p. 20.

por exemplo, fala de um professor de Liceu, ex-militar do Exército, que o marcou bastante, dizendo que era um homem com uma grande vertente humana e de querer sempre o bem do próximo. Terá sido, possivelmente, este homem a influenciar o então jovem Vasco Lourenço na sua vocação militar. Revela que desde miúdo dizia que gostava de ser militar, não sabe bem o porquê desta vocação, talvez devido aos valores que se atribuem ao Exército: valor, justiça, camaradagem, lealdade. No segundo ano da Academia Militar, revela alguma tristeza e acredita que afinal estes valores não estão presentes no Exército<sup>39</sup>.

Duran Clemente, outro oficial do quadro permanente, refere também a influência positiva de um explicador pessoal, enquanto este esteve detido no Quartel Disciplinador de Penamacor, onde o seu pai, sargento do Exército, estava colocado<sup>40</sup>.

Pode-se depreender, de acordo com o referido pelos militares, que o ambiente familiar vivido foi importante no seu crescimento pessoal e humano, mas que, para a sua consciência política, este ambiente pouco ou nada contribuiu, exceptuando alguns casos particulares.

### 3.2 - ESCOLA/UNIVERSIDADE/INSTITUIÇÃO MILITAR (EDUCAÇÃO)

Através da bibliografia e fontes de informação consultadas, é possível constatar que há dois tipos de percurso educacional a nível de pensamento crítico nos militares portugueses. Um diz respeito aos militares educados em Portugal e o outro respeita aos militares educados em África. No primeiro, o percurso da maioria dos militares portugueses apenas ganha alguma importância a nível político quando estes dão entrada nas várias instituições de ensino como o Colégio Militar, os Pupilos do Exército, a Academia Militar/Escola do Exército ou a Universidade. Até aí, o percurso escolar transparece pouco relevante. Por outro lado, aqueles que, por um motivo ou outro, estudaram em África referem ter sentido, desde pequenos, na escola e no dia a dia, as desigualdades raciais que se faziam sentir então, formando um pensamento crítico. Tome-se como exemplo Ernesto Melo Antunes e Pinto Soares.

No livro *Melo Antunes: o sonhador pragmático* são apontados vários episódios de desigualdade racial, alguns deles violentos, que impressionaram, o então jovem Ernesto Melo Antunes, durante a sua estadia em Angola<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Maria Manuela Cruzeiro a Manuel Duran Clemente, Seixal, 1999 – 2000.

<sup>40</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Maria Manuela Cruzeiro a Manuel Duran Clemente, Seixal, 1999 – 2000.

<sup>41</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Melo Antunes: o sonhador pragmático*. Lisboa: Notícias, 2005, p. 20.

Também Pinto Soares, nascido em Moçambique, afirma que o marcou profundamente viver e estudar, em África, pois percebeu que os africanos estavam em segundo plano, sendo dominados pelo europeu<sup>42</sup>.

Dado que, para muitos, a entrada numa escola militar é o despertar do interesse sobre as questões da política nacional, parece importante, nas próximas linhas, dar atenção aos motivos que terão levado à entrada numa escola militar. Tendo em conta as obras e entrevistas consultadas, esta opção pode advir de vários factores como a influência de um militar na família, como é o caso de João Varela Gomes, de Ernesto Melo Antunes, de Duran Clemente, de Pinto Soares ou de Sanches Osório; a escassez financeira para sustentar uma vida académica numa faculdade longe de casa, como o caso de Salgueiro Maia; ou, em alguns casos, a vocação, como é o caso de Carlos Fabião e de Vasco Lourenço.

De acordo com as consultas e estudos feitos, depreende-se que este ingresso na vida militar terá sido feito, na maioria dos casos verificados, sempre mediante pressões familiares, com ou sem tradição militar na família.

Outro caso passível de observação é o de Otel Saraiva de Carvalho que reporta a origem da sua opção militar num familiar mais velho. Apesar de um dos seus sonhos de juventude ser tornar-se actor, acabou por não seguir essa profissão por imposição paternal, seguindo o conselho do avô materno em optar pela vida militar<sup>43</sup>.

Importa reflectir que, havendo tradição familiar, a maioria entrou na vida militar por imposição e obrigação moral e não por livre arbítrio.

É o caso de Pinto Soares, que terá ingressado para o Instituto Superior Técnico (IST), mas devido à tradição militar existente na sua família, deixou o IST e seguiu a vida militar. Ao mesmo tempo que estava na Academia, frequentava, sempre que possível, aulas de piano no Conservatório. Já no Colégio Militar tem uma disciplina de Sociologia, leccionada pelo Professor Sedas Nunes, onde aborda correntes como, por exemplo, o marxismo, apaixonando-se por essas temáticas, tentando, depois, aprofundá-las através da compra de livros proibidos, como se verá no capítulo seguinte.

As pressões familiares para a entrada na carreira militar também se fizeram sentir na vida de Melo Antunes, que tinha como objectivo tirar a licenciatura de Histórico-Filosóficas, mas

---

<sup>42</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Nuno Pinto Soares, Coimbra, 1998 – 1999.

<sup>43</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Otel Saraiva de Carvalho, Lisboa, 1994 – 1998.

acabou por ingressar no Exército. Apesar de ter sido privado, naquela altura, devido a pressões familiares, de tirar um curso superior, chegou a frequentar algumas aulas em diferentes universidades para conseguir ter acesso aos programas e bibliografias das cadeiras<sup>44</sup>.

Também João Varela Gomes ingressou na universidade, Faculdade de Ciências, chegando ao segundo ano de Matemáticas e, entre 1943 e 1944, ingressa no Exército (Artilharia) devido, também, à tradição familiar<sup>45</sup>.

A tradição familiar, neste pequeno grupo estudado, é, sem dúvida, aquela que aparece mais vezes como razão de ingresso no Exército. Contudo, Aniceto Afonso na comunicação que fez no ISCTE-IUL<sup>46</sup>, indica que, dos militares que fizeram parte do Movimento dos Capitães, eram poucos aqueles que tinham tradições militares na família, cerca de 17%, enquanto os restantes militares se distribuíam por outros sectores da sociedade. Estes dados podem ser comprovados com os dados recolhidos e analisados por Aniceto Afonso e Manuel Braz da Costa, no artigo “*Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)*”<sup>47</sup>, para a *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Neste artigo, que tenta responder à questão de quem terá feito o 25 de Abril, surgem vários indicadores sobre este grupo. Um destes indicadores é sobre a herança militar existente nas famílias dos 659 oficiais do Exército que se revoltaram contra o governo de então. Uma explicação avançada por estes autores, para que apenas existam 17% (113) com tradição militar na família, surge devido à falta de entrada de alunos com que a Academia Militar se depara no decorrer da guerra colonial. Nesta altura, a Academia abre as portas a um grupo mais alargado de possíveis alunos, possibilitando a entrada de jovens menos abastados e consequente prosseguimento dos estudos e ascensão social por parte destes. Neste sentido, estes jovens irão, assim, renovar o pensamento e as posições, mais conservadoras, que os velhos oficiais defendiam.

Um desses casos foi Salgueiro Maia, em que a via militar surge devido a problemas económicos. Salgueiro Maia chega a frequentar a Universidade de Coimbra. Apesar de ter entrado na universidade, Salgueiro Maia não conseguiu vencer as dificuldades económicas da

---

<sup>44</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Melo Antunes: o sonhador pragmático*. Lisboa: Notícias, 2005, p. 22.

<sup>45</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a João Paulo Varela Gomes, Coimbra, 1998.

<sup>46</sup> “Caracterização sociológica do Movimento dos Capitães”, comunicação feita por Aniceto Afonso na Jornada de Estudos “Militares e Sociedade, Marinha e Política”, realizada a 24 de Setembro de 2010, no ISCTE-IUL.

<sup>47</sup> AFONSO, Aniceto; COSTA, Manuel Braz da. “Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1985, nº 15/16/17, p. 97-122.

deslocação diária, de Pombal para Coimbra, optando por se candidatar à Academia Militar, mais facilmente comportável pela sua família<sup>48</sup>.

### 3.3 - REDES SOCIAIS JUVENIS

Nas redes sociais juvenis que os militares estiveram envolvidos não existe, propriamente, um padrão, como se verificou no ponto anterior, desenvolvendo-se nos principais meios de convívio jovens como as universidades, em locais mais desenvolvidos, ou as associações culturais, em meios mais pequenos. Os exemplos são díspares, como se verá de seguida.

Optou-se, neste ponto, por uma descrição dos exemplos, de uma forma cronológica, tendo em conta a sua evolução temporal.

Numa geração anterior aos militares da década de 1960, há referências de militares, como Vasco Gonçalves e João Varela Gomes, que, no final da década de 1950 e início de 1960, vão mantendo contactos entre eles e com outros indivíduos (militares e civis) em pequenos grupos de “conspiração”. Vasco Gonçalves refere, por exemplo, as conversas entre ele e outros militares, onde o MUD – Movimento Unidade Democrática era um dos temas mais recorrentes. Diz, ainda, que este movimento foi um factor de influência política para alguns militares, apesar de ele, Vasco Gonçalves, ter tido poucos contactos com o MUD<sup>49</sup>.

Os “loucos anos 1960” são também referenciados por outros militares como factor de politização e como um despertar. Duran Clemente é um destes militares, afirmando-se um produto dessa década, com o início da sua politização em 1961/1962. Afirmações provenientes, provavelmente, da lembrança da leitura de determinadas obras e do seu percurso escolar. Duran Clemente terminou um Curso Técnico de Contabilidade, tendo ido, depois, para a Academia Militar. Esta frequência do curso atrás referido e a vivência no meio intelectual terão também sido factores de politização<sup>50</sup>.

Na obra *A História da PIDE*, é citada uma observação do Chefe do Conselho, António Oliveira de Salazar, ao seu Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1966, Franco Nogueira,

---

<sup>48</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Fernando José Salgueiro Maia, Santarém, 1991.

<sup>49</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vasco Gonçalves: um general na Revolução*. Lisboa: Notícias, 2002, p. 38.

<sup>50</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Manuel Duran Clemente, Seixal, 1999 – 2000.

aquele alega que os intelectuais sempre lhe fugiram<sup>51</sup>, pelo que se poderá anuir que a frequência nos estabelecimentos de ensino superior já poderia ter determinadas conotações. Assim, essa frequência poderá ter constituído um factor de politização, em especial através das redes sociais juvenis que se formam nestas instituições. Tendo em conta as lutas académicas da década de 1960, mais esta ideia ganha força.

Tome-se em consideração o que diz Pinto Soares, no Projecto de História Oral levado a cabo pelo Centro de Documentação 25 de Abril, liderado por Manuela Cruzeiro. Pinto Soares, como outros alunos da Academia Militar, tem que ir ao Instituto Superior Técnico frequentar algumas aulas, relacionando-se com outro tipo de colegas, fora da esfera militar, onde estes são, assumidamente, de esquerda. Durante este período, e devido às relações que vai tendo, participa na vida associativa do IST.

Outro facto reportado tanto por Duran Clemente como por Pinto Soares é que os estudantes das escolas militares são vistos pelo resto da população estudantil como sendo fascistas e apoiantes do regime. São estas acusações que levam, por exemplo, Pinto Soares a participar na vida académica como foi referido anteriormente<sup>52</sup>.

Ainda no campo universitário, deverá citar-se a importância destas redes sociais aí forjadas na politização de vários elementos do Exército. Foram vários os estudantes, especialmente durante as crises académicas, que foram expulsos da universidade e integrados compulsivamente no Exército<sup>53</sup>. Como se verá mais adiante, esta integração foi determinante para vários oficiais do Exército, o próprio regime fazia recomendações para que se tivesse cuidado com os jovens universitários e com as suas ideias subversivas, já que estes iriam ingressar um dia mais tarde nas Forças Armadas Portuguesas e podiam contribuir para um crescente mal estar entre os militares<sup>54</sup>.

Um caso muito particular nas redes sociais juvenis aconteceu nos Açores, com Melo Antunes e outros militares como, o então oficial miliciano, Manuel Alegre.

Nos vários artigos compilados na obra: *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras ilhas açorianas (1950 – 1974) (Com uma evocação de Ernesto Melo Antunes nas «Campanhas» dos Açores)*, os diversos autores que contribuíram para a elaboração deste livro

---

<sup>51</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2009, p. 250.

<sup>52</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Nuno Pinto Soares, Coimbra, 1998 – 1999.

<sup>53</sup> OLIVEIRA, César. *Os anos decisivos*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 41.

<sup>54</sup> Arquivo Histórico Militar, Divisão 1, Estado-Maior do Exército. *Lista de Supintrep*. Lisboa, várias datas. Resumo de notícias da 2ª Repartição do Estado Maior do Exército e supintreps de contra-subversão de grupos oposicionistas, de programas de rádio, de propaganda, etc.

referem que Melo Antunes “*organizou grupos de estudo*” enquanto esteve neste arquipélago. A propósito disto, Carlos César afirma que este militar foi um autêntico veículo de politização e de dinamização cultural nos Açores: “Melo Antunes recebia, uma vez por semana, universitários em férias, oficiais milicianos colocados nos Açores, alguns, poucos, estudantes liceais e ou outro dos raríssimos membros da elite micaelense que tinham compromissos e convicções democráticas”<sup>55</sup>.

Pelo mesmo diapasão alinha João Bosco Mota Amaral<sup>56</sup>, dando como exemplo as sessões de música clássica, organizadas por Melo Antunes, no Salão da Biblioteca do Liceu Antero de Quental, descrevendo-as como autênticos acontecimentos sociais. As sessões eram iniciadas por comentários, sobre as peças/concertos, elaborados pelo próprio Melo Antunes. Melo Antunes foi uma “pedrada no charco” na vida cultural das ilhas açorianas e um elemento fundamental na dinamização cultural local.

Dentro destes grupos de jovens dos Açores encontram-se diferentes tipos de pessoas. Como por exemplo, oficiais milicianos que estão em trânsito para África<sup>57</sup>. Entre estes oficiais milicianos, como referido anteriormente, encontra-se Manuel Alegre, bem como outros universitários. Além destes, começam a ser “exilados” militares com algumas ideias políticas divergentes do regime em vigor, caso do capitão Varela Gomes, major Infante, e do coronel Alvarenga<sup>58</sup>. Os próprios jovens açorianos que vão para Lisboa, frequentar as universidades, trazendo para as ilhas, nas férias, novas correntes de pensamento e novidades do continente.

Pode-se concluir que, neste caso em particular, as redes sociais juvenis, e não só, que se foram formando durante a década de 1960 no arquipélago dos Açores são um caso muito particular, já que são grupos de pessoas que se juntam num pequeno espaço. Uma ilha é um pequeno território, onde os laços criados tendem a ser mais fortes, já que o espaço é bastante mais reduzido que no continente, por exemplo, e onde as pessoas estão mais frequentemente

---

<sup>55</sup> CÉSAR, Carlos. “Do cenáculo de Ponta Delgada às reuniões do Conselho de Estado”. In MESQUITA, Mário (Org.). *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras ilhas açorianas (1950-1974): com uma evocação de Ernesto Melo Antunes nas “Campanhas dos Açores”*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, p. 27.

<sup>56</sup> AMARAL, João Bosco Mota. “Das sessões de música clássica a «mentor» da revolução de Abril”. In MESQUITA, Mário (Org.). *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras ilhas açorianas (1950-1974): com uma evocação de Ernesto Melo Antunes nas “Campanhas dos Açores”*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, p. 31.

<sup>57</sup> ANTUNES, Ernesto Melo. “Uma sociedade estagnada sem horizontes nem perspectivas”. In MESQUITA, Mário (Org.). *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras ilhas açorianas (1950-1974): com uma evocação de Ernesto Melo Antunes nas “Campanhas dos Açores”*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, p. 43.

<sup>58</sup> ANTUNES, Ernesto Melo. “Uma sociedade estagnada sem horizontes nem perspectivas”. In MESQUITA, Mário (Org.). *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras ilhas açorianas (1950-1974): com uma evocação de Ernesto Melo Antunes nas “Campanhas dos Açores”*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, p. 43.

juntas e a trocar ideias. Outra conclusão que se pode retirar desta parte do texto é que a importância de Melo Antunes, e de outros militares, mas especialmente de Melo Antunes na iniciação política de muitos jovens açorianos, através de várias sessões de esclarecimento político e da cedência de muito material escrito.

Este não foi caso único de reuniões em casa de um militar de jovens militares e civis, o mesmo sucedeu em casa de Salgueiro Maia após o seu casamento, onde alguns amigos se reuniam sem pretexto, apenas para conversar e ouvir música de intervenção, facto referido pelo também militar Carlos Matos Gomes, amigo de infância e companheiro de armas de Salgueiro Maia, no artigo que escreveu para o livro *Capitão de Abril: história da guerra do ultramar e do 25 de Abril*<sup>59</sup>.

### 3.4 - CASAMENTO E IMPORTÂNCIA DA NOVA VIDA FAMILIAR

Após consulta dos relatos feitos pelos militares, é possível verificar o papel pouco activo que os militares atribuem às suas esposas e famílias na politização. Desta forma, apontar-se-ão, em seguida, os elementos recolhidos durante este estudo, reflectindo sobre os mesmos.

No artigo “*A sociedade portuguesa e a Guerra de África: o papel das mulheres*”, in *A Academia Militar e a Guerra de África*, é expresso pela autora que, no que respeita ao papel das mulheres na Guerra Colonial, estas aceitaram, resignadamente, a guerra. O seu papel foi de suporte da dor e sofrimento que ela causou. Nem todas o fizeram, mas grande parte aceitou o lugar que lhe era destinado pelo regime em vigor, cuidar dos valores fundamentais da nação: Deus, Família e Pátria<sup>60</sup>.

Apesar da situação generalizada mencionada, encontram-se alusões a um pequeno grupo de mulheres que resiste e que se associa a organizações políticas, que, na clandestinidade, vão combatendo o regime.

Um dos únicos casos, se não o único, verdadeiramente conhecido é o de Maria Eugénia Varela Gomes. No livro *Maria Eugénia Varela Gomes: contra ventos e marés*, é referido o facto de que o início da sua consciencialização política e a do seu marido, foram feitas em separado, seguindo, posteriormente, um caminho semelhante nas ideias e na luta contra o

---

<sup>59</sup> MAIA, Fernando José Salgueiro. *Capitão de Abril: história da guerra do ultramar e do 25 de Abril, depoimentos*. Lisboa: Notícias, 1994, p. 125.

<sup>60</sup> CARREIRAS, Maria Helena Chaves. “A Sociedade Portuguesa e a Guerra de África: o papel das Mulheres”. In *A Academia Militar e a Guerra de África: actas do Seminário A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, 2009. Lisboa: Prefácio: Academia Militar, 2010, p. 85.

regime. Maria Eugénia Varela Gomes participou activamente em várias acções como a campanha eleitoral de Humberto Delgado, a Conspiração da Sé (1959) ou na distribuição do jornal *Tribuna Militar*, estando, também, a par do que se preparava para acontecer em Beja (1961), tendo sido detida após o assalto ao Quartel de Beja, por ser considerada cúmplice nesta conspiração levada a cabo por militares e civis<sup>61</sup>.

Para além deste exemplo aqui referido, quando se procura referências das esposas dos militares, verifica-se que estas são escassas e aparecem apenas, normalmente, ligadas às saudades. Em obras como *D'este viver aqui neste papel descripto – Cartas de Guerra*, de António Lobo Antunes, e *Diário da Guiné – Lama, Sangue e Água Pura*, de António Graça Abreu, observa-se que as saudades das esposas são um dos principais motivos para a insatisfação de cada um destes militares, por estarem afastados fisicamente no início da vida a dois.

No diário de António Graça Abreu, é possível encontrar uma referência sobre as queixas da sua esposa porque ele não desabafa com ela, e que assim não o consegue ajudar, ele queixa-se e diz que não percebe o que quer ela<sup>62</sup>.

Um outro episódio que pode servir de sustento à tese que as mulheres dos militares eram deixadas de fora das conversas políticas, ou conspirativas, observou-se numa visita realizada ao Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, no dia 16 de Novembro de 2008, no âmbito do Mestrado em Museologia: Conteúdos Expositivos, leccionado no ISCTE-IUL. As pessoas que se deslocaram neste dia ao Quartel de Engenharia na Pontinha tiveram o acompanhamento de Otelo Saraiva de Carvalho e de sua esposa. No final da visita foi colocada uma questão à esposa de Otelo Saraiva de Carvalho: se sabia das movimentações que o seu marido levou a cabo a fim de se efectuar o golpe no dia 25 de Abril de 1974. Ambos responderam a esta questão e as respostas foram de alguma forma diferentes: enquanto Otelo Saraiva de Carvalho disse que ela não sabia de nada, a sua esposa, pelo contrário, revelou que sabia que algo se passava, mas que não sabia o quê ao certo. Ou seja, pode-se afirmar que a esposa até podia suspeitar de que algo se passava, mas, em concreto, talvez até de forma a resguardar a esposa, não lhe era dito nada.

Este exemplo permite concluir que foram muitas as esposas que pouco ou nada sabiam das movimentações dos maridos, talvez com o propósito de proteger o núcleo familiar de algo

---

<sup>61</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Maria Eugénia Varela Gomes: contra ventos e marés*. Porto: Campo das Letras, 2003, p. 141-167.

<sup>62</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Ed. Especial. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 211.

que pudesse acontecer durante os preparativos do 25 de Abril. O que se pode afirmar é que o papel das mulheres dos militares está ainda por estudar. No futuro, talvez seja possível perceber qual o papel das mulheres na consciencialização política dos militares do Exército, em particular daqueles que fizeram parte do Movimento das Forças Armadas.

## 4 - POLITIZAÇÃO NA VIDA MILITAR

### 4.1 – CHEGADA A ÁFRICA

A ida para África representou, para muitos militares, um abrir de olhos em relação ao regime, que estavam a defender, e à política colonial, seguida pelo governo salazarista.

Logo no início da viagem para África, os militares portugueses começavam a perceber que as condições a que se iam sujeitar eram bastante adversas, e que a comissão iria ser pautada pela diferença de classes e de regalias.

Uma das mais duras descrições sobre a viagem para África é feita por Manuel Bastos, na obra *Cacimbados – A vida por um fio*. Este autor descreve esta viagem, no Niassa, como um autêntico inferno. Este autor afirma que a capacidade deste paquete é ultrapassada em várias centenas de passageiros e que os militares são transportados em condições desumanas, referindo que nem os animais são transportados assim. Nem todos tinham as mesmas condições, estas melhoravam consoante a hierarquia militar, mas o que mais aflige este autor, é que as classes de cima podiam descer às de baixo, mas estas não podiam nunca aceder às classes superiores. “Naquele cruzeiro”, como o autor o intitula, existem duas opções: recolher para o interior do navio e sufocar com o cheiro fétido, resultado de centenas de homens amontoados num pequeno espaço, onde fazem as suas necessidades, vomitam, devido à ondulação, e suam devido ao imenso calor; ou, enquanto segunda opção, ficar à exposição de um sol abrasador, a que não estavam habituados<sup>63</sup>.

Relato semelhante tem Sousa e Castro<sup>64</sup>. Este militar afirma que o barco vai superlotado, com centenas de pessoas nos porões, que serviam para levar mercadorias, durante duas semanas, numa situação desagradável e incómoda, especialmente para quem ia defender a Pátria.

A sociedade portuguesa, onde os militares se inseriam, tinha uma ideia construída da sociedade africana, edificada pelo Estado Novo, em que Portugal ia do Minho a Timor. Esta ideia está bem vincada em Vasco Lourenço, em entrevista a Manuela Cruzeiro, onde este militar mostra bem o sentimento à chegada a África na sua primeira comissão, indicando a sua incredibilidade na inacção da presença de Portugal em África durante 500 anos sem relevância na evolução daqueles povos<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> BASTOS, Manuel. *Cacimbados: a vida por um fio*. Vila Nova de Gaia: 7 dias 6 noites, 2008, p. 19-25.

<sup>64</sup> CASTRO, Sousa e. *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*. 3.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Guerra e Paz, 2010, p. 3-32.

<sup>65</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vasco Lourenço: do interior da revolução*. Lisboa: Âncora Editora, 2009, p. 30.

Veja-se a descrição de Aniceto Afonso sobre a sociedade colonial que encontrou em África: “*Era uma sociedade branca servida por negros. A discriminação era completa. Nenhum negro ocupava qualquer cargo de responsabilidade, e muito poucos tinham cargos intermédios. (...) As cidades de cimento eram cidades brancas; os negros viviam nos arredores, em péssimas condições. Não havia qualquer relação social entre os dois mundos.*”<sup>66</sup>.

Esta visão da situação africana já estava formada nos militares portugueses que nasceram ou que cresceram nas antigas colónias portuguesas. É o caso de Melo Antunes, que, apesar de dizer que a Guerra Colonial tinha sido o evento mais traumático da sua vida, já sabia que esta era uma guerra injusta, porque já tinha tido contacto com a sociedade colonialista e com todos os seus defeitos<sup>67</sup>. Esta visão é, também, partilhada por Pinto Soares, que nasceu e viveu durante alguns anos em Moçambique. Durante essa vivência, Pinto Soares apercebeu-se que a sociedade colonialista era racista, e que todos os não-brancos eram considerados como indivíduos de segunda.<sup>68</sup>

Os militares, na sua maioria, quando chegam a África, percebem que a ideia que lhes tinha sido passada não podia estar mais errada e rapidamente se apercebem que aquela é uma sociedade desigual, e que a guerra pela independência é uma guerra justa.

Um dos relatos desta desigualdade é o de José Aparício<sup>69</sup>. Este militar afirma que quando ele e outros militares chegaram a África depressa constataram que a realidade dos “africanos portugueses” era totalmente diferente do que lhes fora transmitido ao longo dos anos. Se nos grandes meios urbanos os africanos tinham uma vida com o mínimo de condições, nos meios rurais isso simplesmente não acontecia. As populações rurais estavam votadas ao abandono. É só com a chegada da guerra, e com a consequente chegada dos militares, que estas comunidades vão conhecer algum tipo de desenvolvimento, abertura de estradas, chegada de médicos, professores, etc.. Esta realidade vai fazer com que os militares criem, mais facilmente, laços de afinidade com as populações locais do que com os colonos. Uma ideia recorrente nas memórias dos militares.

Outro aspecto da sociedade colonial, que chocava os militares recém-chegados, era a falta de igualdade e de direitos de cidadania que os africanos tinham em relação aos colonos. O que

---

<sup>66</sup> AFONSO, Aniceto. *O meu avô africano*. Alfragide: Casa das Letras, 2009, p. 71.

<sup>67</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Melo Antunes: o sonhador pragmático*. Lisboa: Notícias, 2005, p. 39.

<sup>68</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Nuno Pinto Soares: Coimbra, 1998 – 1999.

<sup>69</sup> Informação dada pelo coronel José Aparício. Lisboa, 17 de Novembro de 2010.

vinha chocar com as ideias de que estavam a defender todos os cidadãos nacionais, brancos e negros, contra uma minoria de terroristas. Este sentimento vai estar presente durante todo o período da guerra, em especial nas zonas que se encontravam mais afastadas das frentes de combate, ou seja, nas cidades mais desenvolvidas, em que o relacionamento colonos – nativos ainda era com base em preconceitos raciais<sup>70</sup>.

Pires Veloso, nas suas memórias, relata um episódio, em 1949, em Moçambique, que o revoltou, devido ao teor racista do mesmo. Diz Pires Veloso que, quando ia em trânsito para Macau, o navio onde seguia aportou em Moçambique e, ainda antes de desembarcarem, foi convocada uma reunião de oficiais, para lhes transmitir que os soldados portugueses negros não podiam andar nos mesmos passeios dos colonos brancos, já que isso era incómodo para os colonos; desta forma, sempre que vissem um branco no passeio, os militares negros deviam sair desse mesmo passeio<sup>71</sup>. Pires Veloso refere que se insurgiu contra tal medida e que se recusou a dar essa ordem a militares portugueses. Serve este exemplo, como os seguintes, para se perceber como a realidade que os militares portugueses vão encontrar é uma realidade diferente do que lhes foi dito ao longo da sua vida, chocando-os, fazendo colocar em causa os seus sentimentos em relação à sua presença em África. Nas suas memórias, Pires Veloso mostra que se sentiu enganado ao chegar a Angola e que o grito “Angola é nossa” não passava de uma grande mentira, já que Angola pertencia a um grupo restrito de homens de negócios que exploravam o que Angola tinha para lhes dar em regime de monopólio<sup>72</sup>.

Salgueiro Maia é mais um, dos muitos militares, que, quando chega a Moçambique, logo no primeiro dia, é confrontado com o racismo presente no tratamento entre colonos e nativos. Este militar assiste à indignação de um colono ao saber que o seu filho tinha sido chamado para cumprir o serviço militar e, tal como outros milhares de jovens, ir para a guerra. Este colono pergunta se na metrópole não existem homens para a guerra, que o filho dele é necessário para tomar conta dos pretos. A este colono outras vezes se juntam, concordando e dizendo que Portugal tem que arranjar uma maneira de controlar os pretos, para que estes possam viver como se vive na vizinha África do Sul, um modelo a seguir<sup>73</sup>. Também Pires Veloso indica que era frequente haver telefonemas frequentes para o Quartel-General de

---

<sup>70</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 228.

<sup>71</sup> VELOSO, Pires. *Vice-Rei do Norte: memórias e revelações*. Lisboa: Âncora Editora, 2008, p. 54.

<sup>72</sup> VELOSO, Pires. *Vice-Rei do Norte: memórias e revelações*. Lisboa: Âncora Editora, 2008, p. 105.

<sup>73</sup> MAIA, Fernando José Salgueiro. *Capitão de Abril: história da guerra do ultramar e do 25 de Abril, depoimentos*. Lisboa: Notícias, 1994, p. 77.

Moçambique, onde esteve colocado em 1968, de familiares e de soldados enviados para cenários de guerra, a perguntar “*se já não havia gente na metrópole para ir para a guerra!*”<sup>74</sup>.

Sousa e Castro também relata uma situação de racismo e de secundarização da população nativa em relação aos colonos portugueses. Sousa e Castro, quando chega a Moçambique, vai à quinta de um tio que vivia em Angola e fica chocado ao ver que, apesar de toda a propaganda na metrópole, os empregados da plantação viviam numa situação de escravidão, tendo dito ao tio que aquele panorama social era o maior responsável pela guerra, e pelo seu futuro agravamento<sup>75</sup>. Este militar encontra um cenário semelhante em Moçambique, tendo escrito alguns poemas que retratam o que encontrou: *Resolvemos os nossos problemas sociais, Temos um bairro de caniço / Com dez mil negros, não têm esgotos, nem água, nem luz, nem ruas, nem escolas, nem enfermaria... Mas que importa? / Os negros portam-se bem. Pescam o marisco para os restaurantes dos brancos.*

Numa pequena crónica, Bartolomeu Arnaldo Barbas manifesta os seus sentimentos ao chegar a Angola. Se, por um lado, ficou agradado com a manifestação de que foram alvo os militares ao chegarem a Angola, em 1961, por outro, rapidamente viu que aquele território era um território dividido e que, afinal, Angola não era um prolongamento de Portugal, como diziam os dirigentes portugueses, mas um local onde as desigualdades sociais eram bastante acentuadas<sup>76</sup>.

Rogério Seabra Cardoso também relata uma conversa que manteve com um colono, onde este se queixa que, devido aos militares, os negros se queixam de tudo, quando anteriormente não incomodavam os seus patrões, culpando os militares desta situação, por causa da defesa que começaram a fazer dos direitos civis da população nativa<sup>77</sup>. Este militar narra, ainda, um outro episódio presenciado por ele: enquanto Rogério Seabra Cardoso e outros militares jantavam num restaurante, um indivíduo negro, alcoolizado, entrou no estabelecimento, indignando a generalidade dos clientes, tendo sido expulso pelo gerente do local, ao mesmo tempo que o espancava com alguma brutalidade. Quando repararam que os clientes ficaram agradados com o comportamento do gerente e ainda criticaram o “desplante” que aquele indivíduo tinha tido ao entrar ali, o grupo de militares levantou-se e foi-se embora, dizendo ao

<sup>74</sup> VELOSO, Pires. *Vice-Rei do Norte: memórias e revelações*. Lisboa: Âncora Editora, 2008, p. 93.

<sup>75</sup> CASTRO, Sousa e. *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*. 3ª Edição. Lisboa: Guerra e Paz, 2010, p. 25-26.

<sup>76</sup> BARBAS, Bartolomeu Barbas. “Passados 50 anos é como se fosse hoje”. In *A minha guerra: Testemunhos de Combatentes*. [S.l.]: Presslivre, Imprensa Livre SA, 2011, p. 34.

<sup>77</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 110-111.

gerente que aquele tipo de comportamento era inadmissível, para o espanto geral das pessoas que ali jantavam<sup>78</sup>.

Este militar, nas suas memórias, descreve, também, vários exemplos de discriminação racial existente em Moçambique, como se viu anteriormente, mas estes casos não existiam apenas na sociedade civil, pois eram praticados, também por militares brancos naturais das colónias que, apesar de se inserirem dentro da instituição militar, não partilhavam os mesmos ideais dos seus camaradas da metrópole. Rogério Seabra Cardoso denuncia que, numa noite, viu um grupo da Polícia Militar a espancar um negro, enquanto se riam e se divertiam com a situação. Rogério Seabra Cardoso, além de intervir para impedir a continuação das agressões, deslocou-se ao quartel da Polícia Militar para apresentar queixa ao oficial de dia. Na conversa com o mesmo, um militar proveniente das colónias, diz-lhe: “(...) *Vocês não estão em Lisboa. Vocês, metropolitanos, não nos compreendem. Em vez de defenderem “isto”, põem-se a tratar os pretos nas palminhas e o resultado é o que se vê!*”<sup>79</sup>.

São acontecimentos como este, que acabam por fazer despertar uma certa consciência nestes militares que partem para a Guerra Colonial, convencendo-os da injustiça provocada por esta guerra e levando-os a perceber, muitas vezes, que, além de combaterem nesta guerra, têm que defender os nativos da brutalidade e racismo dos colonos portugueses. Salgueiro Maia foi um jovem militar que, como tantos, foi para África com a certeza que ia defender Portugal, de Minho a Timor, defendendo uma causa justa. Antes de embarcar, Salgueiro Maia tinha uma crença: “*mas que importa isso se ter a noção da guerra era também possibilidade de combater pela dignidade de uma sociedade multirracial e multicontinental em que eu acreditava?*”<sup>80</sup>. Rapidamente se convence que tudo o que tinha aprendido, sobre Portugal uno e pluricontinental, era propaganda do regime e nada mais.

António Graça de Abreu também relata, no seu diário, as percepções que tem da sociedade africana, neste caso da Guiné: “*Os contrastes. Em Bissau, uns tantos, não muitos, vivem bem, com ar condicionado, som estereofónico, a barriga cheia. Depois há os outros, os milhares e milhares que não têm quase nada, a tropa, as crianças esqueléticas, os olhos doentes e tristes. Uns na abundância, outros como fome. Isto acontece em África, em todo o mundo, mas aqui entra pelos dentro com uma brutalidade esmagadora, asfixiante.*”<sup>81</sup>.

<sup>78</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 179-182.

<sup>79</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 211-215.

<sup>80</sup> DUARTE, António de Sousa. *Salgueiro Maia um homem de liberdade*. Porto: ASA, 1995, p. 32.

<sup>81</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Ed. Especial. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 58.

Se se tiver em atenção a citação anterior de António Graça de Abreu, existe uma nota interessante, em que coloca, no mesmo patamar, a população africana e a tropa portuguesa.

Estes acontecimentos fazem com que os militares portugueses, vindos da metrópole, se afastem da população branca e que se identifiquem mais com as populações nativas, dado ser com estes que passavam a maior parte do tempo, considerando estarem ao seu serviço, pois todas as infra-estruturas criadas, como estradas e outras, eram para estas populações. Observa-se que existia uma divisão entre os militares vindos da metrópole e os provenientes das colónias, no que concerne à visão colonial. Enquanto que os vindos de Portugal sentiam que estavam num país diferente e que deviam ajudar os nativos, por outro lado, os soldados coloniais, brancos, sentiam que estavam no seu país e que as regras deviam continuar como eram e que aqueles que vinham da metrópole se deviam ajustar a essas regras.

Através de Rogério Seabra Cardoso também é perceptível o mau estar entre os militares da metrópole e a sociedade colonial. Neste caso, este testemunho expõe o desprezo com que são tratados, por um jornalista sul-africano que escreve sobre o exército português opinando que não passa de um bando de “*soldadinhos indisciplinados, sempre misturados com os pretos*”<sup>82</sup>. Através desta afirmação, pode-se retirar algumas ilações, como, por exemplo, a crítica feita por outros sectores da sociedade, quando dizem que os militares estão em África para ajudar os africanos e não os portugueses.

David Martelo é outro militar que escreve sobre este assunto. Este militar alude ao facto de que, passados poucos anos do início do conflito, a relação entre a tropa portuguesa e os colonos era quase inexistente. Dizendo, ainda, que a população branca via os militares como um empecilho e que não estavam a fazer nada em África. David Martelo, no seu artigo *Populações brancas e tropas metropolitanas – um relacionamento distante*<sup>83</sup>, dá vários exemplos desse mau-estar entre militares da metrópole e colonos. Kaúlza de Arriaga dá conta, em dois momentos, desse distanciamento em cartas para Marcello Caetano. Este afastamento culmina em manifestações violentas dos colonos brancos contra a presença das Forças Armadas em África<sup>84</sup>. Segundo Aniceto Afonso, este afastamento e esta revolta surgem,

---

<sup>82</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 21.

<sup>83</sup> MARTELO, David. “Populações brancas e tropas metropolitanas – um relacionamento destoante”. In TEIXEIRA, Rui de Azevedo (Org.). *A Guerra do Ultramar: realidade e ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, p. 45.

<sup>84</sup> MARTELO, David. “Populações brancas e tropas metropolitanas – um relacionamento destoante”. In TEIXEIRA, Rui de Azevedo (Org.). *A Guerra do Ultramar: realidade e ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, p. 48-49.

também, porque o governo escondeu a realidade da guerra durante muito tempo e, quando a guerra chega perto dos colonos, estes não estavam preparados para isso<sup>85</sup>.

A propaganda do regime foi, também, responsável por um sentimento de abandono que os militares sentiam ao regressar a casa. Para os militares, era incompreensível os portugueses não saberem do seu sofrimento e esforço, sendo-lhes, ainda, imputada a continuidade da guerra. O sentimento generalizado na sociedade portuguesa consistia no conceito da Guerra Colonial só não ter terminado porque os militares do quadro permanente não queriam, sendo-lhes útil, financeiramente, a continuação das missões em África. Aniceto Afonso é dos vários militares queixosos da falta de apoio por parte da população (impedida de falar) e por parte do governo, já que este não mostra capacidade, ou interesse, na procura de soluções para pôr termo ao conflito militar<sup>86</sup>.

Este alheamento dos portugueses, do que se passava nos vários cenários de guerra, acontecia porque a comunicação social era impedida de mostrar a realidade da guerra. Na obra *Rota sem fim*, é descrito um episódio sobre este assunto, numa missão em que jornalistas acompanham os soldados, os jornalistas ignoram o esforço dos militares, assim como a guerra ou a pobreza das populações africanas<sup>87</sup>.

Em 1970, esta mágoa, sentida pelos militares, assim como o esquecimento e a incompreensão, deram lugar a um desabafo no *Jornal do Exército*: “*Esse esquecimento, por vezes quase alheamento, do que por lá se passa é uma ofensa para todo aquele que, generosamente, está combatendo e sacrificando anos da sua vida para o bem comum. A indiferença generalizada pela tropa que vai e pela que regressa é, infelizmente, facto mais que comprovado para quase totalidade das pessoas que ali não tenham parentes ou amigos...*”<sup>88</sup>.

Serve este exemplo para mostrar o sentimento dos militares. Ao regressarem a casa sentiam que todo o esforço havia sido inglório, sentido-se incompreendidos, e, muitas vezes, responsabilizados pelo continuar da Guerra Colonial. Pode-se, porventura, concluir que este facto pode ter contribuído para os militares sentirem, ainda mais, que aquele regime tinha que cair, nem que fosse para mostrar a todos a dura realidade da Guerra Colonial.

É preciso, também, compreender o porquê do aproximar dos militares com as populações nativas. Isto não acontece apenas por simpatia ou por um simples acaso, esta proximidade faz

<sup>85</sup> AFONSO, Aniceto. *O meu avô africano*. Alfragide: Casa das Letras, 2009, p. 119.

<sup>86</sup> AFONSO, Aniceto. *O meu avô africano*. Alfragide: Casa das Letras, 2009, p. 23.

<sup>87</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 24.

<sup>88</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 46.

parte do plano de guerra contra-subversiva que as Forças Armadas vão levar a cabo nos territórios africanos. A linha seguida devia ser a de cativar as populações nativas para a causa portuguesa. “*Como as insurreições são em primeiro lugar guerras pela leadade dos povos [...] o exército devia executar um novo programa psicossocial, um programa em que os soldados portugueses oferecessem não só a protecção contra a intimidação dos insurrectos, mas também mão-de-obra para construir escolas, ensinar nas mesmas, perfurar poços e prestar serviços médicos básicos, de saúde e saneamento*”<sup>89</sup>. Para este efeito, foram criados aldeamentos estratégicos, para onde foram deslocados milhares de africanos, levando, assim, ao isolamento da guerrilha em relação ao resto da população<sup>90</sup>. Ou seja, a guerra devia ser direccionada contra os guerrilheiros, mas tentar ajudar a população nas suas necessidades mais básicas, para que esta se posicionasse numa situação pró-Portugal e anti movimentos de libertação. É na tentativa de levar a cabo estas directerizes que os militares portugueses vão criar laços de proximidade com a comunidade africana, percebendo que o que lhes fora ensinado em Portugal era mentira e que a sociedade colonial era desigual e racista. Enquanto criam laços afectivos com a população africana, os colonos não percebem o porquê destas medidas e sentem que os militares ajudavam mais os africanos do que a eles. Este facto, mais as ideias de que os militares não estavam a cumprir o seu trabalho e que a guerra não acabava, porque eles não queriam, vão criar fracturas graves e que se vão manter até ao período do pós 25 de Abril. Os militares, confrontados com esta realidade, começam a sentir que foram enganados, que a guerra é injusta e que os territórios africanos não são Portugal, já que as populações são tratadas de maneira diferente, muitas vezes numa sistema de discriminação racial.

Ao longo destas páginas observou-se como a ida para África moldou os militares e os transformou politicamente. Deu-se como exemplo Salgueiro Maia, mostrando que, quando foi enviado para a guerra, ia convicto que ia defender a Pátria una e indivisível, mas que, ao longo da comissão, se vai transformando. Para se entender melhor esta transformação, usa-se uma descrição de Mário José Machado, sobre este militar, presente na obra *Salgueiro Maia um homem de liberdade*: “*Continua muito militarista, a aparecer quase sempre fardado, mas basicamente é o mesmo rapaz bem disposto e folgazão. Mas por dentro já não é o mesmo. E*

---

<sup>89</sup> RODRIGUES, Luís Nuno. *Marechal Costa Gomes: no centro da tempestade*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008, p. 73.

<sup>90</sup> PINTO, António Costa. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 53.

*agora tem a sensibilidade social e política descarnada por uma experiência traumatizante e inesquecível em terras de Moçambique. Vem desiludido.*”<sup>91</sup>.

Estes anos em África são o grande despertar político para grande parte dos militares portugueses. O desgaste da guerra, de uma ou mais comissões, o sentimento de que o conflito só terá uma resolução política, e não bélica, o não querer servir de bode expiatório, como o que aconteceu na Índia portuguesa, fez com que os militares do quadro permanente e os milhares de jovens milicianos, que tiveram que se sujeitar às amarguras da Guerra Colonial, começassem a nutrir um sentimento de revolta em relação ao governo. Existia o sentimento generalizado de que era impossível vencer uma guerra de guerrilha. Alguns oficiais do Exército português tinham tido contacto directo com o que se tinha passado na Argélia, onde o exército francês se bateu no mesmo tipo de conflito, uma guerra pela libertação nacional, e existia também o exemplo do Vietname. Estes conflitos resultaram no interesse de alguns militares pelo tema das guerras de libertação, começando a ler sobre estes temas e encontrando várias teorias sobre a luta dos povos pela sua libertação e sobre as tendências políticas por trás destas lutas, como o maoísmo, comunismo, etc<sup>92</sup>.

É necessário não esquecer que as colónias portuguesas são das últimas a ver reconhecida a sua independência, bem como a encetar a luta armada pela sua libertação. Mas a gênese para as lutas independentistas, que varrem o mundo na segunda metade do século XX, tem raízes em dois episódios: a Revolução Russa, onde surge uma nova corrente ideológica, em que os países colonizados vão seguir a doutrina socialista e com isso começam a surgir bases anti – colonialistas. Podem não perceber muito bem o que é o socialismo, mas uma das coisas que percebem é que o socialismo é contra o capitalismo e que uma das consequências do capitalismo é o colonialismo, logo é algo que os afecta directamente; e a 2ª Guerra Mundial, onde a Europa se vê envolvida numa luta pela própria soberania nacional, o que torna a justificação, para a manutenção de colónias, insustentável.

Serve esta explicação para ilustrar o porquê da corrente ideológica das leituras que os militares portugueses vão adoptar ao longo da sua politização.

Importa, também, realçar a importância da *Geração Nato* na politização dos militares portugueses. Com a entrada de Portugal na NATO, os oficiais portugueses começaram a contactar com outras doutrinas militares e mentalidades, até essa altura um pouco

<sup>91</sup> DUARTE, António de Sousa. *Salgueiro Maia, um homem de liberdade*. Porto: ASA, 1995, p. 51.

<sup>92</sup> Aparício, José. *A cultura política dos oficiais do Exército no período de 1961*, 10 páginas. Anexo a email enviado a Mário Gomes, dia 7 de Outubro de 2010.

desconhecidas da maioria dos oficiais. Esta geração é diferente da geração que vai fazer o 25 de Abril, mas julga-se pertinente lembrar que as mentalidades não mudaram de um dia para o outro, foi preciso algum tempo para amadurecer, e que algumas delas começaram, efectivamente, com este intercâmbio militar<sup>93</sup>.

Como se viu, não foi só a vivência da guerra, e, talvez, nem terá sido a mais importante, que terá contribuído para a consciencialização dos militares. Concluindo, resume-se, a seguir, os vários factores de consciencialização política. O fim do mito de que, para quem chegava a África, Portugal ia do Minho a Timor e que era uma nação una e indivisível. O choque e a discordância em relação à hierarquia das sociedades coloniais, onde o principal factor de divisão das pessoas era a cor. A precária condição de vida dos negros, em que a estes lhes era negado tudo e, ao mesmo tempo, exigido tudo. O desconhecimento total da sociedade metropolitana sobre o que se passava em África, devido à falta de informação nos órgãos de comunicação social, e o sentimento de abandono e de injustiça de que eram alvo aqueles a quem lhes tinha sido tirados anos da juventude para defesa do “bem comum”.

Assim, tornou-se claro para a maioria dos oficiais do Quadro Permanente do Exército que aquele conflito tinha de terminar, e a única maneira disso acontecer teria que passar por uma mudança de governo.

É certo que a conspiração só começa devido ao Decreto-Lei 353/73, aprovado a 13 de Julho de 1973, que servirá para criar um curso intensivo na Academia Militar, de forma a que os elementos do Quadro Especial de Oficiais ingressem no Quadro Permanente. Como foi referido anteriormente, este acontecimento criou um enorme descontentamento nos elementos do Quadro Permanente, assistindo-se a uma promoção dos milicianos, na hierarquia militar, em relação aos militares de carreira. Com este Decreto-Lei, os Oficiais Milicianos, que fizessem dois semestres na Academia Militar, eram promovidos a Tenente, algo a que os oficiais do Quadro Permanente só podiam aspirar passado, em média, 17 anos de carreira<sup>94</sup>.

Não são raras as vezes que este facto é apontado como o início da luta e da politização dos militares, mas se não fossem os anos passados em África, o encontro com as populações nativas, a observação de que a África do Estado Novo era uma invenção, este movimento, que

---

<sup>93</sup> AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos. *Os Anos da Guerra Colonial*. Lisboa: Quidnovi, 2010, p. 20.

<sup>94</sup> BORGES, João Vieira. “A formação de oficiais 1960-1974”. In *A Academia Militar e a Guerra de África: actas do Seminário A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, 2009. Lisboa: Prefácio: Academia Militar, 2010, p. 48.

começa por ser corporativo, não teria evoluído tão rapidamente para um objectivo de derrube do governo.

O prolongar das comissões em África, devido à escassez de homens disponíveis para ingressar no contingente militar, foi também um factor que contribuiu muito para a saturação dos militares portugueses e a real percepção que a guerra só teria um fim quando o regime caísse por terra<sup>95</sup>.

Sendo possível afirmar que, ao contrário do que se assiste em vários debates e encontros, bem como em algumas obras historiográficas, sobre esta temática, os oficiais portugueses que participaram activamente no 25 de Abril, estavam já bastante consciencializados e sabiam que o governo tinha de mudar a sua política e, em última análise, ser derrubado. Eram, por isso, indivíduos conscientes da situação que Portugal atravessava. Crê-se que, depois de estudar este assunto, se confundem duas coisas totalmente diferentes, a consciencialização política/politização e qual o rumo a seguir. A maioria dos militares não sabia qual o rumo a seguir, apenas que algo tinha que mudar, ao contrário dos militares mais esclarecidos sobre processos políticos como Melo Antunes ou Vasco Gonçalves, a título de exemplo.

António José Telo, na obra: *História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à Actualidade* (Volume I), defende uma tese semelhante, quando diz que os militares são pouco politizados e pouco conhecedores dos processos políticos, sendo um pouco utópicas as soluções apontadas por eles. Considera-os de uma enorme “pureza” em relação às ideias políticas, e de experiência de exercício de poder real<sup>96</sup>. O único ponto de discórdia em relação a António José Telo reside no facto deste dizer que os militares eram pouco politizados.

#### 4.2 - “A VIDA POR UMA MENSAGEM”

Numa primeira abordagem ao tipo de suporte é que os militares usaram para a sua consciencialização política, torna-se necessário perceber como é que esses materiais chegavam aos militares em pleno teatro de operações.

---

<sup>95</sup> AFONSO, Aniceto. *O meu avô africano*. Alfragide: Casa das Letras, 2009, p. 56.

<sup>96</sup> TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade* - Volume I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 46-48.

No início de uma guerra, neste caso a guerra colonial, é necessário transportar e montar uma estrutura de base e de manutenção para os homens que iriam fazer a guerra no terreno. Algo indispensável, era a comunicação entre os militares no terreno e as suas famílias e amigos que ficavam na sua terra natal.

Assim, de acordo com o objectivo referido nas linhas superiores, foi pensado o Serviço Postal Militar (SPM). Um serviço com raízes no Regulamento do Serviço Postal do Corpo Expedicionário Português, criado para facilitar a comunicação entre as tropas portuguesas, que participaram na Primeira Grande Guerra, com as suas famílias. Posteriormente, no final da década de 1950, volta a aparecer uma rede de comunicações entre militares e civis, quando o Exército português passa a efectuar exercícios no estrangeiro.

Nos meses posteriores ao início da guerra colonial, é, então, criado o Serviço Postal Militar (SPM). Os elementos destacados para este serviço são, na sua maioria, milicianos que estavam nos quadros dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT)<sup>97</sup>.

Esta divisão do Exército, que contava, na sua maioria, com militares milicianos, adoptou a divisa “a vida por uma mensagem”<sup>98</sup>.

Graças ao SPM e ao seu funcionamento, milhares de homens puderam contactar as famílias, receber notícias dos seus e, também, material de variadíssimo cariz. As encomendas variavam, desde a pequenas oferendas, para matar saudades de casa, como chouriços, presuntos e afins, bem como livros e discos, entre outros.

Esta possibilidade de um eventual contacto com a terra natal, torna a criação do SPM um elemento fundamental para que o moral das tropas não descesse a pique. Essa troca de correspondência com familiares e amigos era um dos principais “passatempos” dos militares que estavam em África.

Era, por isso, para as chefias militares, de enorme importância que o SPM funcionasse bem e em quaisquer circunstâncias, tendo em conta que o moral das tropas era bastante afectada pela chegada, ou não, do correio. Isto é visível nas palavras de João Ferreira Monteiro, que descreve o dia da chegada do correio como um dia de alegria onde o moral era reforçado:

---

<sup>97</sup> APARÍCIO, José. “O Correio durante a Guerra Colonial”. In Guerra colonial: 1961-1974, Associação 25 de Abril. Disponível no URL: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=2418>. [online] [consultado a 09 de Janeiro de 2010].

<sup>98</sup> APARÍCIO, José. “O Correio durante a Guerra Colonial”. In Guerra colonial: 1961-1974, Associação 25 de Abril. Disponível no URL: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=2418>. [online] [consultado a 09 de Janeiro de 2010].

“Os dias mais felizes eram aqueles em que chegava o correio, quando ouvíamos o nosso nome na voz do colega que fazia a distribuição.”<sup>99</sup>.

Um, de muitos, exemplo da importância do correio, para os militares estacionados longe de casa, pode ser encontrado na obra *D’este viver aqui neste papel descripto – Cartas de guerra*, de António Lobo Antunes. Neste livro, podem ser encontrados vários exemplos em como a falta de novidades de casa afectava os militares: “Se não fosse procurar achar uma explicação nos atrasos do correio, podia quase começar a pensar coisas horrivelmente desagradáveis, e zangar-me a sério.”<sup>100</sup>.

Decorridas as afirmações acima, seguindo a mesma orientação, concluir que o Serviço Postal Militar conheceu uma enorme importância, no decorrer da Guerra Colonial, como meio de levantar o moral das tropas. Este serviço foi, ainda, um meio único e importante de obter e enviar materiais, assim como notícias, de consciencialização política, dado este meio de comunicação não ser visado pela PIDE/DGS e, dessa forma, poder circular livremente. Se se tiverem presentes as afirmações de Aniceto Afonso, em *O meu avô africano*, percebe-se como o SPM teve grande importância nas actividades do Movimento dos Capitães, posterior Movimento das Forças Armadas: “Nós recebíamos com regularidade cartas enviadas de Portugal, que faziam o ponto de situação.”<sup>101</sup>. Com esta afirmação, percebe-se que o SPM não era, de facto, vigiado e que os militares se sentiam à vontade para trocarem informações sobre o Movimento em curso para mudar o rumo dos acontecimentos.

### 4.3 – LIVROS

Um dos principais meios utilizado pelos militares, na procura de novos conhecimentos e na sua politização, foi a literatura. Como se verá de seguida, este género artístico foi bastante importante para a formação humanística e política dos militares que fizeram Abril. Ao contrário de outros meios de informação, a literatura é frequentemente citada pelos militares. De seguida, tentar-se-á perceber como e o porquê da importância deste género na consciencialização dos militares.

---

<sup>99</sup> MONTEIRO, João Ferreira. “Perdi dez camaradas da minha companhia”. In *A minha guerra: Testemunhos de Combatentes*. [S.l.]: Presslivre, Imprensa Livre SA, 2011, p. 51.

<sup>100</sup> ANTUNES, António Lobo. *D’este viver aqui neste papel descripto: cartas de Guerra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005, p. 35.

<sup>101</sup> AFONSO, Aniceto. *O meu avô africano*. Alfragide: Casa das Letras, 2009, p. 43.

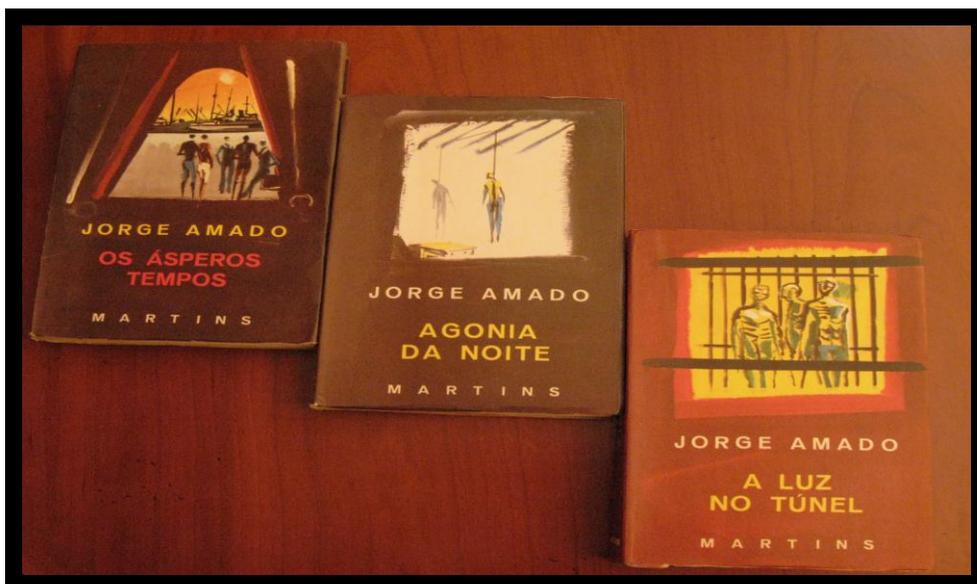
Antes de mais, importa referir que os militares foram “apresentados” a muitas teorias consideradas subversivas pela própria instituição militar, através de uma disciplina, leccionada no Quartel de Lamego, de doutrina política, que tinha como objectivo preparar os militares para o combate ideológico contra a subversão<sup>102</sup>. Julga-se, de acordo com as obras lidas, que o objectivo não terá sido alcançado, transformando a mentalidade dos militares de forma contrária à desejada, desencadeando, assim, um maior interesse por estas matérias e uma busca de maior informação. Para além deste contacto com a doutrina subversiva. Em entrevista a Manuela Cruzeiro, Vasco Gonçalves<sup>103</sup> relata que uma das medidas que tomou, enquanto director da Sala de Alunos da Escola do Exército, foi fazer com que a Sala recebesse periodicamente a *Seara Nova*. Importa realçar que esta revista foi, durante muito tempo, um dos instrumentos da oposição ao Estado Novo, quer pela sua vertente social, quer cultural. Não terá sido apenas a Sala de Alunos da Escola do Exército a receber material considerado subversivo. Pires Veloso indica que, em 1951, quando foi colocado no Batalhão de Caçadores 7 (Guarda), ficou responsável pela Sala de Oficiais, uma das suas primeiras medidas foi a de substituir o *Diário de Notícias*, considerado um jornal favorável ao regime, pelo *O Primeiro de Janeiro*, um período conotado com a oposição. Logo após esta medida, foi chamado ao Comandante, onde lhe é ordenado para comprar o *Diário de Notícias* em detrimento do *O Primeiro de Janeiro*, já que este jornal era comunista<sup>104</sup>. Servem estes dois exemplos para mostrar que os quartéis e os edifícios militares não eram locais onde as ideias fossem sempre concordantes com a situação. Pelo contrário, era nestes locais que os militares se sentiam mais à vontade para expressar o seu descontentamento.

---

<sup>102</sup> Informação dada pelo coronel José Aparício. Lisboa, 17 de Novembro de 2010.

<sup>103</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vasco Gonçalves: um general na Revolução*. Lisboa: Notícias, 2002, p. 37.

<sup>104</sup> VELOSO, Pires. *Vice-Rei do Norte: memórias e revelações*. Lisboa: Âncora Editora, 2008, p. 105.



**Figura 1: Triologia de Jorge Amado, *Subterrâneos da Liberdade*. Imagem cedida por José Maria Pinheiro Maciel.**

Uma obra que parece ser incontornável na politização dos militares é o livro *Subterrâneos da Liberdade*. Este livro de Jorge Amado é referido em quase todas as memórias pesquisadas. *Subterrâneos da Liberdade* consiste numa obra dividida em três partes (*Os Ásperos Tempos*, *Agonia da Noite* e *A Luz no Túnel*) que relata a luta de resistentes brasileiros contra a ditadura instituída naquele país. É, portanto, explicável o porquê das várias referências a este livro, sendo fácil para os militares se identificarem com aquelas histórias, já que esta triologia de Jorge Amado remete para uma época da história brasileira onde também se vivia numa ditadura de direita.

Os autores portugueses, ligados ao neo-realismo, são, também muitas vezes, citados pelos militares portugueses. Encontram-se, assim, referências a nomes como: Manuel Alegre; Urbano Tavares Rodrigues; Alves Redol; entre outros, em testemunhos como os de Vasco Lourenço<sup>105</sup>, de António Lobo Antunes<sup>106</sup> e de Mário Beja Santos<sup>107</sup>.

Torna-se necessário compreender as temáticas tratadas pelos autores neo-realistas. O neo-realismo é uma corrente literária que surge no pós-guerra, com influências italianas, quer seja na poesia ou noutros géneros literários, contendo uma vincada crítica social e uma forte componente marxista, tendo em conta a luta de classes e os conflitos laborais entre operários e

<sup>105</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vasco Lourenço: do interior da revolução*. Lisboa: Âncora Editora, 2009, p. 34.

<sup>106</sup> ANTUNES, António Lobo. *D'este viver aqui neste papel descripto: cartas de Guerra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005, p. 142.

<sup>107</sup> SANTOS, Mário Beja. *Diário da Guiné 1969 – 1970: o Tigre Vadiao*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008, p. 117.

camponeses de um lado e do outro os patrões e senhores da terra. É, pois, de fácil percepção que estes autores e as suas obras fossem alvo da constante vigilância da censura, já que tratavam de assuntos incómodos para o regime em vigor. Analisando o conjunto de indivíduos que constituíam o grosso do Exército no período estudado, pode-se concluir que muitos deles provinham das classes trabalhadoras e de meios rurais, identificando-se, assim, em larga medida, com os textos destes autores. Na comunicação *Caracterização sociológica do Movimento dos Capitães*, realizada no ISCTE-IUL, a 24 de Setembro de 2010, Aniceto Afonso indica que metade do universo dos oficiais que integraram o Movimento dos Capitães tinha como proveniência o meio rural. Facto que já tinha sido estudado por Aniceto Afonso e Manuel Braz da Costa no já referido artigo *Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)*<sup>108</sup>, onde é indicado que 51% dos oficiais que realizaram o 25 de Abril provinha das zonas rurais de Portugal continental, enquanto 41,5% era oriundo de zonas urbanas, sendo que muitas destas zonas urbanas eram capitais de distrito mas que se encontravam distantes de Lisboa e Porto. Estes dados ajudam a perceber o que foi dito anteriormente, em que os oficiais do Quadro Permanente conseguiam estabelecer paralelismos entre o que liam/ouviam e as suas próprias vivências.

No diário de António de Graça Abreu, encontra-se um poema de Manuel Alegre presente na poesia *Trova do Vento que Passa*, que serviu de letra à música de Adriano Correia de Oliveira. Esse poema vem acompanhado da palavra *Resistir*<sup>109</sup>, o que faz perceber, com este exemplo, que alguns militares se inspiravam nestes autores e nestas suas mensagens, tornando suas as palavras da luta.

É possível encontrar, ainda, muitas referências a livros de políticos socialistas do panorama internacional. É o caso de Fidel Castro, Lenine e Mao Tsé-toung. Nas entrevistas dadas a Manuela Cruzeiro, tanto Carlos Fabião, como Pinto Soares ou Duran Clemente referem a importância destes autores na sua politização, afirmando tentar ler tudo o que estes escreviam, ou tudo o que era escrito sobre a sua doutrina política. Carlos Fabião, a título de exemplo, refere duas obras que considera bastante importantes para a formação do seu pensamento político de então: *A nova Ásia* e *A China venceu o passado*<sup>110</sup>.

---

<sup>108</sup> AFONSO, Aniceto; COSTA, Manuel Braz da. “Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1985, n.º 15/16/17, p. 97-122.

<sup>109</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Ed. Especial. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 83.

<sup>110</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Carlos Fabião. Lisboa, 1998.

Do livro *Diário da Guiné: Lama, Sangue e Água Pura*, é possível retirar algumas ilações sobre o que o autor deste diário observou ao ler textos de Fidel Castro, sobre a história recente da luta do povo cubano, e, também, de Lenine, no livro *O Estado e a Revolução*, onde este discorre sobre a Revolução de Outubro e as diferenças entre a realidade da década de 1960 e a da época de Lenine<sup>111</sup>.

Existem, também, algumas referências a autores clássicos, como Marx, Engels, Proudhon, Sartre, Voltaire ou Rousseau, mas, neste caso, são poucos aqueles que os citam, Melo Antunes é um desses exemplos, já que os indica a todos sem excepção<sup>112</sup>. Na obra *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras ilhas açorianas (1950 – 1974)*, é possível observar-se que Melo Antunes possuía uma biblioteca pessoal muito rica, onde era usual os seus amigos irem “requisitar” livros de autores como Kant, Marx e Assis Esperança<sup>113</sup>.

Um livro também bastante referenciado é *Portugal e o Futuro*, onde o general Spínola apresenta a sua saída para a Guerra Colonial, bem como críticas ao governo de Marcello Caetano. Este livro expressava uma visão federalista para as colónias, defendendo, também, que a solução para a Guerra teria que ser política, já que o general Spínola considerava que uma solução militar seria quase impossível. Existiam contactos entre o Movimento das Forças Armadas e alguns dos militares próximos ao general Spínola, sendo que, quando o livro sai, o general saberia que este iria ser bem acolhido por uma parte considerável dos oficiais do Exército.

Mais que influenciar o pensamento político dos militares, este livro vai mostrar, por um lado, aos portugueses que os militares não acreditam num fim militar para a guerra, e, por outro lado, mostra aos oficiais que um alto graduado concorda com eles, em relação ao fim que o conflito militar deve ter, ou seja, o fim deveria ser político e não militar. Quando este livro é editado, o regime estaria já abalado e os militares sentem as suas posições, que iam vincando em reuniões que já não tinham nada de corporativo, como no início do Movimento dos Capitães, agora tinham uma alta patente, e um militar que granjeava muito respeito na opinião pública, a pronunciar-se contra o conflito. Este livro foi, de facto, considerado uma

---

<sup>111</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Ed. Especial. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 163.

<sup>112</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Melo Antunes: o sonhador pragmático*. Lisboa: Notícias, 2005, p. 22.

<sup>113</sup> MESQUITA, Mário (Org.). *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras ilhas açorianas (1950 – 1974)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, p. 36.

bomba que abalou todas as estruturas do regime, fazendo com que a opinião internacional fique com os olhos em Portugal, enquanto se comentava que o regime estaria quase a cair<sup>114</sup>.

Os livros eram uma das formas dos militares passarem o tempo enquanto estavam dentro dos quartéis e afastados das grandes cidades e, através deles, como nos diz António de Graça Abreu, aprendiam e começavam a questionar<sup>115</sup>.

Pensa-se que a literatura, ao contrário de outros veículos de mensagens políticas, como a música, era utilizada por uma espécie de elite militar: na sua maioria, eram os oficiais, do quadro permanente e complementar, que liam este tipo de livros. O grosso do Exército era constituído por indivíduos com baixa escolaridade, muitos não sabiam ler ou escrever e muitos dos que sabiam não se interessavam por literatura mais densa, sendo referido por alguns militares que, na sua maioria, os tropas gostavam mais de ler romances de cordel e livros policiais. Ou seja, procuravam algo para passar o tempo e se distrair do mundo onde se encontravam. Outros havia que simplesmente não liam, ou raramente o faziam, devido à pouca cultura que muitos militares tinham<sup>116</sup>. Valentino Viegas, sobre este assunto, afirma: “...sem hábitos de leitura sistemática, ou melhor, com alguma leitura passageira, os militares tinham na maior parte dos casos, uma perspectiva de espaço e tempo histórico quase reduzida aos conhecimentos adquiridos na rotineira aprendizagem da prática diária.”<sup>117</sup>.

Outra questão que se coloca, é a de como é que os militares teriam acesso aos livros, sendo que alguns deles se encontravam proibidos na metrópole.

Alguns militares levavam o máximo dos livros que já possuíam nas suas bibliotecas privadas, para África. A título de exemplo, temos alguns casos de indivíduos que levam muitas obras consigo: Melo Antunes, António Lobo Antunes, Mário Beja Santos, Rogério Seabra Cardoso ou ainda, António Graça Abreu. Mário Beja Santos, por exemplo, relata um episódio sobre a sua chegada a Bissau, onde ilustra bem como para muitos militares era importante levarem com eles algo que os levasse para fora de África: “*Houve muitos protestos com o transporte das duas pesadas caixas onde eu transportava livros e discos.*”<sup>118</sup>. Rogério Seabra de Cardoso foi outro militar que se fez sempre acompanhar pelos seus livros,

---

<sup>114</sup> AFONSO, Aniceto. *O meu avô africano*. Alfragide: Casa das Letras, 2009, p. 165.

<sup>115</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 66.

<sup>116</sup> VIEGAS, Valentino. *A morte do herói português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010, p. 50-52.

<sup>117</sup> VIEGAS, Valentino. *A morte do herói português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010, p. 124.

<sup>118</sup> SANTOS, Mário Beja. *Diário da Guiné: 1968-1969. Na terra dos Soncó*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008, p. 15.

transportando-os para todo o lado: “*Ao todo uns vinte e tal volumes sujeitos às andanças de campanha, pacientemente transportados numa caixa de cartão.*”<sup>119</sup>. Destes faziam parte autores como Jorge Amado, um autor, como se verificou anteriormente, com uma forte importância na politização dos militares portugueses.

O Serviço Postal Militar foi, também, um meio de grande importância para a aquisição de livros. José Aparício<sup>120</sup> explica detalhadamente como lhe chegavam os livros. Pedia, inicialmente, a uma livraria francesa, a *VPC-Vente Pour Correspondance*, por correspondência, uma lista da bibliografia que esta tinha no seu catálogo de vendas, que enviava aos clientes, e, de seguida, fazia o pedido, sendo-lhe enviado pela livraria tudo o que lhe era solicitado. Para que José Aparício tivesse sempre um saldo disponível para a realização das encomendas, a sua esposa estava encarregue de enviar todos os meses uma quantia fixa, em francos. Com isto, este militar conseguiu comprar dezenas de obras de carácter político, de correntes anticolonialistas, que, de outra maneira, lhe estariam vedados. José Aparício relata, ainda, que se deslocou a Paris numas férias, e foi a essa livraria agradecer o envio de livros durante tantos anos e, em conversa com os funcionários, estes disseram-lhe que ele não tinha sido caso único, e que muitos outros militares portugueses haviam sido seus clientes durante o tempo que estiveram nas suas comissões em África. Este militar, José Aparício, indica que alguns dos autores mais importantes que leu foram Aimé Césaire e Léopold Senghor, referindo também outros, especialmente os que escreveram sobre a guerra da Argélia, em especial *Peau Noir*, *Masques Blancs* e *Les damnés de la terre*, de Fanon.

Além das livrarias estrangeiras, também existiam algumas em território africano que conseguiam adquirir livros que em Portugal era, quase, impossível. José Aparício, uma vez mais, refere que a Livraria Lello em Luanda era um desses casos, Mário Beja Santos ilustra bem o espanto que teve quando em África encontrou muitos livros, que estavam na lista dos proibidos, a serem vendidos às claras em Bissau: “*Paro numa livraria e olho assombrado para títulos de obras proibidas em Portugal. Compro uma braçada de livros...*”<sup>121</sup>. César Oliveira refere, ainda, que quando chegou a Angola para cumprir a sua comissão, além da recomendação para contactar com Melo Antunes, considerado “*um gajo de esquerda e*

<sup>119</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 220.

<sup>120</sup> Informação dada pelo coronel José Aparício. Lisboa, 17 de Novembro de 2010.

<sup>121</sup> SANTOS, Mário Beja. *Diário da Guiné: 1968-1969. Na terra dos Soncó*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008, p. 197.

*antifascista*”<sup>122</sup>, foi levado, por uns amigos, à Livraria Lello, onde se conseguia arranjar livros de Jorge Amado, Marx, Aquilino, entre outros, em que o dono da livraria funcionava como um elo de ligação entre todos os civis e militares que fossem antifascistas e que estivessem em Angola<sup>123</sup>.

É já possível tirar algumas ilações sobre o peso da censura e mesmo sobre o controlo da PIDE, nos territórios coloniais: ali esse peso era menor do em Portugal continental. Ainda assim, na Metrópole, existem algumas referências a livrarias que fugiam à censura e onde, por vezes, se conseguiam comprar algumas obras proibidas em Portugal: Melo Antunes faz referência à Livraria Barata onde ia comprar alguns livros proibidos, durante os tempos em que esteve na Escola do Exército<sup>124</sup> e também José Aparício fala desta livraria lisboeta, como sendo possível arranjar nela alguns livros “por baixo do balcão”<sup>125</sup>.

Outra forma de ter acesso a livros era através do empréstimo entre militares. É visível em vários relatos que os livros andavam de mão em mão. António Lobo Antunes, por exemplo, diz-nos que Melo Antunes lhe emprestava vários livros e revistas<sup>126</sup>. António Graça Abreu também refere que lhe emprestaram livros franceses. Outro exemplo desta partilha de livros, é o de César Oliveira, que refere que travou conhecimento com o coronel Videira Pires, um democrata, nas palavras de César Oliveira, e a quem emprestou livros comprados na Livraria Lello. César Oliveira refere, também, que Melo Antunes lhe emprestou alguns livros, nomeadamente o *Les Damnés de la Terre*<sup>127</sup>.

José Aparício reporta, ainda, que o empréstimo de livros, entre militares, foi bastante importante na circulação de ideias anti-regime, ou anti-guerra, já que estes andavam de mão em mão e eram emprestados a todos os que se mostrassem interessados, ou enviados, pelo Serviço Postal Militar, para qualquer local onde se encontrasse um aquartelamento português<sup>128</sup>.

Existe, também, no Centro de Documentação 25 de Abril, uma carta de um militar para a namorada, onde este afirma que levou livros considerados subversivos e que todos os seus

---

<sup>122</sup> OLIVEIRA, César. *Os anos decisivos*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 55.

<sup>123</sup> OLIVEIRA, César. *Os anos decisivos*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 55.

<sup>124</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Melo Antunes: o sonhador pragmático*. Lisboa: Notícias, 2005, p. 23.

<sup>125</sup> Informação dada pelo coronel José Aparício. Lisboa, 17 de Novembro de 2010.

<sup>126</sup> ANTUNES, António Lobo. *D’este viver aqui neste papel descripto: cartas de Guerra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005, p. 141-142.

<sup>127</sup> OLIVEIRA, César. *Os anos decisivos*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 57.

<sup>128</sup> Informação dada pelo coronel José Aparício. Lisboa, 17 de Novembro de 2010.

colegas lhe pedem os livros emprestados, concluindo esta carta com uma ironia, dizendo que ainda ia subverter aqueles militares todos.

Pode-se concluir que os livros foram de grande importância para a politização dos militares que, com a ida para África, conseguiram ter acesso a autores que muito dificilmente teriam na metrópole.

Conclui-se, ainda, que a literatura estava mais acessível aos oficiais portugueses, já que grande parte dos soldados portugueses era analfabeta. Disso nos dá conta José Aparício, quando diz que uma das limitações das obras políticas a que tinham acesso é que estavam, na sua maioria, escritas em inglês ou francês. Se se pensar que uma parte substancial da população da população portuguesa era analfabeta ou que não possuía grandes estudos, e que o grosso dos militares portugueses tinha a sua origem no povo, povo esse que, como se viu anteriormente, era iletrado, percebe-se o porquê da literatura ser pouco acessível aos soldados portugueses. Valentino Viegas, também, dá conta da baixa taxa de analfabetismo dos militares portugueses: *“O grau de cultura académica geral das tropas operacionais portuguesas era muito baixa. A maioria dos primeiros-cabos e soldados não tinha mais do que a quarta classe. Nenhum dos sargentos possuía o terceiro ciclo do liceu completo. Alguns deles só tinham o primeiro ciclo liceal ou pouco mais. Os oficiais haviam finalizado apenas o terceiro ciclo do liceu ou*

*estariam matriculados na universidade. (...) Salvo raras exceções, só os médicos tinham curso superior completo.”*<sup>129</sup>. Também Pires Veloso, que na comissão que cumpriu em 1961, em Angola, se deparou com uma situação de grande analfabetismo nas tropas portuguesas:



**Figura 2: Vários livros adquiridos através da Livraria VPC-Vente Pour Correspondance.**

**Imagem cedida por José Aparício.**

*estariam matriculados na universidade. (...) Salvo raras exceções, só os médicos tinham curso superior completo.”*<sup>129</sup>. Também Pires Veloso, que na comissão que cumpriu em 1961, em Angola, se deparou com uma situação de grande analfabetismo nas tropas portuguesas:

<sup>129</sup> VIEGAS, Valentino. *A morte do herói português*. Lisboa: Estúdios Horizonte, 2010, p. 40.

“Como, no nosso Batalhão, os soldados eram analfabetos numa percentagem de cerca de 60%, resolvi ensinar as primeiras letras a todos os que o desejassem.”<sup>130</sup>.

Estas afirmações ganham mais força se se tiver em conta a obra *Anos Inquietos* de Manuela Cruzeiro nas entrevistas que fez a jovens universitários presentes na Guerra Colonial enquanto oficiais milicianos, percebe-se que estes vão para o terreno com uma preparação um pouco mais avançada, relativamente àqueles que não estiveram dentro do meio universitário. Esta, talvez, seja uma das razões para a importância que a música e a rádio vão ter na politização dos militares. Tome-se como exemplo o que nos diz António Graça de Abreu a 1 de Março de 1973, acerca do Festival da Canção ganho por Fernando Tordo: “A poesia do Ary dos Santos (...) parece-me por vezes demasiado fácil e demagógica. É inferior a muita outra poesia aparentemente “chata” que se escreve em Portugal, mas a do Ary tem uma vantagem, chega facilmente à compreensão de grande número de pessoas. É importante porque abala as gentes, intervém.”<sup>131</sup>.

#### 4.4 - A CANTIGA É UMA ARMA

Uma das mais antigas formas de fazer crítica social é através da música. Como nos diz Eduardo Raposo acerca de personagens como Gil Vicente, Luís Vaz de Camões e Fernão Mendes Pinto: “Cantou-se o amor e a natureza, a par dos efeitos heróicos e, por outro lado, a cantar sempre se assumiu uma postura interventiva de denúncia dos desmandos dos poderosos, que é bem patente no Teatro Vicentino”<sup>132</sup>.

Tendo em conta as convulsões académicas no início da década de 1960, bem como o quadro nacional e internacional, foram surgindo algumas críticas na sociedade portuguesa. Um dos meios eleitos para divulgar essa crítica social foi a música, através do Canto de Intervenção. Esta visão é bem patente em José Jorge Letria, quando diz que “o aparecimento da canção de intervenção corresponde a exigências concretas da resistência à ditadura. Não surge por acaso. É o resultado de uma prática que, na acessibilidade do texto e da melodia

---

<sup>130</sup> VELOSO, Pires. *Vice-Rei do Norte: Memórias e Revelações*. Lisboa: Âncora Editora, 2008, p. 63.

<sup>131</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 86.

<sup>132</sup> RAPOSO, Eduardo M. *O canto e o cante, a alma do povo*. Disponível no URL [http://dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex\\_3\\_2006/estudios\\_02\\_rcex\\_3\\_2006.pdf](http://dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2006/estudios_02_rcex_3_2006.pdf), p. 1013. [online], [consultado a 07 de Janeiro de 2010].

*articulados com a forma de cantiga, vai encontrar uma forma de se tornar ainda mais interveniente e eficaz*”<sup>133</sup>.

Este género musical recebe uma ajuda importante dos meios de comunicação social, pois, durante algum tempo, os órgãos da censura não se aperceberam do poder da música nas novas gerações. O Canto de Intervenção teve o seu berço no meio académico, com maior incidência em Coimbra, com dois cantores que são, muitas vezes, apontados como o expoente máximo deste género musical, Zeca Afonso e Adriano Correia de Oliveira. Mas foi através da rádio, da imprensa e, mais tarde, da televisão que o Canto de Intervenção mais se popularizou e que uma nova geração de cantores surgiu na segunda metade da década de 1960.

Podem ser enunciados vários espaços onde o Canto de Intervenção foi divulgado, sendo que alguns deles foram suspensos pela censura. Na rádio temos programas como: “*Página Um*”; “*Tempo Zip*”; “*Alfa 3*”; “*Enquanto for Bom Dia*”; “*23ª Hora*”. Na imprensa escrita existiram também alguns lugares dedicados ao Canto de Intervenção: “*Mundo da Canção*”; “*Musicalíssimo*”; “*Rádio e Televisão*”; “*Cena 7*” (suplemento do jornal “*A Capital*”; “*DL Show*” (suplemento do “*Diário de Lisboa*”, neste jornal existe ainda outro suplemento “*A mosca*”, com um espaço, “*Popularucho*” dedicado ao Canto de Intervenção).

De todos estes programas, existem dois que não podem ser desassociados do Canto de Intervenção, o “*Zip-Zip*” e o “*PBX*” (na televisão), com Fialho Gouveia, Carlos Cruz e José Nuno Martins. Estes programas ajudam a criar a moda do Canto de Intervenção, divulgando os novos cantores deste género e criando a “*geração Zip*”, cantores que surgiram depois de Zeca Afonso e Adriano Correia de Oliveira, e que foram dados a conhecer ao grande público através “do Zip-Zip”. Exemplos disso são cantores como Manuel Freire, Padre Fanhais, José Barata Moura e poetas como António Gedeão. Uma das razões apontadas para o sucesso e difusão deste género musical prende-se com o facto de ser considerado subversivo, suscitando o interesse em ouvir algo proibido. Outro motivo que levou a música a ser um grande veículo de politização, foi o facto das pessoas perceberem que não estavam sozinhas, que havia mais pessoas, que como elas estavam contra o governo.

O “*Zip-Zip*” esteve no ar apenas nove meses, mas a semente proliferou, ao fazer com que, como já foi dito, o Canto de Intervenção saísse do campo universitário e viesse para as ruas, tornando o Canto num símbolo da luta e da resistência. Este programa impulsionou a

---

<sup>133</sup> LETRIA, José Jorge. *A Canção Política em Portugal: da Resistência à Revolução*. Lisboa: Ulmeiro, 1999, p. 41.

divulgação do Canto de Intervenção para a população em geral, fazendo o regime aperceber-se da sua dimensão e importância.

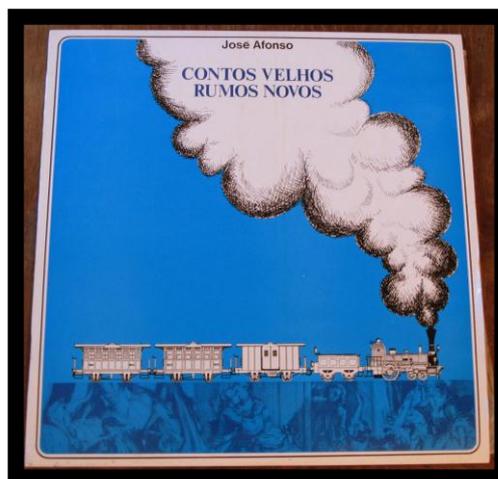
A partir de 1969, a censura torna-se mais apertada em relação à música, e cantores/autores como Zeca Afonso, Padre Fanhais, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, entre outros, são apelidados de “*perigosos autores de baladas temáticas anti-sociais e pacifistas*”, como nos refere José Jorge Letria no artigo *A cantiga foi uma arma... contra a Guerra Colonial*.<sup>134</sup>

A música, como se viu anteriormente, tinha também escapado, durante algum tempo, ao controlo apertado da censura, muito por mérito dos autores, que conseguiam disfarçar a verdadeira mensagem das suas letras, beneficiando, com isso, de vários espaços de divulgação da música e dos seus autores. A música é, também, um dos meios preferenciais da juventude para mostrarem a sua revolta e descontentamento em relação a algo.

Percebe-se, assim, porque é que a música é um dos meios mais utilizados pelos oficiais portugueses para se afirmarem enquanto indivíduos políticos. A música esteve, desde o início da guerra colonial, sempre presente. Ao contrário de outros meios de politização, a música não precisava de um suporte físico, já que podia ser tocada e cantada, pelos militares, em momentos de distração ou, mesmo, quando iam em patrulha.

Podem ser encontradas várias referências a cantores e a músicas nas memórias publicadas de militares portugueses que participaram na guerra colonial e que lutaram pela queda da ditadura portuguesa.

Vasco Lourenço afirma que alguns militares, incluindo ele próprio, levaram vários discos para os acompanharem na sua comissão militar. Ele, em particular, levou “cantautores” do canto de intervenção, nomeadamente Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira e o Padre Fanhais. Revela, ainda, que era normal os discos dele, e de outros, andarem de mão em mão



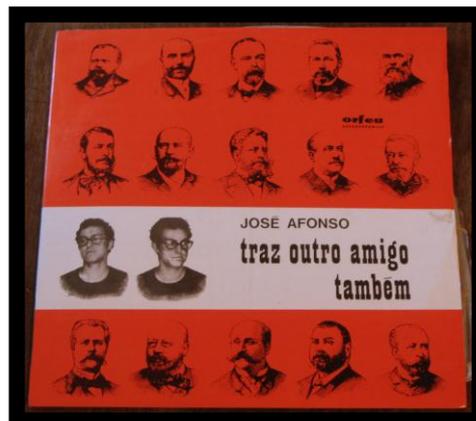
**Figura 3: Álbum de José Afonso.  
Imagem cedida por Justiniana Maciel.**

<sup>134</sup> LETRIA, José Jorge. “A cantiga foi uma arma... contra a Guerra Colonial”. In TEIXEIRA, Rui de Azevedo (Org.). *A Guerra do Ultramar: realidade e ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, p. 160.

para serem ouvidos e que os militares se juntavam para os ouvir e cantar<sup>135</sup>. Também César Oliveira refere que, quando esteve em Mafra a cumprir o serviço militar, em 1963, era usual cantarem algumas músicas consideradas subversivas, “ (...) ao regressar dos exercícios, pedíamos licença para cantar, o que nos era prontamente concedido (...). E lá saímos nós com o *Chant des Partisans* ou com o *Canta Camarada pela Tapada de Mafra fora*. ”<sup>136</sup>.

Zeca Afonso é uma figura incontornável para os militares. São raros aqueles que não indiquem este cantor e a sua obra como um dos marcos da década de 1960. Por exemplo, foi devido a músicas de Zeca Afonso que se chegou a acabar com um programa de rádio em Angola. Carlos Pimentel, um dos responsáveis por um programa de rádio, *Mosaico* (um programa sobre música e cinema), emitido pela Rádio Oficial de Angola, viu o seu programa ser cancelado ao permitir a inclusão de músicas de Zeca Afonso<sup>137</sup>.

António Graça de Abreu é outro militar que realça a obra de Zeca Afonso, tendo afirmado que foi uma lufada de ar fresco, após meses a ouvir música de má qualidade, conseguir ouvir Zeca



**Figura 4: Albúm de José Afonso. Imagem cedida por Justiniana Maciel.**

Afonso em África. Este autor refere, ainda, cantores como Fernando Tordo e a sua vitória no festival da canção, que era também uma vitória contra os reaccionários. Refere, também, que a poesia de Ary dos Santos, cantada por vários intérpretes, parece ser “fácil”, e dessa forma entendidas por muitos portugueses<sup>138</sup>.

Através desta obra, *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*, percebe-se, também, como é que a música chegava, e era distribuída, aos militares portugueses em África. António Graça de Abreu, tal como se viu anteriormente com Vasco Lourenço, leva material consigo, neste caso, uma cassete de José Mário Branco e um leitor de cassetes, para lhe fazer companhia nos seus tempos livres<sup>139</sup>. Neste diário, observa-se, em algumas passagens, que era

<sup>135</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vasco Lourenço: do interior da revolução*. Lisboa: Âncora Editora, 2009, p. 33-34.

<sup>136</sup> OLIVEIRA, César. *Os anos decisivos*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 46.

<sup>137</sup> PIMENTEL, Carlos. “Zeca Afonso acabou programa de rádio”. In *A minha guerra: Testemunhos de Combatentes*. [S.l.]: Presslivre, Imprensa Livre SA, 2011, p. 127.

<sup>138</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 47.

<sup>139</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 150.

habitual reunirem-se alguns militares para cantarem, discutirem e, ou, simplesmente, conviver. Também António Canoilas enfatiza esta questão, ao dizer que grande parte do tempo era passado na messe de oficiais, onde se bebiam algumas cervejas e se tocava e cantava em conjunto<sup>140</sup>.

Percebe-se, assim, como já tinha sido referido anteriormente, porque é que a música é um dos principais veículos de consciencialização política, devido à sua facilidade de transporte, e devido, talvez mais importante, à força que a música tem para aglomerar as pessoas em torno dela.

Como se viu anteriormente, era frequente os militares portugueses juntarem-se para cantar, e mesmo quando iam em missão a música era algo que os acompanhava frequentemente. É nestas “reuniões” que vão surgindo, em vários quartéis, vários Cancioneiros, sendo os mais famosos o Cancioneiro de Niassa e o Fado de Mueda. Os Cancioneiros são compilações de músicas que vão sendo cantadas pelos militares, que vão surgindo através da adaptação de músicas já existentes, na sua maioria de intervenção, e transformadas em relatos/poesias sobre o dia a dia dos militares portugueses em África<sup>141</sup>.

São vários os militares que referem a importância do Cancioneiro do Niassa como material do seu ganho de consciência política. Duran Clemente, tal como Vasco Lourenço, refere que o ouve frequentemente.

No livro *Capitão de Abril: Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril*<sup>142</sup>, encontram-se algumas das adaptações, feitas pelos militares, de músicas portuguesas que constituíam os vários Cancioneiros. Julga-se que será útil transcrever alguns versos destas músicas, para se compreender o estado de espírito daqueles que estavam a lutar por uma causa que não percebiam, ou não acreditavam, longe de casa.

No *Fado de Mueda*, pode-se ler as seguintes palavras, sobre as saudades de casa, bem como a falta de dinheiro dos militares: *Eu quero beber uns copos / Para esquecer as saudades / E dar mais cor ao meu rosto / Mas digam-me amigos a mim / Se com a água a um preço assim / Se pode andar maldispoto*. Uma outra canção, adaptada da música *Jesus Cristo, eu*

---

<sup>140</sup> CANOILAS, António Joaquim Melão. “Uma nativa foi morta por misericórdia”. In *A minha guerra: Testemunhos de Combatentes*. [S.l.]: Presslivre, Imprensa Livre SA, 2011, p. 55.

<sup>141</sup> LETRIA, José Jorge. “A cantiga foi uma arma... contra a Guerra Colonial”. In TEIXEIRA, Rui de Azevedo (Org.). *A Guerra do Ultramar: realidade e ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, p. 160.

<sup>142</sup> MAIA, Fernando José Salgueiro. *Capitão de Abril: história da guerra do ultramar e do 25 de Abril, depoimentos*. Lisboa: Notícias, 1994.

*estou aqui: Jesus Cristo estou tão farto disto / Ó senhor de Matosinhos / Ó senhora da Boa Hora / Ensinaí-nos o caminho / P'ra sairmos daqui p'ra fora.* Uma outra leitura pode indicar o apelo ao fim da guerra para que todos possam voltar a casa. Por fim, o *Hino do Lunho*, uma versão de *Os Vampiros* de Zeca Afonso, uma música que tinha como alvo as chefias militares que, segundo muitos elementos do Exército, não sabiam como lutar contra uma guerra de guerrilha, e que lhes pediam coisas impossíveis, porque não conheciam a realidade, já que não saíam dos seus gabinetes. Salgueiro Maia, por cantar esta música num convívio de oficiais e sargentos, foi alvo de um processo disciplinar<sup>143</sup>. Através destes versos, pode-se observar o descontentamento dos militares em relação às chefias: *Trazem no ventre / Os cabeças d'oiro / Que de guerrilhas / Não percebem nada. / São reizinhos / Da nossa guerra / Senhores por escolha / Mandadores sem prática / Aceitam cunhas / E dizem que não / Passam as rondas / Sob os céus de África.*

O Canto de Intervenção e as suas funções de agitação político-social vão estar sempre presentes durante os anos da guerra colonial. Depois do que foi observado anteriormente, pode-se chegar a uma conclusão sobre a ligação do Canto de Intervenção e a resistência contra a ditadura vigente em Portugal. Durante as jornadas mais duras e mais importantes da luta contra o poder instituído, a música e os seus autores estiveram presentes, comprovado através das palavras de José Jorge Letria: *“A voz dos cantores de intervenção, misturada com o coro poderoso das massas populares, ouvir-se-á nas greves estudantis, nas sessões da CDE em 1969 e 1973, no Congresso de Aveiro, nas greves operárias da Marinha Grande e Vieira de Leiria, nas iniciativas de apoio aos presos políticos e de luta pela sua libertação, nas sessões de convívio promovidas pelas direcções sindicais democráticas, designadamente pelos bancários e pelos trabalhadores do comércio.”*<sup>144</sup>. A música esteve sempre presente durante os anos das lutas académicas, em que Coimbra surge como a cidade berço do Canto de Intervenção, onde a Balada de Coimbra se transforma neste género musical, tendo como um dos seus impulsionadores Zeca Afonso, entre outros músicos que estavam em Coimbra no início da década de 1960. Tendo as músicas de protesto acompanhado os estudantes nas suas lutas e protestos, é, pois, natural que muitos destes jovens, que eram forçados a deixar os estudos para ir para a guerra, ou que eram incorporados após o termino dos seus cursos, levassem nas suas bagagens a música que os acompanhou durante os anos de estudo e de luta.

<sup>143</sup> MAIA, Fernando José Salgueiro. *Capitão de Abril: história da guerra do ultramar e do 25 de Abril, depoimentos*. Lisboa: Notícias, 1994, p. 50.

<sup>144</sup> LETRIA, José Jorge. *A Canção Política em Portugal: da Resistência à Revolução*. Lisboa: Ulmeiro, 1999; p. 45.

José Jorge Letria afirma que a música teve um papel determinante para fazer a ponte entre os militares do quadro permanente e os do quadro complementar pois, através da música, as conversas e a camaradagem surgiam mais facilmente<sup>145</sup>.

Assim, pode-se concluir que a música teve um papel determinante na politização dos militares. A mensagem política, através da música, passava com mais simplicidade. Os próprios militares compunham letras de protesto em relação à situação. A música é simples de transportar, pode ser através de discos, cassetes, rádios ou, simplesmente, cantar ou tendo uma guitarra para animar os tempos mortos. Cantar é uma forma natural do Homem passar o tempo, para se distrair. E num quartel, a ocupação dos tempos mortos não era diferente, ocupando-se através do desporto, de leituras, escrita de aerogramas e da música. Esta última, aqui tratada neste capítulo, acabou por ter um papel preponderante na consciencialização política dos militares portugueses.

Esta união, entre militares e música, vai permanecer até às últimas horas do Estado Novo, através do som de “*Grândola Vila Morena*”, senha do 25 de Abril, escolhida pelos Capitães de Abril ao libertarem o povo português de décadas de opressão, mostrando que a sua linha era mais à esquerda, afastando, assim, o receio de um golpe militar com tendências de extrema-direita que vários rumores apontavam como certos.

#### 4.5 – RÁDIO

Após se ter reflectido sobre a importância da música na politização dos militares do Exército português, torna-se essencial discorrer um pouco sobre um importante meio de transmissão, não só de música, mas de notícias sem censura, discursos e outros tipos de propaganda, a rádio. Nesta época eram várias as rádios clandestinas, sem censura, existentes, sendo por isso um meio privilegiado para a passagem de mensagens políticas.

Apesar de existirem algumas referências, nas fontes pesquisadas, este é um meio de comunicação pouco invocado pelos militares do Exército. De seguida, apresentar-se-ão os exemplos encontrados.

Em entrevista a Manuela Cruzeiro<sup>146</sup>, Pinto Soares afirma que era frequente ouvir a rádio MPLA todas as noites, sustentando que, assim, conseguia perceber o que era, ou não, verdade

---

<sup>145</sup> LETRIA, José Jorge. “A cantiga foi uma arma... contra a Guerra Colonial”. In TEIXEIRA, Rui de Azevedo (Org.). *A Guerra do Ultramar: realidade e ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, p.160.

no que era dito aos militares e população civil portuguesa sobre a guerra e sobre os ataques que iam sofrendo.

António Graça de Abreu é outro militar que refere ouvir algumas estações de rádio enquanto se encontrava na Guiné<sup>147</sup>, em particular a BBC, a Moscovo, a Voz da América, a Tirana, a Rádio Voz da Alemanha e a Rádio Argel. Este militar refere que, além do entretenimento que, naquela altura, era ouvir rádio, este meio de comunicação lhe permitia saber com actualidade o que se passava no mundo.



**Figura 5: Rádio.**  
Imagem cedida por Isabel Nogueira.

Também Aniceto Afonso refere que era, através da rádio, que os militares iam sabendo o que se dizia no estrangeiro, sobre a guerra. Isto acontecia porque os serviços militares escutavam as emissoras estrangeiras publicando depois um boletim, o *Perbolard* (Boletim Periódico de Escuta Rádio) com as transcrições do que era noticiado sobre a situação portuguesa. Sendo que, segundo Aniceto Afonso, os militares até ao posto de capitão, facilmente conseguiam adquirir o boletim e estar relativamente informados, sendo influenciados pelas crónicas e notícias<sup>148</sup>. Aniceto Afonso indica, também, que ele e outros militares se encontravam bastante bem informados, talvez mais que certos organismos do regime, já que através de um sistema de escutas conseguiam ouvir todas as rádios mundiais e elaborar resumos de imprensa, fazendo-os chegar a alguns militares de confiança, e que se encontravam a “conspirar” contra o regime, os militares do Movimento dos Capitães<sup>149</sup>.

É através das rádios estrangeiras que alguns militares vão obter informações do que se passa em Portugal, nomeadamente sobre a Revolta das Caldas. Estas rádios eram tratadas com

<sup>146</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Nuno Pinto Soares: Coimbra, 1998 – 1999.

<sup>147</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 29.

<sup>148</sup> AFONSO, Aniceto. *O meu avô africano*. Alfragide: Casa das Letras, 2009, p. 98.

<sup>149</sup> AFONSO, Aniceto. *O meu avô africano*. Alfragide: Casa das Letras, 2009, p. 203.

alguma cautela por parte dos órgãos de informação nacionais<sup>150</sup>. Será também através da rádio que este militar e aqueles que lhe estão mais próximos vão acompanhar o 25 de Abril, desde as inseguranças, de quem seria o golpe até à vitória e rejúbilo finais<sup>151</sup>. O mesmo é referido por Pires Veloso, relatando que foi através das rádios que muitos militares tiveram conhecimento da Revolução de Abril, onde os acontecimentos foram seguidos com grande entusiasmo pelas tropas ali estacionadas<sup>152</sup>.

Julga-se que, apesar de serem poucos os militares que referem a rádio, este era um meio de alguma importância no que refere à politização dos militares. Era através das diferentes emissoras clandestinas que tinham acesso a informação actual que, de outra maneira, lhes era negada devido à censura existente em Portugal.

Foi encontrada, no Arquivo Histórico Militar, variada documentação com referências a programas de rádio destinados a militares. Através desta é possível verificar que foi dada atenção a uma “rádio comunista” e à sua emissão, dizendo que o objectivo desta é difundir os seus ideais aos militares do Exército, e fazer ver aos mesmos que a guerra era injusta. Este documento refere, também, a existência de programas de rádio a incentivar protestos contra a mobilização dos militares<sup>153</sup>, concluindo que é necessário controlar a massa estudantil que se encontra fortemente perturbada. Esta ideia é reforçada noutros “Supintrep”, onde é dito ser necessário travar os protestos e controlar efectivamente o contágio de ideias subversivas, já que os jovens estudantes irão ingressar, no futuro, no Exército, e que elementos com estes ideais são prejudiciais às Forças Armadas<sup>154</sup>. É possível, ainda, encontrar referências onde é dito que a Rádio Moscovo tem vindo a intensificar a sua acção nos militares portugueses, nomeadamente no *Programa para os soldados portugueses que se encontram em África*, e indica, também, as rádios dos Movimentos de Libertação na tentativa de criar um sentimento de desânimo nas Forças Armadas Portuguesas. É também referido que a Rádio Voz da Liberdade tem como principal objectivo chegar aos militares portugueses e que a preocupação

---

<sup>150</sup> Esta informação pode ser encontrada nestas duas obras: CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 260; AFONSO, Aniceto. *O meu avô africano*. Alfragide: Casa das Letras, 2009, p. 203.

<sup>151</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 266.

<sup>152</sup> VELOSO, Pires. *Vice-Rei do Norte: Memórias e Revelações*. Lisboa: Âncora Editora, 2008, p. 103.

<sup>153</sup> Arquivo Histórico Militar, Divisão 1, Estado-Maior do Exército. *Ação Psicológica: Elementos de Contrapropaganda – Temas da propaganda inimiga destinados às tropas*. Lisboa, 1968. Manual produzido pelo Estado-Maior do Exército, 2ª Repartição, que tenta explicar, aos militares, como funciona a propaganda oposicionista e dos movimentos de libertação e como é que esta propaganda deve ser combatida.

<sup>154</sup> Arquivo Histórico Militar, Divisão 1, Estado-Maior do Exército. *Lista de Supintrep*. Lisboa, várias datas. Resumo de notícias da 2ª Repartição do Estado Maior do Exército e supintreps de contra-subversão de grupos oposicionistas, de programas de rádio, de propaganda, etc.

das chefias militares vai para os temas abordados nas suas emissões: As Forças Armadas não existem para defender os interesses e as ambições políticas dos Generais; O Exército português desonra-se numa guerra que desonra Portugal; As armas pagas com o dinheiro do povo jamais deverão voltar-se contra o povo; A luta pela liberdade é o dever dos militares.

Neste documento encontram-se, ainda, referências a acontecimentos dentro da EPI (Escola Prática de Infantária) onde participaram estudantes incorporados compulsivamente. Pode-se concluir que existiriam contactos entre alguns indivíduos que se encontravam dentro da EPI e as emissoras de rádio, pois só desta maneira seria possível relatar os acontecimentos ali vividos.

Verifica-se, também, a existência de um programa, na Rádio Voz da Liberdade, intitulado de *Tribuna Militar*, tendo como destinatários os militares. É dito que, nesse programa, foi feito um apelo à resistência à guerra e que os militares deviam formar um exército democrático para lutar pelo povo. É mencionado, ainda, que a Rádio Portugal Livre indica que algo se “mexe” nas Forças Armadas, lançando um repto a todos os militares honestos a intensificarem as suas reindividações e se juntarem a outros sectores da sociedade que lutam pelos mesmos objectivos. Existe uma referência a um apelo, na Rádio Voz da Liberdade, à deserção colectiva e à sabotagem que perturbe o funcionamento da guerra sendo, ainda, dito que são os militares o grande pilar do regime fascista.

Os relatórios elaborados pelos serviços de escuta de rádios eram depois estudados pelo departamento de Acção Psicológica do Exército, a fim de se estudar a propaganda, assim como os seus alvos, realizada pelos opositoristas à guerra e ao regime, e tentar encontrar uma maneira de se combater a mesma<sup>155</sup>.

Os exemplos anteriores demonstram como a Rádio podia ser, e era, utilizada, já que era mais fácil ouvir rádio do que comprar um livro proibido. As ideias circulavam com mais facilidade, e os públicos alvo eram atingidos directamente e sem intermediário, ou sem segundas interpretações. Diz-nos Rogério Seabra Cardoso que a força da rádio era imensa, já que “*o segredo deles consiste na identificação com o povo e na proximidade da linguagem. Trabalham as palavras com simplicidade e a repetição dos conceitos vai fazendo a cabeça das pessoas, manipulando os sentimentos em certa direcção*”<sup>156</sup>.

É, ainda, visível a preocupação das forças governamentais em estarem informadas sobre o que é dito na propaganda anti-guerra e anti-regime, de forma a poderem tomar medidas

<sup>155</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 222.

<sup>156</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 225.

contra-subversivas e, assim, tentar minimizar os efeitos da propaganda oposicionista, apesar de, na opinião de Rogério Seabra Cardoso, o que fazia era pouco e/ou ineficaz<sup>157</sup>.

#### 4.6 – JORNAIS

Alguns jornais são também referenciados por alguns militares, percebendo-se, assim, que este meio de informação teria alguma relevância na politização dos militares. Infelizmente, as referências são diminutas, não se podendo aprofundar até que ponto os periódicos foram importantes para os militares.

António de Graça Abreu refere que o bar dos oficiais, no quartel onde se encontra, recebe vários jornais, com um atraso de dois ou três dias, e o mais relevante deste apontamento é a referência aos periódicos não recebidos. Este militar, no seu diário, lamenta o facto de não receber nem o *Diário de Lisboa*, nem o *República*, jornais conotados com a oposição ao Estado Novo<sup>158</sup>. Pode-se concluir que o fornecimento de jornais, pela via oficial, era alvo de uma selecção prévia.

Salgueiro Maia, em entrevista a Manuela Cruzeiro<sup>159</sup>, indica que lia o *República* e o *Expresso*, dizendo que estes dois jornais eram conotados com alguns sectores da oposição portuguesa. O *Expresso* é também referido nas memórias de Rogério Seabra Cardoso, onde é dito que através deste jornal se podem ler alguns textos/notícias sobre o descontentamento, embora não sendo muitos iam servindo para elaborar cenários e possíveis conjecturas<sup>160</sup>.

Percebe-se o porquê das poucas referências a jornais portugueses, se se tiver em conta que estes tinham sobre si a marca da censura, já que as notícias seriam transmitidas de modo imparcial e, talvez, por isso fossem alvo de pouca atenção por parte dos oficiais. Sendo assim, encontram-se referências a jornais estrangeiros ou aos que tinham uma origem clandestina. Armando de Sousa Teixeira<sup>161</sup>, por exemplo, sustenta esta tese dizendo que: “*sabia mais quem tinha acesso aos jornais estrangeiros ou à literatura clandestina a circular de mão-em-mão*”.

---

<sup>157</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 225.

<sup>158</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 23.

<sup>159</sup> Centro de Documentação 25 de Abril, Projecto de História Oral, entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Fernando José Salgueiro Maia, Santarém, 1991.

<sup>160</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 231.

<sup>161</sup> TEIXEIRA, Armando Sousa. *Guerra Colonial: a memória maior que o pensamento*. Lisboa: Edições Avante, 2009, p. 82.

Um jornal clandestino produzido a pensar no público alvo específico dos militares era o *Tribuna Militar*. Este periódico é referido por Vasco Gonçalves, que indica que o aparecimento deste jornal foi bastante importante na politização dos militares durante os anos de 1960 e 1961<sup>162</sup>. No livro de memórias de Eugénia Varela Gomes<sup>163</sup>, esposa de Varela Gomes (um dos responsáveis do atrás referido jornal clandestino) pode-se ler que este jornal era idêntico, no formato e no tipo de papel, ao *Avante!*.

Nesta obra de Eugénia Varela Gomes, é-nos relatado como se efectuava a distribuição do *Tribuna Militar*, indicando que, de sua casa, partiam centenas de exemplares, passavam, ela e o seu marido, as noites a inserir o jornal em envelopes para depois serem enviados para várias pessoas, sendo que alguns dos destinatários eram elementos de destaque do regime, mas que eram enviados apenas por provocação. Quando questionada se os militares, que escreviam e distribuía o *Tribuna Militar*, pertenciam a uma célula do Partido Comunista, Eugénia Varela Gomes diz que não, mas que supõe que quem estava encarregue da impressão do jornal seria o Partido Comunista. César Oliveira faz referências a esta publicação clandestina, dizendo que teve acesso à *Tribuna Militar* através de um tio que era oficial da Marinha, indicando, assim, que fazia a ponte entre o mundo militar e o mundo académico de Coimbra<sup>164</sup>.

O *Avante!*, jornal do Partido Comunista, contém, em várias edições, relatos de levantamento de rancho e outras manifestações de insatisfação de militares, bem como apelos para que os militares, dos vários ramos das Forças Armadas, se revoltassem contra o regime e ajudassem o povo a derrubar o regime. Supõe-se que, como se viu anteriormente com o relato de Eugénia Varela Gomes, existiriam alguns contactos entre alguns militares e o Partido Comunista. Só desta maneira é que este jornal teria acesso a a factos ocorridos dentro dos



**Figura 6: Exemplar do Jornal “O Avante”.**  
 Imagem retirada de: <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>

<sup>162</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vasco Gonçalves: um general na Revolução*. Lisboa: Notícias, 2002, p. 40.  
<sup>163</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Maria Eugénia Varela Gomes: contra ventos e marés*. Porto: Campo das Letras, 2003, p. 165-166.  
<sup>164</sup> OLIVEIRA, César. *Os anos decisivos*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 27.

quartéis. Pressupõe-se, também, que existiria uma distribuição activa pelos militares, já que os apelos directos aos soldados portugueses só teriam efeito se fossem lidos por eles mesmos.

Como foi referido anteriormente, existem, também, algumas referências a jornais estrangeiros. É o caso de António Lobo Antunes<sup>165</sup>, que refere que Melo Antunes lhe emprestou vários exemplares do *Nouvel Observateur*, afirmando que se não fosse isso, estaria, como o resto dos militares, condenado a ler fotonovelas.

Através desta afirmação percebe-se que os periódicos eram, como os livros, passados de mão em mão. António de Graça Abreu indica que entregou a dois soldados da sua confiança alguns números do *Comércio do Funchal*, referindo, ainda, que este é “*um dos poucos jornais portugueses que nos ajuda a entender os porquês dos sobressaltos do mundo.*”<sup>166</sup>. Percebe-se, então, que os jornais/revistas que podiam ser conotados com a oposição eram entregues de mão em mão, ao contrário de outras publicações que podiam ser encontradas em locais como os bares de oficiais espalhados pelas mesas.

Conclui-se que, apesar de ser um meio de comunicação pouco referido, os jornais, em especial os clandestinos, foram parte importante na formação política dos militares do Exército português, já que era através deles que conseguiam ter acesso a algumas notícias livres de censura, com uma forte vertente ideológica, como o caso do jornal *O Avante!*.

#### 4.7 – CINEMA

Ao contrário de outras actividades culturais, como a literatura e a música, o cinema é uma das artes menos citadas nas memórias dos militares. Quando é referida, normalmente, é porque serve para passar o tempo e “pouco mais”. No entanto, há uma ou outra referência sobre alguns filmes de carácter político mais fortes a que os militares assistiram.

De seguida, incidir-se-á sobre a relação entre os militares e o cinema e o que estes retiram dos filmes a que assistem. Mas, antes, julga-se pertinente discorrer um pouco sobre o cinema produzido, neste período, tendo a Guerra Colonial como temática.

---

<sup>165</sup> ANTUNES, António Lobo. *D’este viver aqui neste papel descripto: cartas de Guerra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005, p. 166.

<sup>166</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p.182.

Diz-nos José de Matos Cruz, no seu artigo *Longe da guerra – Cinema*<sup>167</sup>, que o cinema não deu grande atenção à Guerra Colonial. Julga-se que, aqui neste aspecto, há que se considerar a importância do papel desmotivador que a censura exercia nos realizadores. Constituíam, ainda, motivo para esta deficiência cinematográfica, o inexistente financiamento ou a reduzida prioridade. E os existentes, realizados pelos órgãos oficiais, enquanto filmes propagandísticos sobre os territórios coloniais, transmitiam uma falsa imagem da África portuguesa aos portugueses e ao mundo. Este autor refere apenas alguns filmes que abordam a guerra sempre pelo lado do indivíduo, sem fundamento ou objectivo ideológico, o que poderá querer dizer que os cineastas tentavam encontrar subterfúgios para escaparem ao lápis azul dos censores, fazendo, assim, críticas veladas à Guerra Colonial. José de Matos Cruz refere que uma das formas de se fazer críticas à Guerra Colonial, encontradas pelos realizadores cinematográficos, era colocar indivíduos ficcionados, ligados de algum modo ao conflito, sendo ex. combatentes ou pertencentes a famílias residentes em África e que, por algum motivo, tiveram que se vir embora. São vários os exemplos dados por este autor, como, por exemplo, o filme *29 irmãos*, 1965, de Augusto França ou *Perdido por Cem...*, 1972, de António Pedro Vasconcelos.

Um dos militares que mais vezes refere o cinema, é António Graça de Abreu. Ao longo do seu diário podem ser encontradas várias referências a filmes, sendo, na sua opinião, a maioria, filmes sem qualidade, que apenas servem para “passar o tempo” e para se distraírem.

Outro militar que refere na sua obra, *“Diário de guerra: Angola 1961-63”*, com frequência, a ida a salas de cinema é Etelvino da Silva Batista, mas, infelizmente, nunca refere os nomes dos filmes que viu, alegando apenas que foi ao cinema em determinadas noites.

Contudo, há algumas referências que são dignas de registo. Como a de 24 de Outubro de 1972, em que António Graça de Abreu alude ter assistido a um filme que representava a luta *“das massas camponesas contra os senhores feudais”*<sup>168</sup>, o nome deste filme é *“Michael Kohlss, o rebelde”*, uma fita que esteve durante pouco tempo em Lisboa, no cinema Éden. Este militar diz, várias vezes, que fica surpreendido sobre o facto de alguns filmes chegarem às tropas portuguesas, quando, na metrópole, eram retirados depois de pouco tempo de projecção, ou nem chegavam às salas de cinema. Um desses casos é um filme francês, sobre a emigração ilegal dos portugueses para França, do realizador Christian de Chalonge. António

<sup>167</sup> CRUZ, José de Matos. “Longe da guerra – Cinema”. In Guerra colonial: 1961-1974. Associação 25 de Abril. Disponível no URL: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=193>. [online], [consultado a 09 de Janeiro de 2010].

<sup>168</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 61.

Graça de Abreu refere que este filme teve um forte impacto numa grande percentagem da assistência<sup>169</sup>, até porque este era um assunto bastante familiar a muitos militares ali presentes, em especial os oriundos do norte de Portugal. O filme a que este militar dá mais ênfase, é a “Recado”<sup>170</sup>, uma película onde António Graça de Abreu encontra semelhanças entre os “bandidos” e os elementos da PIDE. Sobre esta película, refere que é politicamente importante, mas que duvida que grande parte dos militares que assistiram ao filme tenham percebido a trama e a crítica social.

Do diário deste militar, pode-se deduzir o que pretendia grande parte dos homens que estiveram em África a cumprir o serviço militar obrigatório. Os desejos destes militares incluíam uma comissão rápida, sem confusões, de forma a poderem voltar a casa no tempo previsto. Observa-se isto quando António Graça de Abreu pergunta a um alferes a sua opinião sobre o “Recado”, ao que este responde que não tinha gostado, pois ue este filme o tinha feito pensar, e ele tinha ido ali para se divertir e não para pensar<sup>171</sup>.

É possível verificar que a censura e a repressão, no que concerne à oferta cultural, não estão tão vincadas nas colónias, como na metrópole. Só assim se explica que sejam dados a ver, aos militares portugueses, filmes considerados politicamente melindrosos para o governo da época.

Poderia-se, ainda, especular sobre qual o objectivo dos responsáveis pelos cinemas, e o porquê de se passarem filmes que são de crítica e consciência social, mas, dado não terem sido encontradas referências sobre este assunto, optou-se por não se discorrer sobre ele.

Finalmente, o segundo motivo desta pequena abordagem ao cinema tem o intuito de enfatizar a devida importância que a arte cinematográfica pode ter tido na consciencialização dos militares, mas que, por várias razões, não foi o meio privilegiado dos militares na sua busca pelo conhecimento. Em Portugal continental, a censura tinha uma estrutura bem montada e, ou impedia os filmes de chegarem às salas de cinema, ou eram retirados pouco tempo depois. Nas colónias a situação era diferente. Se por um lado, o sistema repressivo era mais brando, por outro, sabe-se que, nos anos da Guerra Colonial, os meios de reprodução dos filmes eram quase inexistentes, ou seja, não era qualquer pessoa que possuía meios para transportar o cinema, resultando num número muito reduzido de militares com acesso a filmes. Normalmente, só quem estava colocado, ou em trânsito, numa cidade é que podia

<sup>169</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 99.

<sup>170</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 198.

<sup>171</sup> ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra & Paz, 2007, p. 198.

aceder a estes materiais. Veja-se o relato de Rogério Seabra Cardoso, este militar, que se encontra colocado numa cidade, refere que quando não estão de escala, que o que normalmente faz, ele e outros militares, é ir ao cinema, janta-se fora e, por fim, prolonga-se a noite nos bares. Serve este exemplo para ilustrar que além do cinema ter um carácter mais lúdico do que informativo<sup>172</sup>.

#### 4.8 – PROPAGANDA

A propaganda de organizações políticas ou anti-coloniais conhece escassas referências nas memórias e entrevistas consultadas sobre esta temática da Guerra Colonial, excepcionando nas rádios e em publicações periódicas conotadas com alguns partidos políticos. Contudo, encontrou-se, no Arquivo Histórico do Exército, um documento intitulado “Acção Psicológica Contrapropaganda”, datado de 1968, que descreve quais os temas que os opositores ao regime, ou dos Movimentos de Libertação, abordavam, na propaganda que elaboravam, explicando como deveria ser combatida a mensagem distribuída aos militares.

Os temas presentes neste documento vão desde críticas ao salário que os soldados recebem, apelos à deserção, a injustiça da Guerra Colonial, o apelo aos oficiais milicianos para se “revoltarem” contra os oficiais do quadro permanente, existindo, ainda, um apelo aos soldados africanos para não combaterem ao lado dos portugueses, pois isso representa uma traição à sua terra e ao seu povo, ou, também, que nas Forças Armadas Portuguesas existem correntes contrárias à Guerra Colonial e que vão resistindo à mesma.

Existe, também, um outro documento, no arquivo referenciado anteriormente, que data de 13 de Novembro de 1970, onde se faz uma apresentação sobre o comportamento e posições assumidas pelo Partido Comunista Português (PCP) ao longo da Guerra Colonial. Neste documento, o PCP surge referenciado como a organização revolucionária portuguesa mais importante<sup>173</sup>, e é dito que, no início, a posição deste partido foi o de apelo e de difusão de propaganda, para que os soldados portugueses desertassem para não participarem numa guerra injusta. Esta posição vai ser alterada, ao longo da década de 1960, segundo este relatório, sendo indicado aos simpatizantes do PCP para se alistarem e instigarem algumas

---

<sup>172</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 21.

<sup>173</sup> Arquivo Histórico Militar, Divisão 1, Estado-Maior do Exército. *Intrep de Contra-Subversão do pessoal militar N° 2629*. Lisboa, 1970. Circular, do Exército, sobre deserção e roubo de armamento. Este documento contém um resumo das actividades que os diferentes grupos políticos, ou armados, levavam a cabo em Portugal e como é que estes deviam ser combatidos.

acções de protesto no seio das Forças Armadas, recolhendo informações sobre as estruturas militares.

O PCP não é a única organização focada neste documento, também a L.U.A.R. merece atenção por parte das autoridades do Estado Maior do Exército. É referido que a L.U.A.R. faz apelos aos militares para que desertem dos quartéis e para que estes tragam com eles todo o material bélico possível, de maneira a enfraquecer as Forças Armadas e a fortalecer esta organização.

O Estado Maior do Exército mostra, também, preocupação em relação a um terceiro grupo, uma facção dissidente do PCP, que difunde um jornal, *O Comunista*, onde estavam impressos os apelos à deserção e à passagem de informação, plantas de quartéis, etc., para que fosse possível efectuar alguma acção de sabotagem nas estruturas militares.

A concluir este relatório surgem várias recomendações para que se actue rapidamente para debelar qualquer tipo de sabotagem e deserção, com o propósito de que a propaganda divulgada por estas organizações seja bem sucedida e com consequências dentro da instituição militar.

Contudo, existem militar, António Lobo Antunes<sup>174</sup>, que faz referência a material de propaganda, escrita, de um Movimento de Libertação, o MPLA. Estes documentos consistem em dois livros, que foram apreendidos durante uma operação militar. Após ter lido os mesmos, Lobo Antunes revela que os livros dão que pensar, e que a injustiça que ali aparece descrita é flagrante e que isso se encontra acima de qualquer consideração política<sup>175</sup>. Serve este exemplo para se perceber que não era só através da rádio que o MPLA passava a sua mensagem para a tropa portuguesa, também o fazia através de material escrito, apesar de, nem sempre, essa transmissão ser intencional, como aconteceu neste caso. António Lobo Antunes não é caso único, Mário Beja Santos<sup>176</sup> também refere que, como resultado de operações que vai fazendo, além de armas, é frequente encontrar propaganda política, assim como livros, dos movimentos de libertação.

---

<sup>174</sup> ANTUNES, António Lobo. *D'este viver aqui neste papel descripto: cartas de Guerra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005, p. 69.

<sup>175</sup> ANTUNES, António Lobo. *D'este viver aqui neste papel descripto: cartas de Guerra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005, p. 72.

<sup>176</sup> SANTOS, Mário Beja. *Diário da Guiné 1969 – 1970: o Tigre Vadiao*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008, p. 41.

Conclui-se que a propaganda, apesar de ser quase inexistente nas memórias dos militares, foi importante na politização dos militares contra o regime em vigor. Pelo menos, era essa a interpretação do Estado Maior do Exército, como se verificou anteriormente.

## 5 - REPRESSÃO E VIGILÂNCIA

Os militares portugueses, tal como a sociedade civil, estiveram, ao longo dos anos, debaixo de vigilância. Nas próximas páginas ir-se-á tentar perceber como os militares foram alvo dessa vigilância e da repressão do regime.

Antes de mais, julga-se que é necessário perceber que o regime usava, ou tentava utilizar, a instituição militar de maneira repressiva sobre alguns sectores da juventude nacional. Durante a longa década de 1960, como se viu anteriormente, os protestos juvenis e académicos tiveram uma forte expressão. Um dos instrumentos, usados pelo governo, para combater e tentar acabar com os protestos era a incorporação compulsiva de alguns jovens nas Forças Armadas Portuguesas, pensando, talvez, que assim conseguissem acabar com os protestos dos jovens. O número dos jovens que iam para o Exército, através desta medida, era tão elevado que a PIDE e o governo tinham algum receio em dar nas vistas. Como no caso de 31 estudantes incorporados, em Abril de 1970, compulsivamente na Companhia Disciplinar de Penamacor, onde, além do número ser elevado, havia também o receio de enviar os filhos das elites para o meio de criminosos de delito comum, tendo a PIDE percebido que enviar tantos jovens licenciados, ou a frequentar a universidade, daria demasiado nas vistas, alterando a medida repressiva destes elementos<sup>177</sup>. Através da obra *Anos Inquietos*, percebe-se que essa foi uma tentativa falhada, até porque a instituição militar não estava a funcionar como um mecanismo de repressão. Um dos casos de que fala esta obra, e que foi incorporado compulsivamente no Exército, é Pio de Abreu, estudante em Coimbra e enviado para Mafra como castigo<sup>178</sup>. Pio de Abreu refere que foram bem recebidos, e que não foram vítimas de qualquer acto repressivo, referindo que o único acto discriminatório sofrido foi, ele e os outros estudantes incorporados compulsivamente, dormirem na mesma caserna, defendendo ser para evitar o contágio e a disseminação de ideias contra o regime pelos restantes recrutas, mas que, apesar dessa separação nocturna, durante o dia recrutas e oficiais se sentavam com eles, conviviam normalmente e, por vezes, eram eles quem puxava para a conversa assuntos mais revolucionários. Refere, também, que foi encontrar um grupo de militares, especialmente os do quadro permanente, cansados e insatisfeitos devido às repetidas comissões que tinham feito em África, e mais importante, que o Exército já não defendia o

---

<sup>177</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2009, p. 504.

<sup>178</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela, BEBIANO, Rui (Org.). *Anos inquietos: vozes do movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p. 173-175.

regime, e que a culpa disso era do próprio governo, que, devido às exigências da Guerra Colonial, acabou por sacrificar o povo, retirando os jovens das famílias, para que estes fossem combater numa guerra em que não acreditavam. Esta é uma ideia recorrente na entrevista concedida por Pio de Abreu: sentia-se, dentro do quartel, que os militares todos, ou quase todos, concordavam em dois pontos: a Guerra Colonial tinha que acabar e, para isso, o regime tinha que cair. Já depois da recruta, foi enviado para África e, no fim da sua comissão, tem, uma vez mais, a prova de que os militares estão contra a guerra e contra o regime. Em 1972, antes de regressar a Lisboa, Pio de Abreu fez um discurso de despedida, onde, uma vez mais, se mostra contra a guerra e muito crítico do poder central. Nesse encontro de 1972, encontravam-se vários oficiais, entre eles Rafael Durão, o comandante da companhia, que, no final do referido discurso, se levantou e disse que concordava com as ideias proferidas e defendidas por este, ao longo do tempo que serviu naquela companhia<sup>179</sup>.

O exemplo de Pio de Abreu é relevador de como a medida do Governo de incorporar compulsivamente os jovens estudantes nas Forças Armadas falhou retundamente. Permitiu que ideias contra a guerra, e contra o regime, fossem ouvidas livremente nos quartéis. Pode-se concluir que terá sido um contra-senso colocar, na frente de combate, jovens que se destacaram, de tal maneira, no combate/protesto em relação à guerra e ao próprio regime, podendo minar um dos principais suportes de qualquer regime, as Forças Armadas, e em especial o Exército. Isto é visível através do relato, de um outro jovem incorporado compulsivamente, José Cavalheiro, estudante em Coimbra. Estes militares, incorporados compulsivamente, subvertiam, de tal forma, o sistema, que o juramento de bandeira deste curso, em 1969, foi ao som da canção *Vampiros*, de Zeca Afonso<sup>180</sup>. Refere, também, que em África, já depois de ter cumprido uma pena de prisão (militar), não cumpria as ordens que lhe davam<sup>181</sup>.

De novo, é visível como a medida de incorporação compulsiva de jovens que se manifestavam contra o regime e a guerra podia ser bastante perigosa para o próprio regime. Os militares, comandantes de companhia, tentavam lidar com esta situação da melhor maneira, transmitindo aos indivíduos para cumprirem o serviço militar da melhor maneira

---

<sup>179</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela, BEBIANO, Rui (Org.). *Anos inquietos: vozes do movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p. 181-182.

<sup>180</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela; BEBIANO, Rui (Org.). *Anos inquietos: vozes do movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p. 237.

<sup>181</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela; BEBIANO, Rui (Org.). *Anos inquietos: vozes do movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p. 244.

possível, esquecerem a política e, no fim da comissão, voltarem a pensar em política e protestos. Uma situação, também, vivida por José Cavalheiro<sup>182</sup>.

Rogério Seabra Cardoso faz uma breve descrição dos militares que se cruzam com ele na Sala de Leitura, onde se joga, se discute e se fazem algumas leituras. Diz, ainda, que quase todos são licenciados, ou que frequentaram a universidade, e que, devido às lutas estudantis, foram incorporados compulsivamente no Exército<sup>183</sup>. Refere, ainda, que muitos desconheciam a realidade do ultramar, já que estas informações eram sonegadas ao povo, e afirma que o recrutamento compulsivo não atenuou os ideais destes jovens, que continuam guardados dentro de si, esperando um momento para saltarem para fora assim que a oportunidade surgisse.

Apesar de serem considerados um pilar do regime, os militares do Exército não foram alvos de grandes medidas de repressão dentro da instituição militar. Foram, aliás, gozando de alguma liberdade. É frequente ouvir-se alguns militares de Abril dizerem, em conferências e em conversas de que se havia um lugar livre em Portugal, esse lugar era a messe de oficiais. A comprovar esta teoria, temos o exemplo de Vasco Gonçalves, que, enquanto director da Sala de Alunos da Escola do Exército, fez a Sala assinar a *Seara Nova*, sendo esta publicação considerada favorável a correntes oposicionistas<sup>184</sup>. Rogério Seabra Cardoso afirma que falar de política era recorrente entre os militares, especialmente em zonas de guerra, e o debate era preconizado por militares do quadro permanente e complementar. Para se perceber o porquê do tema ser recorrente e de ser feito às claras, ir-se-á citar este miliciano do Exército: “*Aliás, quando atirados para um “buraco”, no meio do mato, já nada temos a perder. Então fala-se de tudo a toda a gente.*”<sup>185</sup>.

A relação entre a PIDE e os militares foi estudada por alguns historiadores. De seguida, ir-se-á tentar perceber se a PIDE foi uma arma repressiva do regime contra os militares, de que maneira era usada, e qual a reacção dos militares.

Na obra *História da Pide*, de Irene Pimentel, observa-se que, antes do início da Guerra Colonial, a relação entre a PIDE e o Exército foi, relativamente, pacífica e sem grandes conflitos<sup>186</sup>. Apenas com o “Golpe da Sé” começam a surgir alguns conflitos, em particular com a interrogação de militares por parte de agentes da PIDE. Os militares consideraram uma

---

<sup>182</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela; BEBIANO, Rui (Org.). *Anos inquietos: vozes do movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p. 250.

<sup>183</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 32.

<sup>184</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vasco Gonçalves: um general na Revolução*. Lisboa: Notícias, 2002, p. 37.

<sup>185</sup> CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010, p. 183.

<sup>186</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2009, p. 220.

humilhação serem sujeitos a interrogatórios e investigações por parte de indivíduos que não se encontravam na esfera militar. O Ministro do Exército Almeida Fernandes foi um daqueles que mostrou a sua insatisfação<sup>187</sup>. As queixas dos militares, contra a ingerência da PIDE em assuntos das Forças Armadas, já se tinham feito sentir anteriormente, quando alguns militares participaram na Organização Cívica Nacional, em particular aquando da detenção de Henrique Galvão, e de outros militares, em 1952<sup>188</sup>.

Irene Pimentel afirma que, após as eleições de 1958, as queixas dos militares voltam-se a fazer sentir devido ao mau-estar sentido com a perseguição que a PIDE faz a Humberto Delgado<sup>189</sup>. É também referido que os militares não gostam da PIDE, e que o relacionamento entre ambos era apenas o necessário. É importante referir estes casos, já que, anteriormente, a PIDE não sentia grandes anti-corpos da instituição militar, e que são estas ocorrências, o início da Guerra Colonial, que leva para as elites (oficiais) das Forças Armadas muitos jovens, que anteriormente não iriam ter essa possibilidade, jovens estes que já conheciam, ou tinham ouvido falar, dos métodos utilizados pela PIDE, na tentativa de reprimir todos aqueles que se figuravam como oposicionistas ao Estado Novo, que irá fazer com que os militares mais jovens não confiem nesta polícia, e sintam desprezo por ela. Se se continuar a ler a obra de Irene Pimentel, ir-se-á observar que a teoria anterior é sustentada por esta autora, quando refere que “o general Humberto Delgado acusou os generais de terem deixado um «colega enxovalhado pelo governo e pela PIDE»”<sup>190</sup>. Observa-se que, enquanto que os “velhos generais” eram coniventes com a PIDE, ou pelo menos não a criticavam, a geração mais nova não era domesticável pela PIDE, como os militares de outras gerações tinham sido<sup>191</sup>.

Dalila Cabrita Mateus, também, estudou a possível repressão que os militares sofriam através da PIDE, no seu estudo *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961 – 1974)*. Observa-se que vão existindo alguns conflitos entre a PIDE e os militares nas operações que vão fazendo, mas um dos aspectos mais relevantes, focado por Dalila Cabrita Mateus, é referente à confiança, ou falta dela, sendo dito que os militares não confiam na PIDE, sendo os oficiais mais novos bastante resistentes à infiltração da PIDE, desprezando-a. Mesmo nas operações que faziam, em conjunto, a relação não era a melhor, isto mesmo foi referido por um oficial

---

<sup>187</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2009, p. 228.

<sup>188</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2009, p. 499.

<sup>189</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2009, p. 499.

<sup>190</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2009, p. 500.

<sup>191</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2009, p. 505.

dos serviços secretos da Rodésia em Março de 1974<sup>192</sup>. Os altos-comandos, como o General Spínola e o General Costa Gomes, por exemplo, tinham, ao contrário dos oficiais subalternos, uma boa relação com a polícia política do regime. Através da leitura desta obra, distingue-se também que a PIDE era bastante aceite pela população branca das colónias, ao contrário do que acontecia na metrópole, se se pensar no que foi escrito anteriormente, sobre a relação entre os militares e os colonos brancos, compreende-se bem como a PIDE e o Exército se encontravam em campos opostos, no que concerne ao pensamento sobre a guerra e da injustiça que era a sociedade colonial, um sistema baseado no racismo. Por fim, através da leitura das memórias de militares, percebe-se que os presos eram tratados numa base de relação humana, já a PIDE é acusada de torturar os presos e de matar indiscriminadamente<sup>193</sup>.

Na obra *Vice-Rei do Norte*, Pires Veloso relata um episódio passado entre ele e um inspector da PIDE, que acusa um militar, às ordens de Pires Veloso, de ser afecto ao Partido Comunista, entre outras coisas. É dito que mandou chamar o referido militar à sua presença e do inspector da PIDE, onde é dito ao militar para que continuasse a cumprir o seu dever e que, em relação à ideologias políticas, ficava na sua consciência. Dizendo, de seguida, ao inspector para não se intrometer nos assuntos dos seus militares<sup>194</sup>. Por este episódio, percebe-se como era tensa a relação entre PIDE e o Exército, e mesmo um militar como Pires Veloso, que não era, nem terá sido, afecto a ideologias mais à esquerda, não admitia que a PIDE fosse inquirir sobre os seus militares.

Apesar desta hostilidade, a verdade é que durante a Guerra Colonial, e nos territórios em guerra, a PIDE e os militares foram cooperando, já que as informações obtidas pela PIDE eram vitais para o desenrolar de algumas operações militares. É devido a esta cooperação que muitas vezes se questiona se o Movimento das Forças Armadas tinha como objectivo inicial o fim da PIDE/DGS nos territórios coloniais, e também o porquê da PIDE ter “deixado” acontecer o 25 de Abril, já que é bastante improvável que esta não soubesse que se estaria a passar algo<sup>195</sup>.

Conclui-se que os militares do Exército estiveram sujeitos ao mesmo controlo e repressão que toda a sociedade civil durante o Estado Novo e, em especial, na década de 1960, no território “metropolitano. Observa-se que, com a ida para os territórios coloniais, os militares

---

<sup>192</sup> MATEUS, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961 – 1974)*. Lisboa: Terramar, 2004, p. 381.

<sup>193</sup> MATEUS, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961 – 1974)*. Lisboa: Terramar, 2004, p. 397.

<sup>194</sup> VELOSO, Pires. *Vice-Rei do Norte: memórias e revelações*. Lisboa: Âncora Editora, 2008, p. 97.

<sup>195</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2009, p. 508-509.

foram menos vigiados. Desde logo, com a criação do Serviço Postal Militar, era possível receber notícias ou materiais “proibidos”, como os livros, sem que houvesse qualquer tipo de fiscalização. Nas notas disponibilizadas por José Aparício<sup>196</sup>, é referido como, através do SPM, este militar conseguiu receber dezenas de livros de uma livraria francesa, coisa que em Portugal talvez fosse impossível, pelo menos, sem levantar suspeitas. Também a rádio e a música circulavam mais livremente. Era difícil impor, nos territórios africanos, um sistema repressivo eficaz, especialmente nas companhias que se encontravam afastadas das grandes cidades. Anteriormente, também se observou que alguns filmes exibidos em África foram proibidos ou retirados de circulação pouco tempo após à sua exibição, sendo mais uma prova que a repressão aos militares portugueses era mais branda em África.

Observou-se, ainda, que os militares tinham grande liberdade de expressão dentro dos quartéis, não quer dizer que todos os comandantes de companhia, ou todos os oficiais, fossem contra o governo e contra a guerra, querendo-se apenas demonstrar que uma parte destes mostrava qual a sua posição relativamente ao conflito e à vida nacional, e que as opiniões eram respeitadas, mas que havia uma ordem acima de tudo, fosse qual fosse a opinião, o serviço militar e o dever deviam ser cumpridos rigorosamente, para que fosse poupado o maior número de vidas possíveis.

Julga-se, também, que a PIDE, em África, não prestava tanta atenção aos militares portugueses. Além destes não gostarem da intromissão desta polícia nos seus assuntos, a PIDE mostrava estar demasiado preocupada com os chamados terroristas, preferindo perseguir estes, deixando em paz quem, no mínimo, cumpria a sua função militar, mesmo sem concordar com a guerra e os seus motivos. No final do regime, a PIDE também já não consegue ser muito eficaz no controlo e repressão dos militares portugueses, de tal modo que o Movimento das Forças Armadas vai beneficiar com essa inacção e consegue ir trocando cada vez mais informações entre os seus elementos e avançando nos seus propósitos<sup>197</sup>.

---

<sup>196</sup> Aparício, José. *A cultura política dos oficiais do Exército no período de 1961*, 10 páginas. Anexo a email enviado a Mário Gomes, dia 7 de Outubro de 2010.

<sup>197</sup> AFONSO, Aniceto. *O meu avô africano*. Alfragide: Casa das Letras, 2009, p. 190-191.

## 6 – CONCLUSÃO

No término desta tese, e com base em toda a pesquisa realizada, neste momento, impera retirar algumas conclusões. Dessa forma, importa reflectir sobre a condição social dos homens, seguindo a ideia de que o Homem, enquanto indivíduo singular, não é uma ilha isolada. Tendo em conta esta permissa, é-se levado, assim, a colocar a seguinte questão: fariam estes militares uma revolução se não tivessem vivido a sua juventude na década de 1960? Uma época em que a juventude se tornou mais contestatária e mais consciente do seu peso na sociedade. Por todo o mundo se sucederam protestos anti-guerra e protestos de minorias que queriam ser ouvidas e reconhecidas. Apesar de Portugal ser um país fechado, os “ventos de mudança” também, nessa altura, chegaram a este território e os jovens começaram a protestar e a lutar por um Portugal diferente. Já no final da década de 1950 se tinham observado algumas manifestações, sendo que as que reuniram mais populares foram em apoio a Humberto Delgado aquando das eleições presidenciais, onde muitos jovens o apoiaram, juntando-se ao candidato nas ruas, culminando nos protestos estudantis da década de 1960. Tudo isto contribui para acentuar as mudanças que Portugal estava a conhecer. Assim como, ao longo deste estudo, se observou que muitos dos militares, referenciados nesta tese, indicaram a candidatura de Humberto Delgado como o seu despertar político. Para além disso, verificou-se que, após as manifestações estudantis, muitos dos contestatários foram detidos ou expulsos das faculdades e incorporados compulsivamente no Exército português, onde, depois, iam ter contacto com outros jovens, que já faziam parte desse ramo das Forças Armadas, com ou sem consciência política, permitindo assim uma troca de ideias e de vivências.

Ou seja, em jeito de conclusão e tendo como ideia-chave, pressupõe-se que não se pode analisar um indivíduo sem se perceber a sociedade e o tempo em que este se insere. Deste modo, também será correcto afirmar que a formação política de cada um é adquirida com base no ambiente em que se cresce e vive.

Observou-se, ainda, que o ambiente familiar, enquanto cresciam, pouco influenciou os militares a nível político, já que quase todos afirmavam o mesmo sobre os progenitores, em especial sobre a figura masculina, referindo a sua identificação com o regime em vigor, valorizando um outro ponto em comum, a humanidade no trato com os outros. Quanto aos núcleos familiares que estes homens foram constituindo, são raros os militares que, nas suas

memórias, referem quais as opiniões políticas das suas esposas, sendo, quase sempre, referidas como pontos de apoio, através das palavras de ânimo e encorajamento, que vão recebendo nos aerogramas, enquanto se encontram deslocados de casa. Esta forma de contacto, através do Serviço Postal Militar (SPM), foi uma das maneiras encontradas pelas Forças Armadas para motivar e animar os homens que se encontravam longe de casa. Recorde-se que todo o trabalho realizado no SPM era garantido por militares, fazendo com que este fosse bastante rápido e eficaz e, mais importante, não fosse alvo de vigilância por parte da PIDE, ou por qualquer outra força policial. Uma realidade que terá sido bastante importante na troca de informações e de documentos por parte de elementos pertencentes ao Movimento dos Capitães.

As comissões em África foram, quase na totalidade, ao longo da recolha de memórias feita para esta dissertação, apontadas como o despertar político para os militares aqui estudados. Quase todos afirmaram o sentimento de engano provocado pela propaganda governamental, quando confrontados com a discriminação feita em relação às populações africanas por parte da população branca. Questionavam, ainda, se estariam a defender Portugal ou, pelo contrário, se estariam a defender alguns poderes económicos privados. Como se observou anteriormente, Salgueiro Maia, que foi para África com o intuito de defender a nação contra os terroristas que atacavam as populações portuguesas, fossem elas brancas ou negras, no fim da sua primeira comissão, afirmou sentir-se enganado.

Esta sensação de fraude, aliada à forma de combate que as Forças Armadas Portuguesas vão empregar em África, apostando no isolamento das tropas inimigas e tentando cativar as populações nativas para o lado português, acabam por levar os militares a criar uma relação mais próxima com os africanos, acabando por, consequentemente, estabelecer-se um maior distanciamento em relação à população branca das colónias. Assim, esta aproximação vai criar alguma tensão entre a tropa metropolitana e a população colona, agravando-se ao longo do conflito, com acusações de que a guerra não acaba porque a tropa não quer, referindo que os militares são incompetentes e apoiantes dos terroristas. Uma tensão que se vai mostrar em várias ocasiões e vai-se manter até ao fim da guerra e consequente descolonização. O cansaço de várias comissões políticas terá sido, porventura, outro factor de politização. Aliás, um

antigo inspector da PIDE considera que o cansaço da guerra terá sido fundamental para os militares apressarem a Revolução, que a PIDE sabia que iria acontecer<sup>198</sup>.

É necessário referir que muitos militares fizeram mais que uma comissão em África e, muitas vezes, após a comissão acabar, ficavam nas colónias durante mais tempo enquanto esperavam a rendição, em especial nos últimos anos de guerra, quando era cada vez mais difícil para o Exército renovar os seus quadros.

Verificou-se, também, que a maioria dos militares começou a sua aprendizagem política durante a sua vida militar, em especial em África, onde a vigilância e a repressão eram menores do que em Portugal. Talvez devido à desilusão sentida em relação ao que encontraram em África, contrário a tudo o que lhes tinha sido ensinado, tenham tido a necessidade de procurar diferentes visões do mundo, através da literatura e outros meios artísticos.

Nesta busca de conhecimento e de esclarecimento político/ideológico, observou-se, no que diz respeito aos meios utilizados pelos militares e que em Portugal lhes tinha sido negada (com a excepção do já mencionado curso de doutrina política, leccionado no Quartel de Lamego), que a literatura e a música foram dos meios mais usados e, porventura, os mais importantes, dada a sua fácil transmissão.

Assim, observou-se que as leituras de cariz político eram feitas apenas pelos oficiais e por alguns soldados mais esclarecidos. Tendo em conta que: muitas destas obras não se encontravam em português; e que uma parte significativa da população portuguesa era analfabeta, constituindo grande parte do Exército português (dado que o grosso dos soldados provinha do povo, dos meios rurais e pouco letrados); percebe-se o porquê desta referência à diferença de classes, no que concerne ao uso da literatura. Ao longo deste estudo, foram encontrados vários exemplos de relatos militares queixando-se que eram muito poucos os que passavam o seu tempo livre a ler. Conclui-se, desta forma, que a literatura foi parte importante na politização e que autores portugueses, como Jorge Amado, Manuel Alegre, Urbano Tavares Rodrigues, Alves Redol, que se expressavam em português e que escreviam sobre temáticas com que os militares portugueses se identificavam facilmente, bem como autores estrangeiros, que se debruçavam sobre temáticas ideológicas “proibidas” em Portugal, tiveram bastante procura por parte dos militares portugueses. O facto de ser facilmente transportado fez, também, com que o livro fosse levado para qualquer lado, passando de mão em mão,

---

<sup>198</sup> Citado por BERNARDO, Manuel Amaro. *Memórias da Revolução 1974 – 1975*. Lisboa: Prefácio, 2004, p. 58.

constituindo um factor importante para a disseminação de novas teorias ideológicas pelos militares.

A música, pelo seu carácter imaterial, foi, também, uma verdadeira arma na politização dos jovens militares. Ao contrário dos livros, por exemplo, a música não precisa de um suporte físico para ser transmitida, pode ser passada de ouvido em ouvido, sem qualquer tipo de material. Observou-se, em quase todos os relatos e memórias de militares, que a música marca sempre presença em todos eles. Na década de 1960, por exemplo, assistiu-se ao nascimento de músicas contestárias, não só em Portugal mas também no mundo. Os jovens faziam-se ouvir através da música e os militares não foram excepção, desabafando através deste tipo de comunicação. Prova disso foi a criação, como se viu, do Cancioneiro do Niassa, ou os exemplos dados pelos militares, em que era frequente juntarem-se para cantarem, não só músicas que os recordavam de casa, mas também onde a crítica social era bastante forte. As referências musicais nas memórias dos militares referem, incontornavelmente, as vozes que se ouviram nos vários protestos ao longo da década de 1960, bem como no virar da história portuguesa, com a Revolução de Abril: José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, José Mário Branco, entre outros. Importa considerar que são quase inexistentes as referências a cantores estrangeiros, sugerindo, também, que o que os militares procuravam era a mensagem de crítica social. Para além disso, a música serviu, também, para juntar as diferentes partes da sociedade portuguesa, que se encontravam nos quartéis. Esta realidade é perceptível nos exemplos observados de convívios entre soldados e oficiais, ignorando a patente militar. Estes encontros eram, normalmente, à volta de instrumentos musicais, onde todos, independentemente da hierarquia militar, cantavam ou tocavam. Observe-se o exemplo de Salgueiro Maia, que chamava para junto de si, e de outros oficiais, alguns soldados com esse intuito. O nosso quarto era o quartel-general desses encontros. “«... *As baladas de Coimbra e do Adriano Correia de Oliveira ressoam pelo dormitório dos oficiais.*» *E contra a ordem instituída, «o acesso a estes momentos não é exclusivo dos graduados... e se havia um soldado, um furriel ou um sargento que cantava bem ou tocava melhor, era certo e sabido que acabava a noite no meu quarto e do Maia» - revela Tavares de Almeida...*”<sup>199</sup>.

Por fim, e para se perceber a importância da música, assim como a sua imaterialidade, insiste-se na sua facilidade de movimentação, pois acompanhava os militares para todo o

---

<sup>199</sup> DUARTE, António de Sousa. *Salgueiro Maia um homem de liberdade*. Porto: ASA, 1995, p. 54.

lado, mesmo quando não existia um instrumento musical ou um rádio, fazendo uso da voz. Desta forma e por estas razões, parece poder-se afirmar que, porventura, terá sido a música o elemento mais unificador que os militares encontraram enquanto forma de criticar o regime e a guerra onde se encontravam.

De referir, também, a rádio, um outro elemento importante para a politização dos militares portugueses. Através das rádios que operavam a partir de outros países, e onde não existia censura, os militares portugueses tinham acesso à informação que em Portugal, e nos territórios onde o domínio português existia, lhes era sonegada, em especial se estivessem em África, onde a repressão era mais difícil de existir. Tendo em conta a literatura consultada, os militares referem que era através da rádio que recebiam notícias mais fidedignas sobre a situação real de Portugal e da Guerra Colonial. Para além disso, a rádio era, também, um importante veículo de propaganda anti-guerra e anti-regime. A força da rádio era tão grande, que, como se observou, o governo português ordenou que fossem feitos relatórios sobre o que as rádios transmitiam e, em particular, o que tinha como destino os militares portugueses.

Observou-se, também, mas no sentido contrário, que o cinema parece não ter tido grande importância na politização dos militares, dadas as muito poucas referências sobre o cinema. É necessário perceber que os aparelhos da época, para se visionar um filme, eram pouco móveis, pois os filmes tinham de ser visionados através de projectores algo pesados, sendo que a sua montagem era complicada em zonas pouco acessíveis. Por isso, só tinham acesso regular aos filmes os militares que se encontravam a prestar serviço em algumas áreas urbanas e, ocasionalmente, os militares que se encontravam destacados no “mato” e que, por vezes, se deslocavam às cidades. Contudo, foram encontradas algumas referências relevantes sobre o cinema, em relação à repressão e à vigilância. Observou-se que alguns filmes proibidos de serem exibidos (ou retirados de exibição depois de ter sido visto o seu conteúdo) podiam ser vistos livremente em África, sem qualquer problema.

Este último ponto remete para o campo da repressão que os militares sofriam, ou não. Foi, assim, possível identificar grandes diferenças entre Portugal e as colónias, no que concerne à repressão exercida, nomeadamente pela PIDE. Se em Portugal a vigilância era bastante apertada e a PIDE detinha grande autoridade, em África a situação era diferente: a vigilância era mais branda, não só porque se tratavam de territórios extensos, sendo difícil controlar todos os quartéis e militares sobre o que cada um lia ou ouvia, mas também porque os elementos da PIDE tinham também como alvo principal os Movimentos de Libertação, além

de que a PIDE necessitava da colaboração das Forças Armadas na luta contra esses Movimentos. Observou-se, ainda, através das obras de Irene Pimentel, *A história da PIDE*, e de Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE-DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*, que, apesar desta colaboração, era visível que os militares, em especial os mais jovens, desprezavam os elementos da PIDE e que a convivência entre estes dois poderes coloniais era feita com alguma resistência por parte dos militares.

Julga-se que foi possível perceber-se como foi feita a politização dos militares do Exército português e quais os factores que mais pesaram nessa politização. Para se encontrar respostas foi tida em conta bibliografia historiográfica, levando à compreensão do conflito colonial, assim como do seu desenrolar e de quais as tácticas utilizadas pelo Exército na luta contra os Movimentos de Libertação e na tentativa de conquistar as populações nativas. Pretendeu-se, ainda, estudar alguns aspectos da sociedade portuguesa da década de 1960, já que esta sociedade vai viver tendo a Guerra Colonial como pano de fundo, tentando perceber-se quais as influências que esta sociedade, e as suas lutas, tiveram no Exército. Observou-se, também, que foram muitas as influências recebidas, já que muitos jovens contestários foram incorporados compulsivamente no Exército português e, tendo estes elementos tido contacto com outros militares, mais ou menos, instruídos, serviram, também eles, como polos de politização.

Recorreu-se a bastantes memórias de militares do Exército, quer tenham eles decidido escrever por impulso próprio, quer tendo sido participantes de projectos alargados, de preservação da memória, como no caso do Projecto de História Oral, do Centro de Documentação 25 de Abril. Ao estudar estas memórias, observou-se que são poucas as referências ao seu crescimento político tendo por base os conhecimentos que foram adquiridos através de leituras, músicas ou outros tipos de material. As memórias são mais centradas nas suas vivências de guerra, nas operações realizadas e nos ferimentos e mortes a que foram assistindo. Foi, por isto, necessário realizar uma grelha de questões às obras estudadas para a realização deste trabalho, sendo, as respostas, utilizadas de forma a estruturar o próprio trabalho.

Foi através das questões realizadas que se tornou possível a realização deste trabalho. Contudo, a informação, como foi dito anteriormente, é escassa. Já que, como disse Aniceto Afonso, na sua comunicação “*Construção e Transmissão da Memória*”, no Colóquio Vozes da Revolução (realizado no ISCTE-IUL, em 2009), existe um grande espólio documental que

está por estudar, que ainda se encontra na posse dos antigos combatentes, sendo, por isso, difícil retirar mais conclusões. Aniceto Afonso referia-se aos diários e aerogramas escritos pelos milhares de portugueses que estiveram em África a combater na Guerra Colonial. Espera-se que, para além das escassas memórias existente tendo em conta o número de portugueses que cumpriram comissões em África, que surjam mais memórias e que estas sirvam de “rastilho” e que, em breve, se tenha muito mais bibliografia para ser estudada. Por isso, se afirma que este estudo é um pequeno contributo, no início do estudo desta temática da politização dos militares portugueses, e que deve ser visto como o primeiro passo de futuras investigações e estudos, sobre uma temática, ainda, com alguma névoa.

É devido a esta névoa que, por vezes, surgem críticas aos militares portugueses que tomaram as ruas de assalto e fizeram cair o regime ditatorial português, referindo-se que os militares, em especial os do Quadro Permanente, não são politizados. Crê-se que esta é uma visão redutora sobre estes homens! Considera-se que, na entrada para a vida militar, a maioria não teria consciência política, mas que, após alguns meses em África, essa consciência começava a aparecer. Tome-se, por exemplo, Salgueiro Maia. Como referido anteriormente, este militar, depois de reportar que iria para África convicto de que ia defender os interesses de Portugal, sem questionar o regime em vigor, quando regressa da primeira comissão, vem com o pensamento alterado e com um espírito bastante crítico sobre a situação de Portugal. Como Salgueiro Maia, muitos outros militares sentiam o mesmo.

Pode-se, também, afirmar que a maioria dos militares estava fora de grupos políticos, legais ou ilegais, mas isso não quer dizer que estes homens não se encontravam conscientes de que a situação política tinha que ser alterada. Parece correcto afirmar que os militares não sabiam, ao certo, qual o modelo a seguir após a queda do regime. Sabiam que a via era pela democracia, mas que tipo de democracia, não sabiam. Isto, pode torná-los, como diz António José Telo, na obra: *História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à Actualidade - Volume I*, pouco conhecedores dos processos políticos, contudo, considera-se que isso não os torna pouco politizados.

Como se explica que um movimento corporativo, como era o Movimento dos Capitães, em pouco tempo se tenha transformado num movimento de ruptura política com o passado? Só elementos politizados podiam dar o “salto” tão rapidamente.

Considera-se, também, que os oficiais do Quadro Permanente eram tão instruídos politicamente, embora de forma diferente, quanto os oficiais do Quadro Complementar. Uma

situação bastante perceptível neste estudo. O que parece poder-se afirmar é que muitos milicianos, até pelas suas vivências universitárias e presença em lutas estudantis, tinham mais bagagem teórica política, no que concerne à discussão e contestação ao regime.

Contudo, será um conjunto de situações como a experiência de Guerra, as várias comissões e, porventura, o facto mais importante, o terem saído de Portugal, conhecendo as diferentes realidades do Império, colocando em causa a existência de cidadãos de primeira e de segunda e que a exploração racial era um facto indesmentível na realidade colonial portuguesa, que terão conduzido à consciencialização política. Esta realidade entra em choque com o que os militares tinham apreendido ao longo do seu percurso escolar e faz com que estes pensem que a Guerra é injusta. Se é injusta terá que terminar e para terminar só acabando com o regime que a sustenta. Foi o que fez este grupo de militares portugueses.

## 7 - FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES ARQUIVÍSTICAS:

#### **Arquivo Histórico Militar**

*Anticolonialismo* – número 2. Londres, Fevereiro de 1972;

Cota: PT/AHM/DIV 1/39/4/11

*Intrep de Contra-Subversão do pessoal militar N° 2629*. Lisboa, 13 de Novembro de 1970;

Cota: PT/AHM/DIV 1/39/3/2

*Acção Psicológica: Elementos de Contrapropaganda*. Lisboa, 1968;

Cota: PT/AHM/DIV/1/39/4/6

*Lista de Supintrep*. Lisboa, (Várias Datas)

Cota: PT/AHM/DIV/1/39/3/01

### ENTREVISTAS DO PROJECTO DE HISTÓRIA ORAL DO CENTRO DOCUMENTAÇÃO 25 DE

#### ABRIL:

Entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Carlos Fabião em Lisboa, 1998.

Entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Fernando José Salgueiro Maia em Santarém, 1991.

Entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a João Paulo Varela Gomes em Coimbra, 1998.

Entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a José Eduardo Sanches Osório em Lisboa, 2004 – 2005.

Entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Manuel Duran Clemente em Seixal, 1999 – 2000.

Entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Nuno Pinto Soares em Coimbra, 1998 – 1999.

Entrevista realizada por Manuela Cruzeiro a Otelio Saraiva de Carvalho em Lisboa, 1994 – 1998.

**FONTES LITERÁRIAS:**

- ABREU, António Graça de. *Diário da Guiné: lama, sangue e água pura*. Ed. Especial. Lisboa: Guerra & Paz, 2007;
- AFONSO, Aniceto. *O Meu Avô Africano*. Alfragide: Casa das Letras, 2009;
- ANTUNES, António Lobo. *D'este viver aqui neste papel descripto: cartas de Guerra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005;
- ANTUNES, António Lobo. *Os Cus de Judas*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2009;
- BASTOS, Manuel. *Cacimbados: a vida por um fio*. Vila Nova de Gaia: 7 dias 6 noites, 2008;
- CARDOSO, Rogério Seabra. *Rota sem fim*. Coimbra: Areias do Tempo, 2010;
- CATARINO, Manuel (Coord.). *A Minha Guerra, Testemunhos de Combatentes*. [S.l.]: Presslivre, Imprensa Livre SA, 2011;
- FERNANDES, João. *Mato e Morro*. Lisboa: Prefácio, 2007;
- FERRAZ, Carlos Vale. *Nó Cego*. 4ª edição. Alfragide: Casa das Letras, 2008;
- FERREIRA, Antunes. *Morte na picada*. [S.l.]: Via Occidentalis Editora, 2008;
- JORGE, Lúcia. *A costa dos murmúrios*. 14ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004;
- SANTOS, Mário Beja. *Diário da Guiné: 1968-1969. Na terra dos Soncó*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008;
- SANTOS, Mário Beja, *Diário da Guiné: 1969-1970. O Tigre Vadio*, Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008;
- TEIXEIRA, Armando Sousa. *Guerra Colonial: a memória maior que o pensamento*. Lisboa: Edições Avante, 2009.

**WEB – INTERNET:**

- Blog: *Batalhão Caçadores 2858*. Disponível no URL: <http://batcac2858-garras.blogspot.com>. [online], [consultado a 07 de Maio de 2010];
- Blog: *Luís Graça & Camaradas da Guiné (I Série)*. Luís Graça. Disponível no URL: <http://blogueforanada.blogspot.com>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];
- Blog: *Luís Graça & Camaradas da Guiné*. Luís Graça. Disponível no URL: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];

- Blog: *Caminhos da memória*. Disponível no URL: <http://caminhosdamemoria.wordpress.com>. [online], [consultado a 05 de Janeiro de 2010];
- Blog: *Grupos especiais*. Álvaro Teixeira. Disponível no URL: <http://gruposespeciais.blogs.sapo.pt>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];
- Blog: *Leste de Angola: recordando onde o Leste é mais Leste...* Disponível no URL: <http://lestedeangola.weblog.com.pt>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];
- Blog: *Fio de prumo*. Luís Alves de Fraga. Disponível no URL: <http://luisalvesdefraga.blogs.sapo.pt>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];
- Blog: *Lumege*. Álvaro Teixeira. Disponível no URL: <http://lumege.blogspot.com>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];
- Blog: *Memórias de Manuel Casal Ribeiro*. Disponível no URL: <http://memoriasmcr.wordpress.com>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];
- Blog: *Passado/Presente: a construção da memória no mundo contemporâneo*. Rui Bebianco [coord.], Miguel Cardina e Tiago Barbosa Ribeiro. Disponível no URL: <http://ppresente.wordpress.com>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];
- Blog: *Saurimo: Batalhão de Cavalaria 8322*. Leite Silva,. Disponível no URL: <http://saurimo.blogspot.com>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];
- WebSite: *Dos Veteranos da Guerra do Ultramar*. António Pires. Disponível no URL: <http://ultramar.terraweb.biz>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];
- Website: *Página pessoal de Luís Costa Correia*. Luís Costa Correia. Disponível no URL: <http://www.costacorreia.com>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];
- Website: *Guerra colonial: 1961-1974*. Associação 25 de Abril. Disponível no URL: <http://www.guerracolonial.org>. [online], [consultado a 09 de Janeiro de 2010];
- Website: Partido Comunista Português: *Jornal o "Avante"*. Disponível no URL: <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>. [online], [consultado a 01 de Maio de 2010];
- Website: *Angola: 1969/1972: Batalhão Ás de Espadas*. Disponível no URL: [www.batalhaoasdeespadas.com](http://www.batalhaoasdeespadas.com). [online], [consultado a 01 de Maio de 2010].

#### **OUTRAS FONTES SECUNDÁRIAS E BIBLIOGRAFIA:**

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos. *Os anos da Guerra Colonial: 1961-1975*. Lisboa: Quidnovi, 2010;

- AFONSO, Aniceto; COSTA, Manuel Braz da. “Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1985, nº 15/16/17, p. 97-122;
- ALMEIDA, Dinis de. *Ascensão, apogeu e queda do MFA*. Lisboa: Ed. Sociais, [1976?];
- ALMEIDA, Dinis de. *Origens e evolução do Movimento de Capitães*. Lisboa: Ed. Sociais, 1977;
- ALMOND, Gabriel A. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park: Sage, 1989;
- APARÍCIO, José. “O Correio durante a Guerra Colonial”. In *Guerra colonial: 1961-1974*, Associação 25 de Abril. Disponível no URL: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=2418>. [online], [consultado a 09 de Janeiro de 2010].
- AZEVEDO, Cândido de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999;
- BANAZOL, Luís. *A origem do MFA*. Lisboa: Prelo, 1974;
- BANAZOL, Luís. *Os capitães: análise crítica da sua formação*. Lisboa: Prelo, 1974;
- BANAZOL, Luís. *Os capitães-generais e os capitães políticos*. Lisboa: Prelo, 1976;
- BAPTISTA, Jacinto. *Caminhos para uma revolução*. Lisboa: Bertrand, 1975;
- BAUM, Michael. “Autogestão e cultura política: o impacto da reforma agrária no Alentejo vinte anos depois”. In *Análise Social*, 1998, nº 148, p. 709 – 740.
- BERNARDO, Manuel Amaro. *Memórias da Revolução*, Lisboa, Prefácio, 2004;
- CARDIA, Mário Sottomayor. *Forças armadas e democracia*. Lisboa: Ed. Portugal Socialista, 1976;
- CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro. *Metodologia da Investigação: guia para auto-aprendizagem*. 2ª edição. Lisboa: Universidade Aberta, 2008;
- CARRILHO, Maria. *Democracia e defesa: sociedade, política e forças armadas em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1994;
- CARRILHO, Maria. *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: INCM, 1985;
- CARVALHO, Otelo Saraiva de. *Alvorada em Abril*. Lisboa: Bertrand Editora, 1977;
- CASTRO, Sousa e. *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*. 3ª Edição. Lisboa: Guerra e Paz, 2010;

- CRESPINO, Manuel Pereira. *Porque perdemos a guerra*. Lisboa: Edições Abril, 1977;
- CRUZ, José de Matos. “Longe da guerra – Cinema”. In *Guerra colonial: 1961-1974*. Associação 25 de Abril. Disponível no URL: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=193>. [online], [consultado a 09 de Janeiro de 2010];
- COELHO, José Dias. *A resistência em Portugal*. Lisboa: Editorial «Avante!», 2006;
- COT, Jean Pierre. *Para uma sociologia política*. Amadora: Bertrand, 1976;
- CRUZEIRO, Maria Manuela; BEBIANO, Rui (Org.). *Anos inquietos: vozes do movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2006;
- CRUZEIRO, Maria Manuela. *Costa Gomes: o último Marechal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998;
- CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vasco Gonçalves: um general na Revolução*. Lisboa: Notícias, 2002;
- CRUZEIRO, Maria Manuela. *Maria Eugénia Varela Gomes: contra ventos e marés*. Porto: Campo das Letras, 2003;
- CRUZEIRO, Maria Manuela. *Melo Antunes: o sonhador pragmático*. Lisboa: Notícias, 2005;
- CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vasco Loureço: do interior da revolução*. Lisboa: Âncora Editora, 2009;
- DELLA PORTA, Donatella. *Introdução à ciência política*. Lisboa: Editorial Estampa, 2003;
- DUARTE, António de Sousa. *Salgueiro Maia: um homem da liberdade*. Porto: ASA, 1995;
- FERREIRA, João José Brandão. *Em nome da Pátria: Portugal, o ultramar e a guerra justa*. 2.<sup>a</sup> ed. Alfragide: Livros d’hoje, 2010;
- FERREIRA, José Medeiros. *O comportamento político dos militares - Forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Ed. Estampa, 1992;
- GUERRA, João Paulo. *Memória das guerras coloniais*. Porto: Afrontamento, 1994;
- HEIMER, Franz-Wilhelm; VALA, Jorge; VIEGAS, José Manuel Leite. “Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia”. In *Análise Social*, 1990, nº 8, p. 9-28;
- HEYWOOD, Andrew. *Key concepts in politics*. New York: Palgrave, 2000;
- HOUAISS, António; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – Tomo II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002;

- LANE, Jan-Erik; ERSSON, Svante. *Culture and politics: a comparative approach*. Aldershot: Ashgate, 2002;
- LETRIA, José Jorge. *A Canção Política em Portugal: da Resistência à Revolução*. Lisboa: Ulmeiro, 1999;
- LOURENÇO, Eduardo. *Os militares e o Poder*. Lisboa: Publ. D. Quixote, 1975;
- LOURENÇO, José Manuel Cardoso; et al. (Coord.). *A Academia Militar e a Guerra de África*. Lisboa: Academia Militar; Prefácio, 2010;
- MACHADO, José Pedro (Coord.). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa – Tomo II*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa; Publicações Alfa; Círculo Leitores, 1991;
- MACIEL, Artur. *Angola heróica: 120 dias com os nossos soldados*. Amadora: Livraria Bertrand, 1963;
- MAIA, Fernando José Salgueiro. *Capitão de Abril: história da guerra do ultramar e do 25 de Abril, depoimentos*. Lisboa: Notícias, 1994;
- MARCHI, Riccardo. *Império Nação Revolução: as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo [1959-1974]*. Alfragide: Texto Editores, 2009;
- MARQUES, Fernando Pereira. “A instituição militar e a questão democrática”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1986, Maio, nº 15/16/17;
- MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1999;
- MATEUS, Dalila Cabrita. *A PIDE-DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004;
- MESQUITA, Mário (Org.). *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras ilhas açorianas (1950-1974): com uma evocação de Ernesto Melo Antunes nas “Campanhas dos Açores”*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009;
- MOREIRA, Adriano. *Ciência Política*. Coimbra: Edições Almedina, 2006;
- OLIVEIRA, César. *Os anos decisivos: Portugal 1962-1985: um testemunho*. Lisboa: Editorial Presença, 1993;
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de. “A História Oral em Portugal”. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, 2010, Maio, nº 63, p. 139 – 156;
- PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. 6.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2009;
- PINTO, António Costa. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001;

- RAPOSO, Eduardo M. *O canto e o cante, a alma do povo*. Disponível em: [http://dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex\\_3\\_2006/estudios\\_02\\_rcex\\_3\\_2006.pdf](http://dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2006/estudios_02_rcex_3_2006.pdf). [online], [consultado a 07 de Janeiro de 2010];
- REGO, Raúl. *Militares, clérigos e paisanos*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1981;
- RIBEIRO, Gabriel Sérgio Mithá. *As representações sociais dos moçambicanos: do passado colonial à democratização: esboço de uma cultura política*. Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa, 2000;
- RIBEIRO, Jorge. *Marcas da guerra colonial*. Porto: Campo das Letras, 1999;
- RODRIGUES, A.; BORGA, C.; CARDOSO. *O movimento dos capitães e o 25 de Abril*. Lisboa: Moraes Editores, 1974;
- RODRIGUES, Luís Nuno. *Marechal. Costa Gomes, no centro da tempestade*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008;
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep. *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993;
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep; TORRE GOMEZ, Hipólito de la. *Portugal en el siglo XX*. Madrid: Ediciones Istmo, 1992;
- SERRA, João B.; MATOS, Luís Salgado de. “Intervenções militares na vida política”. In *Análise Social*, 1982, n.º 72-73-74, p. 1165-1195;
- SILVA, Mário Jesus da. *Sortilégio da cobra: descolonização obrigatória*. Lisboa: Ésquilo, 2005;
- SOARES, Alberto Ribeiro (Coord.); Liga dos Combatentes. *A mulher portuguesa na Guerra e nas Forças Armadas*. Lisboa: Liga dos Combatentes, 2008;
- SOARES, Alberto Ribeir. *Militares revolucionários: 1975: um retrato-robot*. Lisboa: Futuro e Presente, 1994;
- TEIXEIRA, Rui de Azevedo (Org.). *A Guerra do Ultramar - realidade e ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002;
- TELO, Antonio José. *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade - Volume I*. Lisboa: Editorial Presença, 2007;
- VELOSO, Pires. *Vice-Rei do Norte Memórias e Revelações*. Lisboa: Âncora Editora, 2008;
- VIEGAS, José Manuel Leite. *Nacionalizações e privatizações: elites e cultura política na história recente de Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 1996;

- VIEGAS, Valentino. *A morte do herói português: da guerra em Angola à invasão de Goa. Um testemunho*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010;
- WALTER C. Opello. “Administração local e cultura política num concelho rural”. In *Análise Social*, 1979, n° 59, p. 655 – 672;
- I Curso Livre de História Contemporânea do IHC da FCSH-UNL. *Portugal e a Transição para a Democracia (1974 – 1976)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998;
- XIV Curso de Verão do IHC da FCSH-UNL. *Os militares e a democracia: actas*. Lisboa: Edições Colibri; Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, 2007.